



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 26

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 16 de outubro de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários votos:

- **[Voto de Congratulação pelo 50º Aniversário do Clube União Desportiva de Nordeste](#)**

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*) e tendo usado da palavra a Sra. Deputada Marlene Damião (*PS*) e o Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **[Voto de Congratulação aos atletas Tiago Pinheiro e Matilde Cymbron](#)**

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Hélia Cardoso (*CH*) e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado José Leal (*PSD*) e o Sr. Deputado Russel Sousa (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pela realização da 5.ª edição do Azores Bravos Trail**

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*);

- **Voto de Congratulação pelo 25º aniversário do Clube Naval da Povoação**

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Francisco Gaspar (*PSD*) e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Gualberto Rita (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelos 25 anos da Aldeia da Cuada**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado José Paulo Sousa (*CH*);

- **Voto de Congratulação a Dário Moitoso sagrou-se Campeão Nacional de Trail Sprint**

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelo aumento das ligações aéreas entre a Terceira e o exterior durante o Inverno IATA 2024/2025**

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e tendo usado da palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso (*CH*), o Sr. Deputado Luís Soares (*PSD*) e o Sr. Deputado Luís Leal (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação ao atleta Mateus Jorge pelo título nacional de tiro aos pratos**

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Olivéria Santos (*CH*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Russel Sousa (*PS*) e o Sr. Deputado José Leal (*PSD*);

- **Voto de Congratulação pelo 1.º Prémio do Ensino Básico obtido pela Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico na 10.ª Edição Nacional do Apps for Good**

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Carlos Freitas (*PSD*) e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Saudação pelo Dia Mundial do Animal**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado Francisco Lima (*CH*) e a Sra. Deputada Patrícia Miranda (*PS*), o referido voto foi aprovado por maioria;

- **Voto de Saudação pelo centenário do nascimento do Padre Manuel Coelho de Sousa**

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Chaves (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado José Toste (*PS*) e a Sra. Deputada Hélia Cardoso (*CH*);

- **Voto de Protesto contra a imposição de um limite de 600 euros no custo elegível para o subsídio social de mobilidade**

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*) e tendo usado da palavra o José Pacheco (*CH*), o Sr. Deputado Luís Leal (*PS*), o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), o mesmo foi aprovado por maioria;

- **Voto de Protesto pelo desrespeito institucional do Governo da República para com os açorianos ao alterar as regras de atribuição do subsídio social de mobilidade sem qualquer consulta prévia**

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*);

- **Voto de Protesto ao Governo da República pela imposição de um teto máximo de 600 euros na atribuição do Subsídio Social de Mobilidade aos açorianos**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Luís Leal (*PS*) e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), o Sr. Deputado João Mendonça (*PPM*) e o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), o referido voto foi rejeitado;

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca**

Feita a apresentação do voto pela Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*) e tendo usado da palavra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), o Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*) e o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Isidro Bettencourt da Luz**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*) e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação e discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII – “Aprova o Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2022-2027”** (*GRA*).

Esta proposta foi apresentada pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*).

No decorrer do debate, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as: José Sousa (*CH*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Ana Jorge (*PSD*), Joana Pombo Tavares (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), João Mendonça (*PPM*) e Francisco Lima (*CH*).

Em votação final global, a proposta foi aprovada por maioria.

De seguida, procedeu-se à apreciação da **Petição n.º 4/XIII – “Pelo regresso à utilização dos manuais em papel e utilização dos tablets e computadores**

como recurso de apoio”, apresentada por Augusto Simas Borges de Castro na qualidade de primeiro subscritor.

Após a leitura do relatório, realizada pela Sra. Deputada Inês Sá (PS), participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Olivéria Santos (CH), Nuno Barata (IL), António Lima (BE), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Flávio Pacheco (PS) e Joaquim Machado (PSD).

Por fim, foi apresentado e discutido o Projeto de Resolução n.º 8/XIII – “Promoção do uso saudável de tecnologias nas escolas” (BE), tendo a sua apresentação sido feita pelo Sr. Deputado António Lima (BE).

Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Olivéria Santos (CH), Inês Sá (PS), Joaquim Machado (PSD), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), João Mendonça (PPM), José Pacheco (CH) e Flávio Pacheco (PS), bem como, a Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro) e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão).

No decorrer do debate, pediram a palavra para um protesto e contraprotesto o Sr. Deputado António Lima (BE) e o Sr. Deputado Joaquim Machado (PSD), respetivamente.

Em votação final global, o diploma foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 48 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Secretário Regional.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Senhor Secretário.

Faça favor, Senhor Secretário.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa
Berto José Branco **Messias**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**
Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**
Gualberto Costa **Rita**
Inês Soares de Oliveira e **Sá**
Maria **Isabel** Góis **Teixeira**
Joana Sousa **Pombo** **Tavares**
João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José **Miguel** de Freitas **Toste**
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Miguel Vieira **Leal**
Mário José Dinis **Tomé**
Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros
Marta Ávila de **Matos**
Patrícia Maria Melo **Miranda**
Russell Michael **Sousa**
Sandra Micaela **Costa** **Dias**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

CDS - Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 56 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberto a sessão.

Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, esta manhã está reservada ao período de tratamentos de assuntos políticos.

Vamos iniciar com os votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro voto de congratulação, apresentado pelo grupo parlamentar do PSD, pelos 50 do Clube União Desportiva de Nordeste, tem a palavra o Senhor Deputado Flávio Soares para a sua apresentação.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50º Aniversário do Clube União Desportiva de Nordeste

O Clube União Desportiva de Nordeste foi fundado a 7 de outubro de 1974, na Vila do Nordeste, na ilha de São Miguel.

No início da década de 70 do século passado, um grupo de simpatizantes do futebol começou a diligenciar esforços para fundar um clube no Nordeste que pudesse participar em competições oficiais da Associação de Futebol de Ponta Delgada.

Nomes como Albano Salvador, António Barata, António Resendes, Norberto Vaz de Medeiros, Guilherme Inácio e José de Simas Moniz fizeram parte de um começo que veio a concretizar-se a 7 de outubro de 1974 com a fundação deste clube, mas que teve também outros sócios fundadores que contribuíram em muito para o seu sucesso.

O campo do clube, o Campo Municipal de Nordeste, foi construído graças à participação de muitos sócios e simpatizantes do União de Nordeste, com donativos e força de trabalho gratuita, apesar da grande colaboração dos Serviços Florestais de Nordeste e, muito em especial, dos “homens das

máquinas” que trabalharam incansavelmente para que o sonho de ter um campo em condições para o clube fosse uma realidade.

Este foi ponto de encontro importante para a comunidade nordestense. Além do futebol, o clube tem estado envolvido em outras atividades desportivas e recreativas, com o objetivo de promover um estilo de vida saudável e ativo entre a população.

Desde a sua criação, o União de Nordeste tem desempenhado um papel relevante na promoção do desporto e na formação de jovens atletas no concelho do Nordeste, mas não só.

Ao longo dos anos, o clube tem sido uma verdadeira escola de valores, contribuindo claramente para o desenvolvimento social e cultural dos nordestenses, especialmente nas décadas de 70 a 90.

Muitas foram as conquistas alcançadas pelo União de Nordeste, em diversos escalões, como a Taça de São Miguel, Taça de Honra de São Miguel, Taça Manuel Inácio de Melo, Taça Henrique Bem David, entre muitas outras que fazem parte da grande história deste clube.

São 50 anos de muito trabalho que estão e permanecerão na memória de tantos que fazem deste União de Nordeste um grande clube.

O União do Nordeste foi e ainda é conhecido pela sua entrega ao futebol, tendo participado em diversas competições.

A dedicação e o empenho de todos os que por este clube passaram e ainda passam são dignos de reconhecimento e louvor.

Atualmente, o União de Nordeste é presidido por Sérgio da Costa Gonçalves que, juntamente com muitos outros, dá o seu contributo para manter ativo o espírito competitivo e continuar a levar o nome do União de Nordeste e do Nordeste cada vez mais longe.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a

aprovação de um voto de congratulação pelo 50º Aniversário do Clube União Desportiva de Nordeste.

Do presente voto seja dado conhecimento ao Clube União Desportiva de Nordeste, à Junta e Assembleia de Freguesia de Nordeste, à Câmara e Assembleia Municipal de Nordeste e ao Governo Regional.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra a Senhora Deputada Marlene Damião, faça favor, Senhora Deputada.

(*) **Deputada Marlene Damião (PS):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Comemorar cinco décadas de devoção ao desporto e à comunidade é algo assinalável e espera-se que os próximos cinquenta anos tragam um novo ciclo de conquistas.

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se favoravelmente a este voto e informa que vai entregar um de igual teor à Mesa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado.

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, mas não podia deixar passar esse cinquentenário da Fundação do União do Nordeste, o clube onde iniciei a minha formação desportiva, sem lembrar também estes que abnegadamente se entregaram à causa, que o fizeram sem esperar sequer este reconhecimento que hoje aqui a Assembleia vai votar e lembrar também, como aqui foi dito, os homens das máquinas António Maria Borges e o José Patacho que foram aqueles que deram, no fim de contas, corpo a que um terreno de pastagem fosse transformado no primeiro campo de futebol com as dimensões legais para o exercício dessa atividade, na Vila do Nordeste.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam ,façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo 50.º aniversário do Clube União Desportiva do Nordeste foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação, apresentado pelo grupo parlamentar do Chega aos atletas Tiago Pinheiro e Matilde Cymbron, é apresentado pela Senhora Deputada Hélia Cardoso.

Deputada Hélia Cardoso (CH): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Aos atletas Tiago Pinheiro e Matilde Cymbron

Os atletas Tiago Pinheiro e Matilde Cymbron conquistaram a Medalha de Ouro no Campeonato do Mundo Júnior de Ginástica Aeróbica, na prova de pares mistos que teve lugar em Pesaro - Itália.

Os atletas sagraram-se campeões mundiais na categoria de Par Misto, com uma pontuação de 19,750 pontos, num campeonato do mundo que reuniu cerca de 550 ginastas de 36 países, sendo que dos Açores foram 19 os atletas apurados para representar Portugal.

Além da medalha de ouro em Par Misto, Tiago Pinheiro também se sagrou bicampeão do mundo na categoria individual masculino do escalão júnior, renovando o título conquistado em 2022. O atleta açoriano conseguiu o feito com um esquema de 20 mil pontos.

Os dois atletas, pertencentes ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, têm-se destacado pelas conquistas que têm conseguido a nível nacional e internacional, onde têm representado Portugal – e os Açores – ao mais alto nível.

Dois jovens ginastas que, além do seu percurso escolar, têm mantido o empenho no desporto que os apaixonou e que lhes tem garantido os lugares cimeiros no pódio nas várias competições em que participam.

O trabalho árduo dos atletas, a disciplina e a paixão que ambos demonstram pelo desporto são exemplos inspiradores para as gerações futuras.

Este voto é igualmente dirigido ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, pela perseverança na promoção do bem-estar e da boa condição física de todos os seus atletas ao longo de mais de 30 anos de existência.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação a Tiago Pinheiro e Matilde Cymbron, do qual deve ser dado conhecimento a ambos, ao Clube de Atividades Gímnicas

de Ponta Delgada, à Direção Regional do Desporto e à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado José Leal, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Leal (PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários Regionais, caros colegas que compõem esta Assembleia, colegas deputados, convidados;

O grupo parlamentar do PSD não poderia deixar de se associar a este voto de congratulação do Chega por mais um defeito do clube de atividades gímnicas de Ponta Delgada. Tem sido um manancial de conquistas internacionais que já perdemos a conta.

Portanto, desta vez aos dois atletas, Tiago Pinheiro e Matilde Cymbron, os parabéns pelo feito alcançado e queria deixar bem claro aqui que, é um voto congratulação aos atletas e a um clube de atividades que têm e que merece toda a consideração e respeito pelas suas décadas de grandes conquistas e da promoção da qualidade de vida e da saúde dos mais jovens.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Russell Sousa, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

É com naturalidade que o PS também se associa a esse voto, demonstrando, mais uma vez, o que o desporto açoriano tem para dar aos Açores e, acima de tudo, a Portugal e a todos os jovens açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação aos atletas Tiago Pinheiro e Matilde Cymbron foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação, apresentado pelo CDS-PP, pela realização da 5.^a edição do Açores Bravo Trail, é apresentado pelo Senhor Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Voto de Congratulação

Pela realização da 5.^a edição do Açores Bravos Trail

O Açores Bravos Trail teve início em 2020, num contexto internacional incerto. No entanto, esse fator não impediu que a organização implementasse, com sucesso um evento nos trilhos e na beleza da Ilha Terceira, proporcionando uma experiência imersiva aos atletas de trail-run.

Em 2021, o evento repetiu-se e percebeu-se o sucesso da iniciativa. Os 160 atletas da primeira edição passaram a 230. A experiência adquirida com estas duas provas traduzia o crescimento e já permitia vislumbrar as mudanças que aconteceriam no ano seguinte.

Em 2022, o Açores Bravos Trail passou a ligar as duas cidades terceirenses, Praia da Vitória e Angra do Heroísmo, a cidade património mundial da

humanidade, na arcada, nas calçadas, no cenário e na paisagem envolvente cuja história foi atravessada pelos atletas rumo à meta no Relvão, tendo contado com a participação de mais de 300 atletas, distribuídos por quatro distâncias

Em 2023 a prova evoluiu, passando a contar com a distância dos 100km, e uma enorme adesão de mais de 500 atletas, em pleno percurso ascendente e já a contar para as principais competições nacionais.

Este ano, na sua 5.^a edição, esta prova já se destacou como um dos maiores acontecimentos desportivos da ilha Terceira, com a participação de 755 atletas dos quais 525 de visita à ilha Terceira, confirmando o verdadeiro carácter promotor da Terceira e dos Açores além-fronteiras.

Nesta 5.^a edição a partida deu-se no centro da freguesia da Agualva e teve passagem pelas Furnas do Enxofre, terminando no relvão, em Angra do Heroísmo, em ambiente de festa e confraternização, onde ficaram expressas as características que marcam este evento: O desafio de superação e a paisagem deslumbrante e impactante.

O Grupo Parlamentar do CDS felicita a organização pela Associação de Atletismo da Ilha Terceira e as entidades que, com o seu apoio, possibilitaram a realização do evento, desde as autarquias de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, do Governo Regional e de várias outras entidades, tanto públicas como privadas. Expressamos igualmente o nosso reconhecimento a todos os atletas que competiram nas diversas provas e enaltecer a colaboração do Bombeiros da Praia da Vitória e da Associação Marcha dos Veteranos, Não podemos deixar de enaltecer o papel dos voluntários, cujo apoio altruísta e imprescindível garantiu a logística necessária para o êxito do Azores Bravos Trail 2024.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela realização da 5.^a edição do Azores Bravos Trail.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Associação de atletismo da Ilha Terceira, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, aos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, à Direção Regional do Desporto, à Direção Regional do Turismo, à Associação Marcha dos Veteranos e à Federação Portuguesa de Atletismo.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O grupo parlamentar do PSD associa-se a este voto.

É de realçar aqui toda a organização da Associação de Atletismo da ilha Terceira e todos aqueles parceiros que colaboraram nessa organização. E há aqui um dado que acho que é importante referir: passar de duzentos e poucos atletas em 2021 para mais de setecentos em 2024 é realmente fruto de uma grande capacidade da organização, de divulgação e de promoção.

Dizer também que esta prova tem a componente da promoção do desporto, mas também é muito importante para o turismo dos Açores e, em especial, da ilha Terceira porque, como é referido no voto, foram mais de quinhentos pessoas de fora que foram à ilha Terceira para participar nesta prova. Portanto, um bem haja e que continuem com essa pujança e com este sucesso.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pela realização da 5.^a edição do Azores Bravos Trail foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação, pelo 25.º aniversário do Clube Naval da Povoação, é apresentado pelo Senhor Deputado Francisco Gaspar, faça favor.

Deputado Francisco Gaspar (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25º aniversário do Clube Naval da Povoação

O Clube Naval da Povoação constitui uma coletividade regional sem fins lucrativos com o objetivo de promover os desportos náuticos e o desporto em geral, conducente a um desenvolvimento harmónico da pessoa humana.

O Clube Naval da Povoação foi fundado em 22 de outubro de 1999 por um conjunto de pessoas amantes do mar e que sentiram a necessidade de criar uma entidade de referência no concelho da Povoação, dinamizando a prática de atividades ligadas ao mar e incentivando o desporto náutico, promovendo a cultura marítima e fomentando o desenvolvimento local.

Durante estes 25 anos e muito particularmente nos últimos anos, o Clube Naval tem desempenhado um papel essencial não apenas no apoio aos desportistas locais, mas também na criação de oportunidades de lazer e formação para as gerações mais jovens, transmitindo-lhes o respeito e o amor pelo oceano, uma herança vital para a nossa Região.

O Clube Naval da Povoação tem organizado, com grande sucesso, diversas competições, regatas, eventos desportivos e culturais, mantendo uma postura de inclusão e envolvimento comunitário.

É importante reconhecer o seu esforço na educação náutica, proporcionando formação de qualidade nas várias modalidades desportivas, como a vela, cuja escola foi criada em 2019, a canoagem, secção criada em 2024, a pesca desportiva, cursos de navegação de recreio, convívios de pesca desportiva na pedra e embarcada, batismos de mergulho, disponibilizando a toda a população kayaks, pranchas de Stand Up Paddle, material de Snorkeling, entre outras.

Em 2021, o Clube Naval da Povoação inicia a participação no Campeonato Regional de Vela Ligeira e no Campeonato Regional de Escolas de Vela, tendo em 2022 e 2024 organizado esta prova no concelho.

Este trabalho tem contribuído para colocar o concelho da Povoação no mapa dos eventos náuticos regionais, divulgando o nome da nossa terra e destacando o que de melhor os Açores têm a oferecer no campo do desporto marítimo.

Este notório empenhamento e proatividade, determinou que a 3 de julho de 2021, o Clube Naval da Povoação fosse distinguido pelo Município da Povoação com o Diploma de Mérito Desportivo Municipal e que, em 2022, fosse reconhecido com o Estatuto de Utilidade Pública, pelo Despacho n.º 2324/2022 de 8 de novembro de 2022, de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional.

O Clube Naval da Povoação conta atualmente com 168 sócios e 27 atletas federados.

O Clube Naval da Povoação participa na iniciativa OCEANLIT, enquanto Embaixador e membro da Fundação Ecomar.

Pelo acima exposto, o Grupo Parlamentar do PSD, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Clube Naval da Povoação, do qual deve ser dado conhecimento à própria Associação, à Camara Municipal da Povoação e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Gualberto Rita, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Gualberto Rita (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros de Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação do 25.º aniversário do Clube Naval da Povoação, pelo excelente desempenho que ultimamente este clube tem tido na formação e nas várias competições que integram os jovens deste concelho e irá entregar à Mesa um voto de igual teor.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo 25.º aniversário do Clube Naval da Povoação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação, apresentado pelo grupo parlamentar do Chega, tem a palavra o Senhor Deputado José Sousa e o voto é sobre os 25 anos da Aldeia da Cuada.

Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação Pelos 25 anos da Aldeia da Cuada

Situada na freguesia da Fajã Grande, na ilha das Flores, a Aldeia da Cuada é hoje um símbolo de referência para o turismo sustentável, com diversos prémios e certificações ambientais, como o Melhor Espaço de Retiro Rural 2022/2023 do continente europeu pela Luxury Travel Awards.

Data de 8 de Novembro de 1705 o documento mais antigo que faz referência àquela aldeia situada na costa Oeste da ilha das Flores, sendo que no primeiro quarto do século XIX, a Aldeia da Cuada era habitada por 122 pessoas, distribuídas por 20 casas.

A partir da década de 60 do século passado, as casas foram gradualmente abandonadas, quando os proprietários foram seguindo os destinos da emigração e nos anos 70 a aldeia já se encontrava praticamente desabitada, até que em 1987, o casal Teotónia e Carlos Silva, adquiriu a primeira ruína de uma casa de pedra.

Com o objetivo inicial de a utilizar como casa de férias, rapidamente perceberam o potencial daquele local cheio de tradição e tomado pelo sossego, o que levou a que Teotónia e Carlos Silva fossem, ao longo dos anos, adquirindo as restantes casas de pedra, para formar o turismo de aldeia que desde o ano 2000 tem o estatuto de “aldeia protegida e foi classificada pelo Governo Regional dos Açores como património cultural com interesse histórico, arquitetónico e paisagístico”.

Preservando a sua autenticidade e proporcionando aos seus visitantes uma experiência ímpar, onde a história e a natureza se encontram de forma harmoniosa, este projeto visionário, promove um turismo sustentável, reconhecido internacionalmente, aos visitantes que ali encontram um refúgio de tranquilidade e beleza.

Ao longo destes 25 anos, a Aldeia da Cuada tem contribuído de forma inestimável para a valorização da identidade açoriana, revitalizando a economia local e promovendo os valores da sustentabilidade e da autenticidade.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos 25 anos da Aldeia da Cuada, na ilha das Flores, do qual deve ser dado conhecimento aos responsáveis pelo empreendimento, à Direção Regional do Turismo, e à Junta de Freguesia da Fajã Grande.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 25 anos da Aldeia da Coadá foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação, apresentado pelo grupo parlamentar do PSD, a Dário Moitoso, que se sagrou campeão nacional do trailer sprint.

Senhora Deputada Salomé Matos, tem a palavra.

Deputada Salomé Matos (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Dário Moitoso sagrou-se Campeão Nacional de *Trail Sprint*

No passado dia 15 de setembro, Dário Moitoso alcançou o 1º lugar no Campeonato Nacional de *Trail Sprint* que se realizou em Sintra com o tempo de 1 hora, 39 minutos e 51 segundos.

Dário Furtado Moitoso nasceu a 18 de junho de 1993 na ilha do Faial e é natural da freguesia da Praia do Norte.

O atleta de 31 anos, iniciou a sua atividade de desportista no Clube Independente de Atletismo Ilha Azul (CIAIA) e teve a sua primeira participação em provas da modalidade no *Azores Trail Run* em 2014.

Desde então o seu percurso está recheado de prémios e títulos que elevam o nome do Faial, dos Açores e de Portugal com o seu esforço e trabalho árduo.

O *trail running* é uma atividade potenciadora de diversos benefícios, tanto ao nível da promoção da saúde, bem como na sensibilização da preservação do meio ambiente aliando a natureza ao bem-estar.

Em 2018, foi vice-campeão nacional de trail alcançando o segundo lugar no Campeonato Nacional de *Trail* em Sintra. No mesmo ano alcançou o 1º lugar no *Azores Triangle Adventure* e no *Azores Trail Run*.

Em 2019, alcançou o seu primeiro título de campeão nacional no *Grand Trail* da Serra D'Arga e obteve o 3º lugar na *Half-Marathon Des Sables* no Perú.

O atleta participou também no *Penacova Trail* em que alcançou o 1º lugar na prova arrecadando novamente o título de campeão nacional em 2020.

Em 2021, foi campeão nacional em Portugal de *Trail Ultra* no *Trail* Porto da Cruz Natura na ilha da Madeira e no mesmo ano alcançou também o 1º lugar no *Ultra Trail* Santo Antão - Cabo Verde.

Em 2021, foi eleito “Desportista do ano 2020” pelos órgãos de comunicação social açorianos, numa distinção promovida pelo Governo Regional dos Açores através da Direção Regional do Desporto, na XX Gala do Desporto Açoriano 2021.

O atleta Dário Moitoso foi ainda Vice-campeão Nacional de *Ultra Sky Marathon* em 2022 e alcançou o 1º lugar no *Azores Trail Run*.

Ser atleta vai além dos momentos de competição e Dário Moitoso soma muitos no seu ainda curto palmarés desportivo. É um compromisso diário de foco, perseverança e superação constante dos desafios.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo título de Campeão Nacional de *Trail Sprint* a Dário Moitoso, do qual deve ser dado conhecimento formal ao próprio, à Associação de *Trail Running* de Portugal, à Direção Regional do Desporto, à Câmara Municipal da Horta e à Assembleia Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues** (PS): Bom dia a todos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores
Membros do Governo:

Peço a palavra para associar o grupo parlamentar do Partido Socialista a este voto de congratulação, congratulando o jovem Dário Moitoso por todo esse percurso, acrescentando o facto de, o Dário, ao longo desses últimos, cerca de, dez anos, ter sido um verdadeiro embaixador, não apenas do trail running açoriano, mas também das nossas nove ilhas, por todo o seu percurso, mas também pelas provas de cariz internacional em que tem participado e que tem participado com os melhores do mundo e, como se sabe, esta é uma atividade de desporto de natureza que envolve muito sacrifício pessoal e o Dário também o tem feito, até pela atividade profissional que exerce. O Dário é agricultor na freguesia da Praia do Norte e passa horas da sua vida em condições adversas muitas vezes a treinar a solo e, para que se saiba, que para chegar ao nível que o Dário chegou, e chegou bem, é com muito trabalho, com muita dedicação, muitas horas sozinho e naturalmente este voto apresentado pelo Partido Social Democrata tem a sua importância e naturalmente que o grupo parlamentar do Partido Socialista também se associa, congratulando o Dário, a sua família, o clube que o viu nascer e também aqueles que são os apoios e os patrocínios que o Dário tem para participar e continuar a fazer essa atividade.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação *Dário Moitoso sagrou-se campeão nacional de trail sprint* foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação é apresentado pelo grupo parlamentar do CDS-PP, pelo aumento das ligações aéreas entre a Terceira e o exterior durante o inverno.

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça o favor.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Voto de Congratulação

Pelo aumento das ligações aéreas entre a Terceira e o exterior durante o Inverno IATA 2024/2025

O Grupo Parlamentar do CDS-PP manifesta a sua satisfação e orgulho no significativo aumento das ligações aéreas à Terceira no próximo inverno IATA (International Air Transport Association - Associação Internacional de Transportes Aéreos). A ilha Terceira terá mais voos no próximo inverno IATA 2024/2025.

A partir de 28 de outubro, a ilha Terceira contará com um reforço de ligações ao continente português e com duas novas rotas internacionais, para Boston e Nova Iorque (JFK).

Os terceirenses contarão, em relação ao inverno passado, com mais uma ligação semanal entre a Terceira e o Porto, totalizando 4 voos semanais da SATA. Haverá também 17 voos semanais para Lisboa, 7 da SATA e 10 da TAP, tratando-se de um aumento de 3 voos semanais em que as aeronaves da TAP pernoitam nas Lajes, permitindo uma partida pela manhã.

A Ryanair vai manter as suas duas ligações semanais ao Porto e as duas ligações semanais a Lisboa, pelo que a ilha Terceira terá um total de vinte e nove voos semanais: seis ligações ao Porto, dezanove a Lisboa e duas ligações internacionais, nomeadamente a Boston e a Nova Iorque (JFK).

É de salientar que o aumento das ligações é realizado pelas nossas companhias aéreas nacionais, SATA e TAP, que muito nos orgulham.

Esta é uma conquista para os açorianos e parabenizamos, em especial, todos os envolvidos nos esforços negociais, nomeadamente a TAP, a SATA e a Aerogare Civil das Lajes, sob a tutela da Vice-Presidência do Governo.

Este é, sem dúvida, um passo decisivo para o fortalecimento da posição da ilha Terceira como um importante ponto de ligação dos Açores ao mundo, refletindo o compromisso em garantir mais acessibilidades aos residentes da Terceira e das ilhas do Grupo Central e mais oportunidades para a economia local e melhorando a qualidade de vida da população açoriana.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo aumento das ligações aéreas entre a Terceira e o exterior no próximo inverno IATA 2024/2025.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Administração da TAP, à Administração da SATA, à Direção da Aerogare Civil das Lajes e à Vice-Presidência do Governo Regional.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhora Deputada Hélia Cardoso.

(* **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Chega associa-se a este voto de congratulação.

Só é pena, de acordo com a informação que eu tenho, é que estas ligações foram decididas há relativamente pouco tempo, o que não permitiu aos operadores com tempo fazer a sua venda e sabemos que estas questões têm de ser com mais antecedência para que elas tenham sucesso.

Obrigada.

Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Luís Soares, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Naturalmente que o grupo parlamentar do PSD se associa a este voto aqui trazido pelo CDS-PP pelo aumento das ligações aéreas à ilha Terceira.

No entanto, gostávamos também de parabenizar aqueles que são os verdadeiros impulsionadores da possibilidade deste aumento de ligações aéreas, que são os empresários, nomeadamente da hotelaria, da restauração, ligados ao turismo das mais variadas formas, porque foram eles com a sua capacidade empreendedora que criaram as condições para que fosse possível, aí sim, a sua reivindicação, a sua persistência para que estas ligações fossem possíveis. Portanto, o Governo Regional foi apenas alguém que se constituiu - não tinha outra opção - no processo e que sim, conseguiu resultados excelentes para a ilha Terceira, aumentando as ligações. Este processo foi apenas uma etapa e não está concluído.

Portanto, é preciso continuar a trabalhar, porque nós temos capacidade instalada, precisamos de mais ligações, não só para a ilha Terceira, mas para os Açores.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Luís Leal, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Como é óbvio, é sempre positivo vermos ligações aéreas para a ilha Terceira, sobretudo na zonalidade baixa. Mas, aquilo que mais nos impressionou na apresentação destas rotas é que foram no fundo apresentadas em cima da sazonalidade baixa. Isto significa que, esperemos bem que não seja uma espécie de presente envenenado, porque não houve tempo para promover a ilha Terceira nos destinos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Isto faz com que tomem aí depois de muita pressão e curiosamente no dia exato em que se anuncia uma conferência de imprensa sobre o receio que

os empresários tinham instalados, relativamente à sazonalidade baixa, é que surge este voo internacional para JFK.

Mas, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo, constitui trabalho do Governo apresentar rotas e dinamizar em conjunto com o setor privado o turismo, mas JFK é bem-vindo, mas não nos esqueçamos que é via Toronto. O que é que é feito de Toronto?

Portanto, planear a sazonalidade baixa deve ser feito de forma atempada, deve ser feito com os operadores, deve ser feito com os empresários.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Custa reconhecer o sucesso!

O Orador: Por exemplo, na ilha Terceira, de 2023 para 2024, temos mais cinco hotéis, temos mais 138 alojamentos locais e vamos ter praticamente os mesmos voos que tínhamos em 2019 para o IATA de inverno.

Portanto, é preciso reforçar e cá estaremos para olhar para aquilo que é a necessidade deste setor que têm empregado muita gente, tem gerado muito investimento, mas sim, Toronto foi esquecido, por exemplo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais intervenções?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo aumento das ligações aéreas entre a ilha Terceira e o exterior durante o inverno IATA 2024-2025 foi aprovado por unanimidade.

(Ruído na Câmara)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, há momentos nesta Casa, na votação e no anúncio de votação, em que os senhores e as senhoras têm de estar em silêncio, pelo menos nesses momentos.

Vamos passar ao próximo voto de congratulação, ao atleta Mateus Jorge pelo título nacional de tiro aos pratos. É apresentado pelo Chega e tem a palavra a Senhora Deputada Olivéria Santos.

Deputada Olivéria Santos (CH): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Voto de Congratulação

Ao atleta Mateus Jorge pelo título nacional de tiro aos pratos

O jovem atleta micalense Mateus Jorge, sagrou-se Campeão Nacional de Tiro ao Prato, no escalão de juniores, na Taça de Portugal de Fosso Universal, que se realizou em Guimarães no passado mês de Setembro.

Uma prova organizada pelo Clube Industrial de Pevidém, Guimarães, e que reuniu um total de 89 atletas, dos quais seis açorianos. Foi a primeira vez que atiradores dos Açores participaram numa prova de 200 pratos – número exigido pela Federação Internacional de Tiro com Armas de Caça.

O jovem atleta com 16 anos, totalizou 175 pratos, vencendo assim o escalão júnior – algo que já não acontecia há mais de 20 anos no Clube Desportivo de Tiro de São Miguel, onde Mateus Jorge é federado há dois anos.

Um testemunho de talento e pontaria afinada de Mateus Jorge, que honra os Açores no panorama desportivo nacional e que muito orgulha a família e todos os atletas do Clube de Tiro de São Miguel. Um jovem atleta com mérito pela sua perseverança que é também um exemplo de empenho e trabalho árduo.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação a Mateus Jorge do qual deve ser dado conhecimento ao jovem atleta, ao clube desportivo de Tiro de São Miguel e à Direção Regional do Desporto.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado Russell Sousa, faça o favor Senhor Deputado.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

É com naturalidade que o Partido Socialista associa-se a este voto, demonstrando mais uma vez que nos Açores os atletas de vários desportos estão no seu auge, de nível de dedicação, de conquistas pessoais e acima de tudo para os clubes que representam.

No caso do Mateus, este jovem sagrou-se campeão nacional de tiro ao prato, uma modalidade olímpica, o que significará que possivelmente se continuar o seu percurso poderá ainda alcançar voos mais altos para os Açores e para a sua conquista desportiva também.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Leal, faça favor.

(*) **Deputado José Leal (PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros do Governo, caros constituintes desta Assembleia, Senhores Deputados:

O grupo parlamentar do PSD não pode deixar de se associar a este voto de congratulação apresentado pelo Chega, porque se trata de um jovem de 16 anos que conseguiu um título nacional no meio de oitenta e nove atletas.

É preciso também realçar que a representação dos Açores foi feita por seis atletas, de três de São Miguel e três do Faial. Numa modalidade que Portugal tem tradição até olímpica, se não me engano e se a memória não me falha. Portanto, é importante realçar esta conquista para o desporto açoriano.

Esta conquista de um jovem açoriano e felizmente vai havendo essas referências para a juventude em tempos tão conturbados como nós vamos vivendo.

Portanto, parabéns ao Mateus Jorge e ficamos associados ao voto do Chega.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos votar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao atleta Mateus Jorge pelo título nacional de tiro aos pratos foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação apresentado pelo grupo parlamentar do PSD, 1.º prémio conquistado pelo ensino básico na Escola

Básica e Secundária de Lajes do Pico, tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

1.º Prémio do Ensino Básico obtido pela Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico na 10.ª Edição Nacional do Apps for Good

Apps for Good é um programa educativo tecnológico, que desafia alunos e professores a desenvolverem aplicações para smartphones ou tablets, mostrando o potencial da tecnologia na transformação do mundo e das comunidades onde se inserem.

Com uma metodologia de projeto, os alunos têm oportunidade de experienciar o ciclo de desenvolvimento do produto e estar em contato com uma rede de peritos.

O Apps for Good começou em Portugal em janeiro de 2015 com o CENTER OF DIGITAL INCLUSION – CDI Portugal, uma organização não-governamental de inclusão e inovação social e digital.

Desde 2013 que o CDI está em Portugal, incentivando o uso das tecnologias na resolução dos problemas e dos desafios da comunidade e do mundo. Implementa o Apps for Good para a evolução dos modelos atuais de ensino e os Centros de Cidadania Digital para promover a participação e cidadania ativas.

Todos os projetos desenvolvidos pelo CDI Portugal têm por base a transformação de vidas pela tecnologia. Este é um programa internacional sediado em Londres desde 2010 e fundado por Iris Lapinski.

Este programa, premiado pela Unesco, integra uma rede internacional e conta, desde 2014, com o apoio da Direção-Geral da Educação, no sentido de

proporcionar aos professores e alunos conteúdos pedagógicos com recurso a metodologias ativas para, em equipa, criarem soluções enquadradas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Com este programa, pretende-se que os alunos criem aplicações que procurem resolver problemas da comunidade.

No dia 20 de junho decorreu no Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico o Encontro Regional dos Açores do Apps for Good, a Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico fez-se representar com uma equipa composta pelos alunos David Ávila Cardoso, Fernando Silveira Cardoso, Gabriel Xavier Silva e Raquel Maria Bettencourt do oitavo ano de escolaridade, coordenados pelas professoras Maria Estefânia da Silva e Maria da Conceição Machado.

Nessa data, a equipa foi selecionada para representar os Açores na fase nacional no dia 18 de setembro em Lisboa.

O projeto denominado ReAgir, apresentado pela Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, potencia as atividades em conjunto entre a comunidade sénior e aproxima-a dos jovens. Promove, pois, as relações intergeracionais e a transmissão de conhecimentos, combatendo ao mesmo tempo o isolamento.

Sublinhe-se que a equipa de alunos proporcionou aulas de literacia digital para os reformados do município das Lajes do Pico, entidade parceira do projeto, em conjunto com a Junta de Freguesia das Lajes do Pico e de S. João.

Em setembro, o projeto ReAgir recebeu o 1.º prémio do Ensino Básico da 10.ª edição do Apps for Good na competição a nível nacional, no contexto dos 25 Projetos a concurso.

A aluna Raquel Bettencourt venceu ainda o prémio JovemAluna.pt, atribuído pela empresa PT., parceira global da iniciativa Apps for Good desde 2016. Este prémio tem como objetivo promover o talento feminino no setor da tecnologia.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de 2024, a aprovação de um voto de congratulação pelo 1.º prémio do Ensino Básico da 10.ª edição do Apps for Good, obtido pela Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos alunos, às professoras responsáveis, aos Encarregadas/os de Educação dos alunos, à Assembleia de Escola da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico, à Secretaria Regional da Educação e Cultura e Direção Regional da Educação.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Mário Tomé, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Bom dia a todos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Naturalmente que o grupo parlamentar do PS associa-se a este voto de congratulação e informa a câmara que irá apresentar um voto de semelhante teor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos votar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo 1.º prémio do ensino básico obtido pela Escola Básica Secundária das Lajes do Pico na 10.ª edição nacional do Apps for Good foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos assim os votos de congratulação.

Passamos aos votos de saudação. Voto de saudação pelo Dia Mundial do Animal apresentado pela representação do PAN. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação pelo Dia Mundial do Animal

Instituído em 1931, e celebrado a 04 de Outubro, o Dia Mundial do Animal tem como objetivo evocar os princípios assentes na Declaração Universal dos Direitos dos Animais, de 1978, e realçar as cinco liberdades dos animais.

Esta data de celebração convida-nos a uma reflexão sobre a importância de proteger todas as espécies que habitam o nosso Planeta, destacando o papel singular que cada uma delas representa no funcionamento dos ecossistemas.

Desde a data da sua instituição decorreu quase um século e desde a Declaração Universal dos Direitos dos Animais cerca de meio século. Ambas pretendem reforçar a ideia de que todos os animais nascem iguais perante a vida e têm os mesmos direitos à sua existência, têm o direito de ser respeitados, viver livremente, não podendo ser submetido a atos cruéis ou a maus-tratos e que se a morte de um animal for necessária, deve ser instantânea, indolor, evitando angústia.

Mais, a Declaração prevê ainda que nenhum animal deva ser explorado para entretenimento humano, e que o abandono configura um ato cruel. A par disso, a morte dos animais é considerada um crime contra a vida e a divulgação de

cenar nas quais os animais são vítimas de violência devem ser proibidas, salvo se servirem para retratar a violência dos atos, sensibilizando e alertando para o seu efeito nefasto. Todos os animais têm o direito aos cuidados e à proteção humana. Estas são as diretrizes basilares do bem-estar animal.

Desde cedo se abraçou a ideia de que a defesa animal é uma causa inerente ao nosso humanismo. No entanto, não é uma causa de toda a humanidade. As violações dos direitos dos animais proclamados na Declaração dos Direitos dos Animais são uma constante diária, à qual a nossa Região não escapa. E esta não é uma Região de animais felizes, ao contrário do apregoado pelas estratégias de marketing! Seja em terra ou no mar, explorar animais enjaulados não é o caminho que mereça ser trilhado.

Aos dias de hoje, nos Açores, há animais de companhia que são esquartejados até à morte, que são acorrentados em matas até serem estrangulados, que são mantidos em cativeiros sem comida e bebida, definhando até à morte. Outros são abandonados e atropelados sem que sejam socorridos, entre muitos outros casos classificados como filmes de terror animal.

Sabemos disto porque o nosso trabalho não é só político e os atos ilícitos ou crimes contra animais são crimes de natureza pública, em que todos temos o dever de os denunciar e não fugimos ao cumprimento desse dever, tal como os elementos dos órgãos de polícia criminal, que nos auxiliam nessa missão.

No entanto, salve-se o despertar coletivo para o respeito pelos direitos dos animais, impulsionado pela senciência animal, enquanto seres capazes de sentir dor, alegria e sofrimento, sendo nosso dever assegurar que são tratados com dignidade e respeito.

A causa animal é multifacetada, deontológica, envolvendo a justiça, a ecologia e a saúde, colocando a nossa capacidade de raciocínio e empatia numa posição única de questionamento, unindo esforços em prol de um futuro sustentável e

seguro para todos, reconhecendo que todos têm valor e merecem respeito e dignidade.

Esta cultura de conscientização e sensibilização é, também, fruto de um trabalho árduo e contínuo de agentes e atores políticos, associações, voluntários, cuidadores, e demais soldados da causa animal, que desde já saúdo.

Associações de proteção animal e voluntários são, não raras vezes, a única linha na defesa e proteção de animais em situações de risco, maus-tratos e abandono, atuando para colmatar as lacunas do poder público.

Cumprindo o desígnio desta celebração, é tempo de reafirmar a importância da implementação de políticas eficazes e de iniciativas concretas para combater a perpetuação da negligência e desrespeito pelos direitos dos animais.

É também tempo de recordar Alice Moderno, ilustre defensora dos direitos dos animais nos Açores, que nos deixou um legado inestimável que inspira gerações e no qual deve assentar o paradigma regional de bem-estar animal, recuperando as suas convicções nesta matéria.

O verdadeiro progresso civilizacional mede-se pela forma como tratamos os seres mais vulneráveis e pela capacidade de promover uma vida saudável e harmoniosa do todos.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PAN/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária: saudar o Dia Mundial do Animal; felicitar as associações zoófilas da região e a aprovação de presente Voto de Saudação pelo Dia Mundial do Animal.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Associação Animais de Rua-núcleo de São Miguel, Associação Cantinho dos Animais dos Açores, à Associação Santuário Animal do Pico, AFAMA-Associação Faialense dos Amigos dos Animais, Associação Amigos dos Animais da Ilha Graciosa, Associação da Defesa dos Animais da Ilha de São Jorge, Brigada Animal de

Rua do Faial, Associação Amigos dos Animais da Ilha Terceira e Coletivo Alice Moderno, delegação regional dos Açores da Ordem dos Médicos Veterinários, Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente do Comando Territorial dos Açores da GNR e Provedora Regional do Animal.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

O Deputado Regional.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Senhor Deputado Francisco Lima, tem a palavra.

(* **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Chega naturalmente associa-se ao Dia Mundial do Animal, mas não se pode associar a algumas partes que foram aqui ditas e claramente apontam, mais uma vez, para o complexo ideológico do PAN contra as touradas, porque basicamente fala sempre em crueldade animal, em espetáculo e, portanto, nesse sentido não podíamos deixar aqui em claro que uma coisa é o bem estar animal, os animais de companhia. Outra coisa é o dia do animal e usar isso para promover determinadas ideologias extremistas contra os agricultores, contra as tradições, contra as touradas.

Portanto, nós vamos nos associar naturalmente ao voto, abstraindo-nos um bocado do que aqui foi dito.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Chaves, faça favor.

(* **Deputado Paulo Chaves** (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O grupo parlamentar do PSD concorda com o voto de saudação do PAN sob o Dia Mundial do Animal, mas não pode associar-se ao que foi dito e explanado neste voto. Porque na realidade, na Região Autónoma dos Açores, temos sim, ao contrário do que o Senhor Deputado Pedro Neves diz, animais felizes e o grupo parlamentar do PSD não concorda de forma nenhuma que haja maus-tratos ou atos de barbaridade em relação aos animais nos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Patrícia Miranda, faça o favor.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

O dia 4 de outubro é sem dúvida o Dia Mundial do Animal e quanto a isso o Partido Socialista também se associa a este voto porque percebe a importância que tem na consciencialização das pessoas e da nossa sociedade para a contínua política de defesa da causa animal, que também é desígnio do Partido Socialista esta defesa e estes valores.

No entanto, há outros requisitos que infelizmente temos que nos abstrair, porque ética e princípios muitas vezes chocam naquilo que é a consciencialização dos direitos dos animais.

O direito do animal não é de todo, nem pode ser, humanização dos seus princípios e das suas fisiologias.

No entanto, importa lembrar também que no dia 4 de outubro celebra-se também o Dia Nacional do Médico Veterinário. E aqui também deixamos uma ressalva a estes profissionais, que a par de outros profissionais da causa animal, também eles trabalham e enaltecem a causa e a defesa do bem-estar animal,

tendo por base a deontologia e a ética que é associada e que faz falta na defesa deste dia e destes princípios.

Por isso, Senhoras e Senhores Deputados, o Dia Mundial do Animal e o Dia do Médico Veterinário estão de mãos dadas e assim têm de continuar na defesa desta causa.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de saudação pelo Dia Mundial do Animal foi aprovado com 23 votos do PS, 5 do Chega, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 21 votos do PSD de abstenção, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: O próximo voto é igualmente de saudação pelo centenário do nascimento do Padre Manuel Coelho de Sousa. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Chaves.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação

Pelo centenário do nascimento do Padre Manuel Coelho de Sousa

Manuel Coelho de Sousa nasceu na Vila de São Sebastião, Ilha Terceira, a 30 de setembro de 1924, no seio de uma família de lavradores, tendo falecido na mesma localidade a 2 de setembro de 1995.

Ingressou no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, no ano de 1937, então com 13 anos, onde se revelou um aluno brilhante e dotado para as artes.

Foi ordenado sacerdote a 20 de junho de 1948, numa cerimónia realizada na cidade de Ponta Delgada.

Iniciou a sua vasta colaboração na imprensa escrita como colaborador em suplementos culturais, passando depois a jornalista. Exerceu as funções de chefe de redação do jornal A União entre 1956 e 1962.

No ano letivo de 1962/1963 frequentou o curso de Filologia Hispânica na Universidade de Salamanca. Regressado aos Açores, em finais de 1963, foi nomeado pároco da Vila de São Sebastião, cargo que exerceu até ao seu falecimento.

Foi professor de Português no ensino secundário, tendo lecionado no Seminário Padre Damião, na Praia da Vitória, no Seminário Episcopal de Angra e, depois, no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, hoje Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade.

Manteve intensa colaboração na imprensa escrita e no Rádio Clube de Angra, onde pertenceu à direção da estação.

Em 1976, foi nomeado diretor-adjunto do diário A União, passando depois a diretor do jornal, função que exerceu até 30 de Setembro de 1994. As suas crónicas radiofónicas ganharam grande popularidade, bem como as suas notas diárias em A União.

Coelho de Sousa deixou uma vasta obra dispersa pela imprensa açoriana e múltiplos inéditos. Publicou algumas monografias, com destaque para a poesia, mas o grosso do seu legado, particularmente as peças de teatro que escreveu, ensaiou e encenou, ficou inédito.

Foram célebres as peças de teatro da sua autoria representadas por grupos locais, com destaque para o Auto Ao mar, levado à cena nas celebrações do 5.º centenário do Infante D. Henrique, no Teatro Angrense. Assim como Angústia, um drama em dois atos, e ainda Promessa e Intriga Azul e Branca, no âmbito do teatro crítico.

Como orador sacro destacou-se pela sua fluência e força espiritual, o que o levou até junto das comunidades açorianas emigradas nos Estados Unidos da América e Canadá.

Em 2005, dez anos após o seu falecimento, foi homenageado com um busto no adro da Igreja Matriz de São Sebastião, e o seu nome foi incluído na toponímia daquela vila.

É desde 2005 cidadão honorário de Angra do Heroísmo, e foi agraciado em 2014, a título póstumo, com a Medalha de Honra do Município de Angra do Heroísmo, por deliberação unânime da Câmara e Assembleia Municipais.

Comemorando-se este ano o centenário do nascimento do Padre Manuel Coelho de Sousa, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de louvor pelo notável percurso de vida que teve, a nível local, regional e na nossa diáspora, e simultaneamente pelo destaque que deu à sua Vila de São Sebastião, localidade que tanto amou e sempre enalteceu.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Junta de Freguesia da Vila de São Sebastião e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente ao voto de congratulação aqui apresentado pelo Partido Social Democrata pelo centenário do nascimento do Padre Manuel Coelho de Sousa, uma figura maior da cultura açoriana e alguém que esta Assembleia Regional já reconheceu em 2014, com a insígnia autonómica de reconhecimento.

E, portanto, o centenário é sempre uma boa altura e um bom momento para voltar a destacar este que foi um vulto da cultura açoriana.

Surge aqui no voto apresentado como padre, as poderia surgir como professor, como jornalista, como poeta, como dramaturgo, como pintor ou como encenador e, portanto, foi alguém que se destacou em várias vertentes. Alguém que também se destacou pelo seu papel ativo na sociedade terceirense e na sociedade açoriana.

Este autor foi alguém e aqui citando um verso de Camões que pelas suas obras valorosas se libertou da lei da morte e não se pode deixar aqui de destacar que são dois dos deputados mais jovens desta Assembleia Legislativa que tomam a palavra para relembrar a memória de alguém que nasceu num momento em que nós nem temos lembrança disto.

E, portanto, é a sua obra e no fundo que esta seja uma oportunidade de todos os mais jovens e também os mais velhos desta Casa de voltarem à obra deste vulto da cultura açoriana e que tenhamos a oportunidade de com ele aprender aqueles que são os valores do humanismo e que também, tendo em conta a sua vertente católica como padre que trouxe e que no fundo imprimiu na sociedade açoriana através da sua obra.

Que este momento do centenário seja um momento e uma oportunidade para recordarmos a obra do padre Manuel Coelho de Sousa.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Padre Coelho, como era conhecido, era um excelente orador. Foi meu professor de português no 9.º ano, foi com ele que aprendi sobre os Lusíadas.

Ele foi um padre poeta. A sua homília da missa nova foi escrita em verso. Mas, a atividade de poeta não se restringiu às atividades religiosas, ele também escrevia em redes para danças de Carnaval, as chamadas danças de espada.

Daí, associarmo-nos com muito gosto a este voto.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos então votar este voto de saudação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação pelo centenário do nascimento do Padre Manuel Coelho de Sousa foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, encerramos assim os votos de saudação.

Vamos entrar nos votos de protesto, mas antes disso vamos fazer um intervalo de 15 minutos. Regressamos às 11 horas e 37 minutos.

Eram 11 horas e 17 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 37 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos entrando nos votos de protesto. O primeiro voto de protesto, apresentado pela representação parlamentar do Bloco de Esquerda, quanto à imposição do limite de 600 euros no custo elegível para o subsídio social de mobilidade. Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima para a sua apresentação.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Protesto

Contra a imposição de um limite de 600 euros no custo elegível para o subsídio social de mobilidade

Ao apresentar este voto, não posso deixar de lembrar resumidamente o processo que levou à decisão, sobre a qual, hoje, propomos protestar.

Em 2015 para garantir o direito à mobilidade e atenuar os impactos negativos do fim das obrigações de serviço público, nas ligações entre os Açores e o Continente, foi criado o Subsídio Social de Mobilidade.

É consensual, na Região, que no ato da compra os residentes deviam pagar, no máximo, a parte que lhes cabe, sem adiantamentos.

O Bloco de Esquerda trouxe a este Parlamento, por duas vezes, uma anteproposta de lei para acabar com a necessidade de adiantamentos e reembolsos. As duas iniciativas foram rejeitadas pelos partidos da Coligação.

Em maio passado, o Ministro das Infraestruturas e Habitação afirmou publicamente que o Governo da República estaria a ponderar a imposição de um limite de 600 euros no custo total elegível para o subsídio social de mobilidade.

Confrontado com estas declarações, em audição na Comissão de Economia deste Parlamento, o Ministro afirmou que nenhum açoriano ficaria para trás. Nada mais falso.

Sem sequer esperar pelas conclusões do grupo de trabalho que o próprio criou, para a revisão do subsídio social de mobilidade, o Governo da República impôs um teto de 600 euros, como o valor máximo elegível para o reembolso.

Uma decisão que é inaceitável e que ataca o direito à mobilidade dos açorianos e açorianas.

O Bloco de Esquerda trouxe a este Parlamento, recorde, em junho, uma proposta para este Parlamento se manifestasse contra quaisquer medidas que limitassem o direito à mobilidade dos açorianos e açorianas.

A proposta era clara na recusa liminar da medida já anunciada pelo Ministro.

No debate dessa iniciativa ouvimos todo o tipo de acusações e insultos. A Coligação do PSD, CDS-PP e PPM acusou-nos de estarmos a levantar um manto de suspeições.

A Senhora Secretária Regional do Turismo Mobilidade e Infraestruturas acusou-nos de estarmos a inventar. Acusou-nos de querermos acabar com o subsídio social de mobilidade.

Afinal, quem inventou uma medida para começar a acabar com o subsídio social de mobilidade foi o PSD e o CDS, pelas mãos do seu Governo da República.

A proposta do Bloco de Esquerda tinha afinal toda a razão de ser e teria sido muito importante que tivesse sido aprovada.

Marcava uma imposição firme e contra quaisquer restrições ao subsídio social de mobilidade, antes da concretização da decisão do Ministro.

Mas o PSD, o CDS-PP, o PPM e o Chega preferiram não incomodar os Ministros das Infraestruturas e Finanças e votaram contra a proposta do Bloco de Esquerda.

Foram coniventes com uma decisão que sabiam que estava a ser preparada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a pressa do Governo da República do PSD e do CDS-PP foi tanta que, sem esperar pelas conclusões do grupo de trabalho que ele próprio criou, publicou uma portaria ilegal que não cumpriu o dever de audição do Parlamento dos Açores.

O Bloco de Esquerda, desde a primeira hora apontou essa ilegalidade. Uma ilegalidade que o próprio Governo da República ontem reconheceu que existia, ao enviar para o Parlamento dos Açores um novo projeto de portaria para parecer, com o mesmo conteúdo, anunciando a revogação da portaria publicada anteriormente.

Antes, para tentar iludir os açorianos, o Presidente do Governo Regional apressou-se a anunciar uma plataforma que permitiria aos açorianos pagar apenas no ato da compra do bilhete o máximo de 134 euros.

A limitação do valor do subsídio entrou em vigor imediatamente, sem aviso prévio, mas a plataforma há de vir, um dia, talvez, quem sabe.

E a Coligação do PSD, do CDS-PP e do PPM tira agora da cartola uma proposta para tentar baixar o valor do custo máximo das passagens aéreas para o residentes, quando nada fez para impedir que aumentassem. Tanta hipocrisia.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Parlamento dos Açores não pode deixar de tomar uma posição firme e unânime contra a decisão tomada pelo Governo da República, de limitar a mobilidade dos açorianos e açorianas.

E assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de protesto contra a imposição de um limite de 600 euros no custo elegível para o subsídio social de mobilidade.

Voto de Protesto

Contra a imposição de um limite de 600 euros no custo elegível para o subsídio social de mobilidade (Voto entregue na Mesa)

Ao longo de décadas têm sido implementadas políticas que procuram mitigar os desafios económicos e sociais impostos pela condição insular, arquipelágica e ultraperiférica dos Açores.

Em 2015, perante a necessidade de garantir o direito à mobilidade e como forma de atenuar os impactos negativos da revogação das obrigações de serviço público nas ligações aéreas entre os Açores e o Continente, foi criado o Subsídio Social de Mobilidade.

Este mecanismo obriga a que os beneficiários adiantem o valor total das viagens, sendo reembolsados do valor do subsídio apenas após a realização destas, levando a que os passageiros tenham de adiantar dezenas e até mesmo centenas de euros, situação que pode até mesmo colocar em causa o seu direito à mobilidade.

É consensual, na Região, que no ato da compra dos bilhetes, os residentes deviam pagar, no máximo, a parte que lhes cabe, que, atualmente, entre os Açores e o continente é de 134 euros (99 euros para os estudantes) e entre os Açores e a Madeira é de 119 euros (89 euros para os estudantes).

Em audição no parlamento dos Açores, o ministro das Infraestruturas e Habitação garantiu que nenhum açoriano seria prejudicado com as alterações

que seriam implementadas pelo Governo da República no Subsídio Social de Mobilidade.

No entanto, no passado mês de setembro, o Governo da República publicou uma portaria que veio piorar as condições de mobilidade aos residentes nos Açores, impondo um limite de 600 euros ao custo total elegível para o reembolso.

Além de ser um ataque à mobilidade dos açorianos e das açorianas, esta portaria foi também um ataque à Autonomia dos Açores, por não ter sido cumprida a obrigação de audição do parlamento dos Açores, como determina a Constituição.

Uma ilegalidade que o Governo da República veio finalmente reconhecer ao enviar ontem ao parlamento um pedido de parecer sobre uma nova portaria, com o mesmo conteúdo, anunciando a revogação da anterior portaria.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de protesto contra a imposição, pelo Governo da República, de um limite de 600 euros no custo elegível para o subsídio social de mobilidade.

Do presente voto, propõe-se dar conhecimento à Assembleia da República, ao Governo da República e ao Governo da Regional.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

O Deputado Regional.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Diz o n.º 3, do artigo 73.º do nosso Regimento que, concluída a apresentação do voto, cada grupo parlamentar dispõe de 3 minutos e representações parlamentares de 2 minutos e apelava ao cumprimento desses tempos.

Senhor Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:
Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, na política não pode valer tudo e muito menos a mentira. A mentira não pode valer.

Esta Casa, o Parlamento dos Açores aprovou uma anteproposta neste sentido, no sentido que o senhor diz agora que foi contrário. Não! Nós aprovamos uma proposta e dissemos na altura que não aprovávamos a sua porque tínhamos a nossa.

Foi uma anteproposta do Chega, no sentido de livrar da burocracia, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não livra nada.

O Orador: ... limitar também a questão das agências de viagens que andavam a fazer...

(Aparte inaudível)

O Orador: Pois, agora não se pode dizer isto nesta casa porque os açorianos têm memória. Os açorianos têm forte memória.

Nós apoiamos o seu voto de protesto, porque também estamos indignados com o que aqui foi feito e o que não foi feito, que foi ouvir o Parlamento dos Açores. Agora, com mentiras é que não vamos lá.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse nenhuma mentira!

O Orador: A verdade é que tudo fizemos. Este Parlamento tudo fez para que pudéssemos ter um subsídio de mobilidade eficaz que contemplasse o máximo possível de açorianos. Este teto máximo continua a não contemplar, nós continuamos a ter a burocracia que temos e nós continuamos a não fazer parte de Portugal, lamentavelmente.

Os governantes da República em nada mudam. Muda a cor partidária, mas não muda a forma miserável e vergonhosa como tratam os Açores.

Isto aqui é Portugal, eu sou orgulhosamente português. Eu não admito ser tratado como filho menor, apenas que vive no meio do Atlântico.

E o senhor também devia ter algum cuidado com o que diz. Não use mentiras para ter razão, porque o senhor tem razão quando fala que nós precisamos desse subsídio, quando fala que precisamos de nos livrar da burocracia. A razão o senhor já a tem, não vai ter mais razão por mentir e até enrolar o Chega nisso. As suas palas ideológicas deixe cair quando estiver em causa o bem estar dos açorianos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Luís Leal, faça favor.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Senhor Presidente, muito obrigado.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista tem tido uma posição muito firme e imutável ao longo dos tempos relativamente ao subsídio social de mobilidade e nós votaremos a favor de qualquer voto protesto que diminua os princípios da autonomia, que desrespeito os açorianas e as açorianas.

Aquele orgulhoso portuguesismo, que um dia ousámos por designar por açorianidade, deve estar sublinhado, deve ser reivindicado e deve ser lembrado.

Os *tiques* de centralismo que levaram a que olvidassem por completo esta Assembleia e o Governo dos Açores, relativamente à publicação da portaria, não passarão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Esta matéria que o Bloco de Esquerda traz com um voto de protesto, aliás também como a Iniciativa Liberal e o PS, uma espécie de corrida dos pequeninos.

Apesar disso, um assunto grande no interesse dos Açores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É de uma grandeza essa afirmação!

Deputado Carlos Silva (PS): A vossa resolução é de uma grandeza! O senhor deve-se achar um gigante!

O Orador: Sendo a corrida dos pequeninos é um assunto de grande interesse para os açorianos.

E é, porque de facto sem a mobilidade e sem a observância do princípio da continuidade territorial, de facto nós ficamos diminuídos no país e queremos ser parte integrante deste país.

Eu quando digo que é uma corrida é porque tudo isto está relacionado com a portaria publicada pelo Governo da República no dia 26 de setembro. E nesse dia logo pela manhã às dez horas e poucos minutos, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor veio a correr nessa altura fazer um vídeo!

O Orador: ... creio que 42 minutos, já o Governo Regional tinha tomado posição firme sobre esta matéria. Fê-lo também o PSD, o CDS e o PPM, em coligação, também se pronunciou contra ...

Deputado Carlos Silva (PS): Era a corrida dos pequeninos!

O Orador: ... a portaria do Governo da República...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Contra a fixação de um teto máximo, defendendo o princípio da continuidade territorial, da mobilidade dos açorianos e, até mais do que isso, baixar o valor da tarifa de residente para um montante inferior aos 134 euros que está em vigor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Portanto, sobre esta matéria, nós não recebemos lições de ninguém, muito menos do Partido Socialista, que ao longo do tempo, neste domínio, nunca pôs acima dos seus interesses partidários, o interesse dos Açores.

Deputados Vasco Cordeiro e João Vasco Costa (PS): Isso é falso!!

O Orador: Nós, quando António Costa disse que o subsídio social de mobilidade é absurdo e ruinoso, o Partido Socialista não apresentou aqui nenhum voto de protesto. Amochou, calou-se, vergonhosamente, cobardemente aos interesses e ao que determinava o Primeiro-Ministro e líder do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Se por acaso alguém pensava que isto era uma casca de banana, tipo garoto que lança uma casca de banana para ver se aquele que vem atrás, que neste caso é a Coligação, vai escorregar nela, enganaram-se redondamente.

Não é pela circunstância do Governo da República ser também do PSD, do CDS e do PPM que nós deixaremos de defender em primeiro lugar os Açores e só depois os nossos interesses ou qualquer conveniência partidária.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Coisa que aliás o Partido Socialista não consegue fazer porque ainda hoje está tudo dito. Os voto dos socialistas eleitos pelos Açores seguirá orientações do líder nacional. É o líder nacional que vai decidir se Francisco César e Sérgio Ávila votam a favor ou contra o orçamento.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O título é do jornal!

O Orador: Não é o interesse dos Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Carlos Silva, pede a palavra para?

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Defesa de honra, Senhor Presidente. Posso justificar, se me permite?

Presidente: Senhor Deputado, eu vou-lhe dar a palavra para a defesa da honra, se entende que a honra da bancada foi posta em causa.

Tem a palavra, tem 3 minutos.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, defesa de honra porque fomos acusados de amochar e de cobardemente ter consentido qualquer alteração ou qualquer tentativa de alteração e, portanto, acho que justifica perfeitamente a nossa defesa de honra. Serei breve e para reforçar que há algo que nos diferencia do PSD e do governo da direita que é, com os governos do Partido Socialista na República os açorianos sabiam que não pagariam mais que 134 euros.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Oh, sabiam!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Grande mentira!!

O Orador: Essa garantia existia. Com os governos da direita essa garantia deixa de existir e isso diz muito do vosso partido e do vosso apoio ao Governo da República.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Grande mentira!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado, pretende dar alguma explicação?

(Pausa)

Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Como vossa excelência entendeu e todos nós, a bancada do PS não foi ofendida, foi confrontada com uma realidade.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foi!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi confrontada com a sua passividade, com a sua conivência, e repito, com a sua cobardia política, por não ter colocado acima da sua conveniência partidária, o interesse dos Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quando António Costa disse que o subsídio social de mobilidade é absurdo e luminoso, mas também do seu atual presidente socialista que em 2010 era contra a liberalização do espaço aéreo.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): É verdade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Podem dar as voltas que derem. Enquanto o PS foi governo, os açorianos não pagaram mais do que 134 euros!

O Orador: E em 2019, na sequência de um debate promovido por uma iniciativa do PSD, também disse que era preciso mudar o subsídio social de mobilidade para evitar a fraude e, sobretudo, para não pesar sobre o contribuinte através dos encargos que isso trazia ao Estado.

Ou seja, alinhando com o discurso de António Costa, que o subsídio social de mobilidade era absurdo e ruinoso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Essa foi sempre a posição do PS.

Pergunto a vossa excelência, Senhor Presidente, e nem sequer farei uma interpelação, aproveito o tempo que a figura regimental me concede, para lhe fazer a pergunta, se nos arquivos da nossa Assembleia consta alguma resolução, algum voto de protesto, alguma vez subscrito pelo Partido Socialista contra as declarações de António Costa e tudo aquilo que foi dito sobre o subsídio social de mobilidade.

Seguramente, que não tem.

O que nós temos é um partido que se verga aos interesses partidários. Francisco César e Sérgio Ávila vão votar, não observando, não defendendo aquilo que é o

interesse dos Açores, mas aquilo que forem as orientações do amigo Pedro Nuno Santos.

Disse!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Temos agora aqui o voto do Bloco de Esquerda, relativamente à imposição do limite de 600 euros do custo elegível para o subsídio social de mobilidade e, como tal, tenho que começar a minha intervenção por dizer e não tenho tempo para ler o voto, porque a verdade é que o Senhor Deputado António Lima – e é verdade que o pode fazer – mas, aquilo que disse naquela tribuna não corresponde ao teor do votos e o que nós vamos votar é, sem dúvida, aquilo que temos aqui perante nós no voto protesto e não aquilo que foi dito daquela tribuna e que não podemos subscrever.

E não podemos subscrever porque, desde o primeiro momento, quer os partidos da Coligação, quer o próprio Governo Regional mostrar-nos todos indignados com esta situação e fomos apanhados de surpresa, como todos nós nesta Casa,

com a publicação daquela portaria e, por isso, é que nos pronunciámos logo sobre esta matéria, de uma forma muito clara e inequívoca e não houve sombra de dúvidas do que foram as declarações de todos os partidos da Coligação e do Governo Regional quanto a esta matéria e do facto de estarmos contra esta imposição deste teto, contra ter sido publicado uma portaria antes de terminar o grupo de trabalho que estava a avaliar esta situação e isso foi inequívoco de qualquer um dos grupos que suportam este governo e do próprio Governo Regional.

É verdade que qualquer um de nós – e agora podemos fingir que não era – todos nós aqui na Região e nós nesta Casa sabíamos perante várias pronúncias centralistas do Governo da República que poderia acontecer alguma coisa ao subsídio social de mobilidade, desde a altura quando o Senhor Primeiro-Ministro disse que o considerava absurdo e ruinoso, quando foram detetadas ilegalidades nas próprias agências de viagens quanto à aquisição e às negociatas que se faziam com a compra dos bilhetes para nos deslocarmos a Portugal continental ou à Madeira e, por isso, todos nós no nosso íntimo sabíamos que isso poderia pôr em causa o subsídio social de mobilidade.

E, por isso, sempre nos pronunciámos sobre qual era o nosso entendimento relativamente a esta importante medida de coesão territorial, de mobilidade para os açorianos, sempre nos transmitimos de forma inequívoca ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: ... e sempre transmitimos qual era a nossa posição, quer no governo anterior desta Região, quer hoje. Isso não mudou, porque o Governo da República mudou. Não, nós mantivemos sempre a nossa posição.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E ao nos depararmos com a falta de consideração que entendemos que o Governo da República teve connosco, anunciamos logo que íamos fazer alguma coisa, que íamos apresentar uma solução, que íamos apresentar uma iniciativa e que não íamos ficar de braços cruzados, à espera que o Governo da República se lembrasse que afinal isto não ia ser bem assim ou afinal isto vai ser de outra maneira.

Não ficamos aqui à espera, nem sentados à espera que alguma coisa acontecesse, porque estamos aqui sempre na defesa dos açorianos e isso foi sempre transmitido por nós de uma forma clara e inequívoca.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Não era para intervir mais nesse voto, mas tendo em conta aquilo que foram algumas palavras proferidas, não posso deixar de, em primeiro lugar, dizer que tudo o que disse naquela tribuna é completamente verdadeiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para além de não ser verdadeiro, não está no voto!

O Orador: Ó Senhor Presidente, eu não consigo concluir a minha intervenção. Peço a devida tolerância com o tempo.

(Ruído na Câmara)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos permitir que o Senhor Deputado António Lima conclua a sua intervenção.

Faça favor, Senhor Deputado.

O Orador: A intervenção da Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, quando diz que todos sabíamos que alguma coisa ia acontecer, foi exatamente por isso que trouxemos aqui um projeto de resolução que recomendava ao Governo da República que não impusesse nenhuma limitação à mobilidade dos açorianos.

E foi por isso que apresentamos esse projeto de resolução. Não é uma proposta de lei para a Assembleia da República, é uma recomendação ao Governo da República e a Senhora Deputada, o CDS, o PSD e o Chega, Senhor Deputado José Pacheco, votaram contra e isso fica no vosso currículo, porque amocharam perante o Governo da República e esse é que é o problema e agora têm é que pedir desculpa aos açorianos por terem ficado quietos e calados quando era altura de falar, agora chorar sobre o leite derramado é tarde.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Pacheco, pede a palavra para?

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Para a defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra, Senhor Deputado, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

O amochar, isso é um bocadinho no seguimento do “levar na corneta”, isso é tipo de...

Nós vamos atacar a verdade com mentiras destas para termos razão, quando não temos razão.

Os açorianos que estão representados nesse Parlamento aprovaram um documento que foi para a República e que dizia precisamente isso. Ponto final do parágrafo.

O senhor quer insistir na mentira e andar aqui a atacar o Chega, só porque é o Chega, o senhor vai ter muito pouca sorte. Sabe porquê? No futuro, nem aqui o senhor vai estar.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, pretende usar da palavra para algum esclarecimento?

(Pausa)

Tem a palavra, tem 3 minutos.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu vou fazer chegar à Mesa para distribuir o resultado da votação do projeto de resolução sobre a posição da Região Autónoma dos Açores, no âmbito do grupo de trabalho para a revisão do subsídio social de mobilidade, discutido no plenário de junho e que teve o seguinte resultado nas votações: PSD – contra, Partido Socialista – abstenção, Chega – contra, CDS – contra, Bloco de Esquerda – a favor, Iniciativa Liberal – abstenção e PAN – a favor.

Contra factos, não há argumentos.

Se o Chega está incomodado, temos pena, têm que lidar com isso e as coisas que o senhor diz nesta Câmara, se ofende-se com o que eu disse, então tem que olhar primeiro para aquilo que diz.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições sobre o voto?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação do voto do protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto contra a imposição de um limite de 600 euros no custo elegível para o subsídio social de mobilidade foi aprovado com 22 votos do PSD, 22 votos do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

5 votos contra do Chega.

Presidente: O próximo voto é um voto de protesto pelo desrespeito institucional do Governo da República para com os açorianos, ao alterar regras de atribuição de subsídio social de mobilidade, sem qualquer consulta prévia. É apresentado pela Iniciativa Liberal e tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata para a sua apresentação.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Permitam-me que, antes de ler o conteúdo do voto de protesto, e em jeito de apresentação, refira que na corrida dos pequeninos, quem vai na frente é o PSD, o verdadeiro pigmeu político em todo este processo é o Partido Social Democrata ...

(Risos do Deputado Pedro Neves)

O Orador: ... que, apesar de defender o mesmo que todos nós defendemos, foi incapaz de junto do seu Governo da República contrariar aquela que é uma decisão, uma portaria que é inaceitável para a mobilidade dos açorianos.

Voto de Protesto

Pelo desrespeito institucional do Governo da República para com os açorianos ao alterar as regras de atribuição do subsídio social de mobilidade sem qualquer consulta prévia

Em 2015, com a liberalização parcial do espaço aéreo para os Açores, que democratizou o acesso dos açorianos às ligações aéreas com o Continente, foi criado o Subsídio Social de Mobilidade.

Esse subsídio garantiu que o valor máximo pago por um residente em uma viagem de ida e volta para ou a partir dos Açores fosse de 134 euros ou de 99 euros no caso dos estudantes.

Esse modelo visava assegurar a continuidade e coesão sociais e territoriais, garantindo a mobilidade dos açorianos e a competitividade do mercado. Contudo, desde cedo, a legislação revelou falhas, exploradas por alguns empreendedores.

Felizmente, esses abusos foram denunciados por operadores que respeitaram o espírito da lei, resultando em investigações e condenações.

Apesar do crescimento no número de passageiros e da redução dos preços das passagens para os residentes e estudantes, o modelo de Subsídio Social de Mobilidade funcionou relativamente bem até ao momento, garantindo o reembolso para passageiros, ainda que com desafios burocráticos e financeiros para os açorianos.

Alguns partidos políticos, tentando capitalizar votos, promoveram iniciativas que geraram preocupações em Lisboa.

Em 31 de maio, em audição na Comissão Permanente de Economia, o Ministro das Infraestruturas sugeriu um teto máximo de cerca de 600 euros para efeitos de reembolso. Começava a ficar em risco a mobilidade dos açorianos e o encarecer das viagens aéreas para residentes e estudantes.

A 12 de julho, foi formado um grupo de trabalho multidisciplinar para revisar o modelo, com representantes de diversas entidades governamentais e regionais. O prazo para a entrega do relatório final era 15 de setembro de 2024.

Não sendo capazes de apresentar um modelo alternativo que fosse mais justo, mais simples e mais eficiente e sem que se tivessem conhecido as conclusões do grupo de trabalho, a 26 de setembro, foi publicada a Portaria n.º 234/2024/1, impondo unilateralmente um teto de 600 euros e novas exigências burocráticas para a atribuição do subsídio social de mobilidade.

Atualmente, o subsídio tem um "custo elegível máximo de 600 euros" e um "valor máximo da taxa de emissão de bilhete" de 35 euros para bilhetes de ida e 70 euros para bilhetes de ida e volta.

Acresce a essa complicação, uma adicional carga burocrática, com entrega de mais documentação para efeitos de reembolso.

Esse desrespeito pela nossa Autonomia e os impactos negativos sobre os açorianos são inaceitáveis.

Em face de tudo isto, os CTT estão a negar proceder ao reembolso de viagens adquiridas nos últimos dias, protegendo-se contratualmente nas determinações agora impostas pelo Governo da República. Existe interpretação duvidosa da portaria em vigor e os açorianos estão a ser prejudicados!

Importa não esquecer que as alterações agora impostas pelos Ministros das Finanças e das Infraestruturas ao modelo do subsídio social de mobilidade, para além de terem sido à pressa, sem esperar pelo relatório final do grupo de trabalho criado, foi também feita à revelia dos necessários pareceres da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta veementemente contra:

1. O desrespeito institucional do Governo da República Portuguesa para com a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e para com os açorianos ao mudar as regras de atribuição do subsídio social de mobilidade, sem qualquer pedido de parecer aos legítimos representantes do Povo dos Açores;
2. Pela desconsideração do Governo da República Portuguesa para com as entidades e personalidades que compõem o Grupo de Trabalho nomeado pelo próprio Governo da República e criado pelo Despacho n.º 7613/2024, de 12 de julho;
3. Pela imposição de um “custo elegível máximo de 600 euros” para efeitos de atribuição de Subsídio Social de Mobilidade;
4. A nova exigência de documentos para efeitos de reembolso, tornando os passageiros fiscais involuntários da iniciativa privada.

Que este Voto de Protesto seja comunicado a:

- Presidência da República;
- Presidência da Assembleia da República;
- Grupos e Representações Parlamentares da Assembleia da República;
- Presidência do Conselho de Ministros;
- Ministro de Estado e das Finanças;
- Ministro das Infraestruturas e Habitação;
- Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira;

- Grupos e Representações Parlamentares da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira;
- Presidência do Governo Regional da Madeira;
- Autoridade Nacional de Aviação Civil;
- Inspeção-Geral de Finanças;
- Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

O Deputado Regional.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Gostaria de felicitar o meu colega do IL porque é assim a forma como se deve fazer, acusando o que temos que acusar, de forma séria, sem necessidade de mentiras, sem necessidade de falsear a verdade.

Nós, o Chega, também ficamos surpreendidos com isto e até suponho que nem seja grande verdade, mas teremos oportunidade noutra ocasião de perceber que parecer é que deu o Governo Regional, porque tudo o que eu ouvi até hoje do Governo Regional era contrário ao que foi feito pelo Governo da República.

Minhas senhoras e meus senhores, há uma coisa que temos que aceitar, o Costa não gostava dos Açores, mas o Montenegro tem um ódio pavoroso aos Açores e isso temos que aceitar, nós temos que dizer isto. Não é porque está lá uma data de *tachinhos* e de amiguismos que agora estão todos muito calados, mas a verdade é que os açorianos estão a levar forte e valente na cabeça com este senhor que nunca devia lá estar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Senhor Deputado.

Pergunto por novas inscrições.

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos então avançar para a votação deste voto de protesto:

As Senhoras e os Senhores Deputados que que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto protesto pelo desrespeito institucional do Governo da República para com os açorianos ao alterar as regras de atribuição de subsídio social mobilidade sem qualquer consulta prévia foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de protesto é apresentado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista ao Governo da República pela imposição de um teto máximo de seiscentos euros na atribuição do subsídio social de mobilidade aos açorianos apresentado pelo Partido Socialista, como já disse, tem a palavra o Senhor Deputado Luís Leal.

Deputado Luís Leal (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Protesto

Ao Governo da República pela imposição de um teto máximo de 600 euros na atribuição do Subsídio Social de Mobilidade aos açorianos

Em 2015, o Governo dos Açores, liderado pelo Partido Socialista, negociou com o Governo da República do PSD/CDS-PP um novo modelo de acessibilidades à nossa Região. Esse modelo incluiu o Subsídio Social de Mobilidade, um instrumento crucial para garantir a coesão social e territorial,

permitindo que os residentes e estudantes açorianos beneficiassem de valores máximos de 134 euros (99 euros para estudantes) ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Isso é que é reescrever a história!

O Orador: ... para viagens de ida e volta entre a Região e o continente, e 119 euros (89 euros para estudantes) para viagens entre os Açores e a Madeira.

Esse direito, arduamente conquistado, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Realmente foi difícil convencer o Partido Socialista dos Açores!

O Orador: ... permitiu uma verdadeira revolução na mobilidade dos açorianos, garantindo acesso equitativo ao território continental e à Madeira.

No entanto, em vez de simplificar e desburocratizar o acesso ao subsídio, como prometido em diversas ocasiões, especialmente em vésperas de eleições legislativas nacionais, o Governo da República, em menos de seis meses, implementou medidas que restringem severamente este direito.

A imposição de um teto máximo de 600 euros por passagem aérea representa um claro retrocesso nas condições de mobilidade dos açorianos.

Foi criado um Grupo de Trabalho entre o Governo da República e o Governo dos Açores, ambos de coligação PSD/CDS-PP, para avaliar as possíveis alterações ao modelo do Subsídio Social de Mobilidade.

Aliás, foi o próprio Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores que, a esse propósito, salientou que este seria, e cito: “um assunto que deve e vai ser tratado entre o Governo da Região Autónoma dos Açores e o Governo da República Portuguesa”.

Contudo, na primeira oportunidade e ainda antes de anunciada a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho criado pelo próprio, o Governo da República publica uma portaria que altera o subsídio social de mobilidade e estabelece um valor máximo de 600 euros.

Começaram com a imposição deste limite. E depois? O que virá a seguir? Limitações ao número de viagens permitidas por ano? Restrições adicionais ao subsídio?

A nova ambição de garantir mobilidade está agora comprometida e os açorianos estão, mais uma vez, a pagar o preço de decisões centralistas.

A acrescer a isto, como se já não bastasse, é com profunda indignação que testemunhamos o Governo da República, mesmo diante de uma nova oportunidade de corrigir a injustiça anteriormente imposta, escolher novamente ignorar os legítimos interesses dos Açores.

Ao apresentar um texto que, embora revogado e agora substituído, mantém na essência a mesma limitação, revela uma postura que roça a arrogância.

Este comportamento reflete um flagrante desrespeito pelos valores autonómicos e pelo povo açoriano, demonstrando, mais uma vez, a falta de sensibilidade para com as especificidades regionais.

Deputado José Pacheco (CH): Agora?!

O Orador: O teto imposto desconsidera a nossa realidade e compromete o desenvolvimento das nossas gentes, o que é inadmissível num Estado que se quer verdadeiramente plural e inclusivo.

A este ataque à mobilidade dos açorianos junta-se o silêncio cúmplice do Governo Regional, que, antes tão crítico, agora se limita a assistir sem ação.

Onde estão as promessas de uma verba de 13 milhões de euros para as rotas não liberalizadas, que deveriam estar inscritas no Orçamento do Estado?

Antes criticavam, vociferando que 9 milhões de euros eram insuficientes para estas rotas, ...

Deputado José Pacheco (CH): E é!

O Orador: ... mas nesta proposta de Orçamento de Estado agora conhecida nem sequer foi assegurado um aumento no valor.

Onde está o Governo Regional que se manifestava veementemente pelos incumprimentos do Governo da República e que agora consente estas restrições tão prejudiciais para os açorianos em silêncio?

Assim, considerando o retrocesso significativo na mobilidade dos açorianos, resultante das alterações implementadas pelo Governo da República de coligação, que comprometem os avanços alcançados em 2015, penalizam os residentes e fragilizam a coesão social e territorial, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propor à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 16 de outubro de 2024, a aprovação de um voto protesto contra o Governo da República pela imposição de um limite ao valor reembolsável do subsídio de mobilidade, prejudicando os Açorianos e desrespeitando os princípios de equidade e coesão territorial, bem como pela cumplicidade do Governo Regional, que, em vez de defender os interesses dos Açorianos, permanece passivo, colocando-se do lado do Governo da República, perante este ataque sem precedentes, à mobilidade da nossa população.

Protestamos, igualmente, contra a cumplicidade do Governo Regional, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é preciso não ter decência, nem sequer é esta a palavra certa!!

O Orador: ... que, em vez de defender os interesses dos açorianos, permanece passivo perante este ataque à mobilidade da nossa população.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Primeiro-Ministro.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

Os Deputados Regionais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

À semelhança daquilo que eu disse, em relação ao Bloco de Esquerda, ao PS tenho que dizer a mesma coisa, até porque eu tenho memória...

Ó Senhor Presidente há um lagarto no meio da sala e não é um lagarto simbólico ou um lagarto real.

Eu tenho a dizer que sempre que falamos neste tema a reação do PS era se esconder. Escondia-se. Eles ficavam acanhados – como o lagarto que está ali escondido –, parecia a discussão da *coisa*: é muito importante a coisa, a coisa, mas nunca se falava da coisa.

Os senhores nunca tiveram poder perante o vosso Governo da República ...

Lá vai o lagarto! Concentrem-se no lagarto e deixem-me falar!

Os senhores encolhiam-se, os senhores tanto se encolhiam que hoje têm uma liderança encolhida, uma liderança que divide para reinar, que lhe apresenta...

onde é que está o Francisco César? Alguém viu? Não sei onde é que ele anda!

É assim que vocês tratam as coisas, os senhores deputados do PS? Encolhendo-se, com mentiras? Vamos repor a verdade, eu não tenho que ser advogado aqui do Governo Regional, nem me apetece ser, mas a verdade é que às 10 horas da manhã (já não sei a data), 26 - que assim seja - , estava chegando ao porto do

Topo, em São Jorge, quando recebi a notícia com um pneu rasgado (foi o que aconteceu, eu rasguei um pneu), imediatamente tomei uma posição perante as câmaras de televisão que lá estavam a dizer precisamente o que as pessoas dizem, que estamos indignados, é tratar mal os açorianos.

Logo a seguir, recebo a informação que o Governo Regional teve a oportunidade de perguntar ao Senhor Presidente do Governo, qual era a posição do Governo nisto, que isto era uma pouca-vergonha e ele disse: “não, não já emitimos um comunicado.” Vi, sim senhor, vi mais tarde o PSD a fazer uma conferência de imprensa e os senhores encolhidos.

Deputada Andreia Cardoso (PS) - Encolhidos o quê?

O Orador: Os senhores continuam encolhidos, parecem uma tartaruga, põe-se dentro da casca, tira a cabeça, mete a cabeça. Andam nisto!

Os senhores vão ter que se decidir, se estão do lado dos açorianos, ou se apenas estão contra o governo dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado

O Orador: É porque eu estou é do lado dos açorianos. Esta bancada, que vai crescer e a vossa vai diminuir, está é do lado dos açorianos. Nós quando tivermos que dizer alguma coisa contra o governo é porque é contra os açorianos. Quando eles estão a fazer bem, também sabemos fazer um elogio. Quando os senhores fazem algo de bom, sim senhor, damos os parabéns. Nós não temos palas, somos um partido completamente diferente. Agora, com mentiras, como os senhores vêm para aqui dizer que o Governo é cúmplice... Não, cúmplices foram os senhores que sempre que se falou no subsídio de mobilidade a reação era: tartaruga, cabeça para dentro. Agora, assumam, sejam homenzinhos, assumam!

Os senhores tiveram o que disse ali o senhor deputado, cobardia política, porque nunca tiveram a capacidade de enfrentar o Governo da República. Esses senhores têm grande dificuldade, mas uma coisa é que eu vi diferente. Eu vi

publicamente eles manifestarem-se contra isto e dos senhores eu vi zero. Até porque uma coisa é que os senhores nunca gostaram de nada disso, os senhores fingem que gostam disso, subsídio de mobilidade, das rotas... os senhores não gostam de nada disso, os açorianos quanto mais fechados nos Açores e mais incultos, melhor que é para ter mais uns votos.

Obrigado, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado João Mendonça, tem a palavra, faça favor.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O PPM condena a fixação de um teto, por parte do Governo da República, em relação ao subsídio de mobilidade.

O PPM já manifestou o seu repúdio pelo facto de o Governo da República não ter respeitado as competências da Região, ao ter deliberado sem a consulta prévia dos órgãos do governo próprio da Região Autónoma dos Açores a revogação da portaria, devido à ilegalidade cometida, em nada reparo o erro cometido, na medida em que se mantém em vigor as normas criadas por uma portaria de natureza ilegal.

O PPM lamenta que o Partido Socialista aproveite uma questão no âmbito da qual todas as forças políticas deviam defender os Açores, no sentido de não permitir a fixação do teto de 600 euros, mas para o PS o mais importante é aproveitar esta questão para atacar o Governo Regional e os partidos da Coligação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Para o PPM o nosso interesse fundamental é defender os Açores e os açorianos.

Os Açores são o nosso partido.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Este voto de protesto do Partido Socialista não pode ser avaliado sem fazermos aqui um reparo dos factos e respeito pelo histórico.

Em 2010 na RTP Açores uma personagem do Partido Socialista dizia isto: “Não vai ser possível termos tarifas a 60 euros. Nenhuma companhia virá para aqui fazer tarifas a 60 euros, porque o nosso mercado não permite.” – Francisco César.

E, portanto, não foi o Governo Regional do PS dos Açores que negociou com Passos Coelho para liberalizar um espaço aéreo. Foi o Passos Coelho que deu esse passo em frente, deu esse grande impulso ao desenvolvimento dos Açores com a criação da liberalização do espaço aéreo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas há outro facto, este muito recente, que tem só vinte dias.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ainda mais se ouvirá dizer!

O Orador: 26 de setembro, 10 horas e 49 minutos: “O Governo Regional é frontalmente contra a definição de um custo elegível máximo nas viagens entre a Região, o continente e a Madeira. O Governo lamenta que a portaria tenha sido publicada sem que estejam divulgadas as conclusões do grupo de trabalho. Reconhecendo a necessidade de moralizar a utilização de subsídio social de mobilidade, o Governo dos Açores reitera que é contra a aplicação de um custo ilegível máximo nas referidas viagens e lamenta a publicação da portaria, no momento em que o grupo de trabalho sobre o tema ainda não concluiu o relatório.” Isto é o comunicado do Governo Regional. Como é que o Partido Socialista tem o descaramento político, tem como diz o nosso povo, a *lata* de vir dizer que o Governo Regional é cúmplice com a portaria do Governo da República.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): O Governo não soube nesse momento, foi ouvido antes!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Só mesmo quem está de má-fé e tem desonestidade intelectual do ponto de vista político é capaz de dizer uma coisa dessas. Aliás, sobre o grupo de trabalho também é importante dizer uma coisa: que moral, que credibilidade tem o Partido Socialista para vir falar de um grupo de trabalho.

Houve um grupo de trabalho criado por António Costa, em março de 2017, que o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, como Presidente do Governo Regional

tinha a responsabilidade de indicar alguém para participar nesse grupo de trabalho...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não interessa, nada mudou!!

O Orador: ... Não interessa agora! Não interessa agora, diz a Senhora Deputada Andreia Cardoso!

Sabem os açorianos porque é que não interessa? Porque o Partido Socialista disse que ia criar um grupo de trabalho e nada fez nada fez durante todo este tempo.

Vou terminar, Senhor Presidente, só com esta questão.

Vamos recuar quatro anos, hoje, seria por ventura 16 de outubro de 2020, alguém imaginaria um deputado da bancada do Partido Socialista vir fazer um voto de protesto ao Governo da República de António Costa?

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor não sabe o que aconteceu em 2020?!!

O Orador: Não, não faria, como não fez em muitas matérias, lesando os Açores, de passagem cito só o Lorenzo, porque o presidente do PS Vasco Cordeiro não deixava, porque António Costa não queria.

Hoje os protagonistas são diferentes. Hoje é Francisco César e Pedro Nuno Santos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O Partido Socialista e o Governo dos Açores nunca se vergaram!

Presidente: Tem de terminar; Senhor Deputado.

O Orador: Em vez de estar ao lado dos Açores, o Partido Socialista continua a estar ao lado dos interesse e da liderança nacional do seu partido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Luís Leal, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Há aqui um facto político que é relevante e deve-se sublinhar. Com o Governo do Partido Socialista os açoriano nunca pagaram mais de 134 euros e é isso que tenho que deixar bem claro nestas circunstâncias.

Outra forma airosa que foi aqui dita, foi de que o Governo dos Açores não foi conivente com esta situação. Pois, o Governo dos Açores, que no fundo orienta quem emitiu, ou quem o representa no grupo de trabalho, não sabia antes da publicação da portaria que ia ser substituída. Esperou pela publicação, para vir a público dizer: “somos contra, somos contra”.

Isto só revela ainda outro pormenor. Durante os governos do Partido Socialista na República, o PS Açores teve a força de que nunca fosse ultrapassado o teto máximo dos 134 euros.

No programa de governo do Partido Social Democrático, AD, os açorianos nunca pagarão mais do que 134 euros, nunca pagarão.

É esta a vossa influência no Governo da República.

O PSD Açores reforça que os açorianos nunca pagarão mais de 134 euros.

A influência do PSD Açores no atual Governo da República é reduzido aos açorianos agora estarem no maior retrocesso, em matéria de mobilidade que alguma vez viu, desde que existiu a liberalização espaço aéreo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim de Machado, pede a palavra para?

(Pausa)

Interpelação?

(Pausa)

Tem a palavra, Senhor Deputado, faça o favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD)**: Obrigado, Senhor Presidente.

Interpelação no sentido de, na verificação de que algumas bancadas, nomeadamente Iniciativa Liberal, Bloco de Esquerda e agora o Partido Socialista, nas intervenções produzidas sobre este mesmo assunto nos três votos que estamos a apreciar, já desafiaram o Governo Regional a dizer qual a sua posição sobre esta matéria, é perguntar ao Senhor Presidente, se é possível o Governo Regional intervir nesta fase dos votos?

E, portanto, o silêncio do Governo Regional, relativamente às interpelações feitas da bancada, decorrem, creio eu, daquilo que dispõe o nosso Regimento de, não permitir ao Governo Regional intervir, mas gostava que o Senhor Presidente confirmasse, ou não, porque, pelo contrário, naturalmente que haverá uma intervenção do Governo.

Presidente: Confirmo. Efetivamente o Governo não pode intervir neste debate dos votos.

Senhor Deputado Nuno Barata, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL)**: Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Interpelo a Mesa, no sentido, de perguntar se estando o Governo Regional impedido de intervir nos votos, se está impedido de remeter à Assembleia o parecer que enviou ao Governo da República sobre esta matéria?

Muito obrigado.

Presidente: Com certeza que não está, Senhor Deputado. O Governo pode remeter e assim que a Mesa rececionar, fá-lo-ei distribuir pelas Senhoras e Senhores Deputados, como é habitual.

Para uma interpelação, faça favor, Senhora Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, eu gostava de transmitir e de entregar na Mesa para ser distribuído por todas as Senhoras e Senhores Deputados um ofício que deu entrada ontem aqui na Assembleia que pelos vistos foi do conhecimento, pelo menos, dos deputados da Comissão de Economia, mas que é importante que seja dado conhecimento a todos e que diz exatamente aqui que foi remetido pelo Governo da República a esta Assembleia, solicitando a pronúncia da Assembleia sobre a portaria que agora foi revogada, mas que se manterá e que diz que...

Presidente: Os Senhores Deputados lerão depois.

A Oradora: ... exatamente, mas que diz que foi ouvido o Governo Regional, a propósito da portaria publicada no dia 26 de setembro. Portanto, o Governo teve oportunidade de se pronunciar antes de ser pública esta portaria e isto está aqui dito pelo Governo da República, portanto admitimos todos que é verdade aquilo que terá transmitido.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas alguém disse o contrário?!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Sabia e disse que não devia ser publicado!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Vamos passar então à votação do voto:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto ao Governo da República pela imposição de um teto máximo de 600 euros na atribuição do subsídio social mobilidade aos açorianos foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM. A favor 22 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos avançar para os votos de pesar.

O primeiro voto de pesar é apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Senhora Deputada Andreia Cardoso, pelo falecimento de Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca. Tem a palavra, Senhora Deputada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

“Morres tu; mas a ideia que deixaste
Não morre, como a luz em fim do dia,
Nem o fogo do céu que em ti ardia,
Nem o exemplo sublime, que legaste!”

Antero de Quental

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca faleceu no passado dia 01 de outubro, em Lisboa. Tinha 53 anos e, embora não fosse natural dos Açores, foi na ilha Terceira que encontrou o lugar perfeito para constituir família e exercer a profissão de professor, que tanto adorava e da qual se orgulhava.

Lecionava na Escola E B 2,3 Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, da qual foi Presidente do Conselho Executivo entre 2018 e 2020, ano em que foi eleito deputado pelo círculo eleitoral da ilha Terceira pelo Partido Socialista, tendo desempenhado funções nesta Casa na XII Legislatura, até 2024.

Foi ainda Deputado Municipal, em regime de substituição, na Assembleia Municipal da Praia da Vitória no corrente mandato, sendo também membro efetivo da Comissão Municipal de Trânsito e do Conselho Municipal de Segurança, demonstrando a sua efetiva dedicação à causa pública, o seu compromisso permanente e o seu sentido cívico para com a terra que escolheu como sua – os Açores.

O Rodolfo destacou-se também pelo seu talento para as artes e era um pintor de grande qualidade.

Enquanto Professor, deixou uma marca indelével em todos os seus alunos, promovendo sempre uma educação de qualidade e acessível a todos.

Enquanto Deputado nesta Casa, defendeu sempre, de forma respeitadora e cordial, aqueles que eram para ele os ideais de uma melhor Educação para todos.

E antes de tudo isso, o Rodolfo era um marido e um pai dedicado e cuidadoso de dois filhos, um amigo, um Homem bom.

Mais que um voto de pesar, esta é também a nossa homenagem ao Rodolfo Franca e, por isso mesmo, recordamos as suas palavras proferidas desta mesma tribuna, a 15 de junho de 2021, aquando da apresentação de um voto de saudação a todos os docentes da Região Autónoma dos Açores:

“Todos lutamos por um melhor amanhã. Não há profissão em que não se caminhe sem pisar essa estrada - a constante procura de um melhor amanhã.

Em todo o ofício há o seu contributo. E o de poder fazê-lo pela entrega a uma criança ou a um jovem, como a um filho, do conhecimento que também nós

recebemos em nossas vidas e dos nossos antepassados, é do mais honroso que uma profissão pode em si encerrar.

O privilégio de se poder diariamente auxiliar centenas de crianças e de jovens na construção de um futuro, preferencialmente, sempre melhor do que o nosso, é do maior altruísmo, das mais ricas e, em simultâneo, das mais despojadas missões que a alguém poderão ser confiadas. Porque é essa a palavra, a palavra "missão", incontornável para que nos aproximemos de uma mais completa noção do que é ser professor.”

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de pesar como tributo à memória de Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família, à Escola E B 2,3 Francisco Ornelas da Câmara e à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, ao Partido Socialista dos Açores e ao Partido Socialista.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu tenho uma coisa que às vezes transmito aos meus colegas e alguns amigos: na política temos que saber separar o debate político das pessoas.

Não conheci o Rodolfo Franca que não fosse neste Parlamento, pessoa amável, divertida, metia-me muito com ele e ele comigo e só tenho a melhor recordação dele.

Mas, também gostava de salientar aqui uma coisa, nós somos seres humanos e a Senhora Deputada acabou de demonstrar isso. Sentimos, choramos, rimos, sabemos separar a política, do que é a vida, do que são as pessoas.

Senhor Presidente, que assim seja sempre, saibamos separar o combate político dos seres humanos.

À família, deixo os meus sentimentos, em nome da minha bancada e de todo aqueles que nos acompanham.

A ele, até já, porque é assim que devemos pensar como cristãos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Gomes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O grupo parlamentar do PSD também associa-se a este voto pesar.

Todas as mortes são difíceis e duras de encarar, no entanto, quando é uma pessoa que nós convivemos aqui muitas vezes durante esses três anos, ainda se torna mais difícil e muito mais para o grupo parlamentar do PS que perdeu um colega e um companheiro de partido.

Conheci o Rodolfo antes de ser deputado, através de um amigo comum. Aquele que penso que, se não era o melhor amigo dele, devia ser um dos melhores, que é o Chalana, um grande jogador de futebol e estavam sempre juntos e a primeira imagem que fiquei do Rodolfo foi logo um ser humano extraordinário, uma pessoa de bom trato e depois, quando passamos a ser aqui colegas e adversários políticos aqui nesta Assembleia também é uma pessoa que cativou pela sua forma cordial, respeitadora. Tinha os seus pontos de vista, naturalmente não eram sempre iguais aos nossos, mas era sempre uma pessoa que respeitava as intervenções e as opiniões das restantes bancadas.

Não há muito mais a dizer, penso que o voto também foi uma bonita homenagem ao Rodolfo e apenas para terminar mandar um abraço do solidariedade e de e de condolências à esposa, aos filhos e a toda a sua família.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu conheci o Rodolfo Franca neste ambiente parlamentar.

Recordamo-lo como uma pessoa que era leal, era franca e que, no exercício do seu mandato de deputado, defendia com convicção as ideias em que acreditava.

Obviamente, que é uma perda, lamentamos obviamente a sua partida precoce e endereçamos à família as nossas sentidas condolências.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos então votar este voto de pesar pelo Rodolfo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Voto de pesar pelo falecimento de Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária.

Este, de facto, tem sido um período difícil, mais um período difícil para esta Casa.

Para além do Rodolfo, eu sei que não é habitual, mas queria aqui lembrar mais dois nomes que partiram muito recentemente, o Nelson Sousa e o Filipe Andrade.

Dois colaboradores desta Casa, dois excelentes profissionais, dois excelentes seres humanos e que também foram, à semelhança do Rodolfo, tão jovens.

Vamos passar para o próximo voto pesar, pelo falecimento de Manuel Isidro Bettencourt da Luz. Tem a palavra o Senhor Deputado José Ávila, para a sua apresentação.

Deputado José Ávila (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Manuel Isidro Bettencourt da Luz

“Filho dileto e atento, marido e pai extremoso, reservado, portador de doce sorriso, respeitável e respeitado, segurou sem dificuldade amigos à sua volta.”

Foi assim que a Dra. Mercês Coelho tão bem caracterizou, em escassas palavras, o Graciosense Manuel Isidro Bettencourt da Luz que nos deixou no passado dia 30 de setembro de 2024, aos 79 anos de idade.

Depois de completar o ensino liceal, foi cumprir o serviço militar, tendo sido mobilizado para Moçambique com o posto de Alferes e comandante do pelotão da Companhia de Caçadores 2421.

Regressou à Ilha Graciosa e, logo a seguir à Revolução de Abril de 1974, integrou a Comissão Administrativa que dirigiu o Município de Santa Cruz da Graciosa até às primeiras eleições autárquicas livres, mandato marcado pelo lançamento de projetos estruturantes para a ilha, como são os casos do aeroporto e do porto comercial.

No plano político, foi, por diversas vezes, candidato pelo Partido Socialista e também seu mandatário.

Em termos profissionais desempenhou, até à sua reforma, o cargo de Coordenador de Ilha da Segurança Social.

Paralelamente, e seguindo uma tradição familiar, geriu uma exploração agrícola de produção de carne bovina, com uma visão inovadora, desde a escolha das pastagens até a saúde animal e, por fim, a comercialização da carne.

Nessa qualidade, desde cedo percebeu a importância do associativismo para alcançar o sucesso, daí ter sido, em 1986, sócio fundador da Associação dos Agricultores da Graciosa e o seu primeiro Presidente da Direção, mais tarde foi também Secretário da Direção e Membro da Mesa da Assembleia Geral.

O seu sentido cívico fê-lo ainda integrar o grupo de 11 Graciosenses que fundou a Cooperativa Rádio Graciosa em 1988, que se transformaria, no ano 2001, em Sociedade de Radiodifusão Graciosense.

Apreciador de tauromaquia, foi um dos organizadores da Feira Taurina da Ilha Graciosa durante vários anos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 16 de outubro de 2024, aprove o seguinte Voto de Pesar:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores lamenta profundamente o falecimento do ilustre Graciosense Manuel Isidro Bettencourt da Luz e expressa as sinceras condolências e respeito à sua família e amigos neste momento de dor.

A sua dedicação à comunidade e o seu sentido cívico deixam um legado de integridade e serviço que será sempre lembrado.

Que a sua memória seja um motivo de inspiração para todos que tiveram o privilégio de lidar com ele.”.

Que deste voto seja dado conhecimento à sua família, à Associação dos Agricultores da Graciosa, à Liga dos Combatentes, à Junta de Freguesia de S. Mateus, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Adolfo Vasconcelos, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Em nome do Partido Social Democrata, gostaria de associar-nos ao voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Isidro Luz, enviar aqui as nossas condolências à família, porque efetivamente foi uma pessoa que trabalhou bastante e que se dedicou bastante, tanto à ilha, como também à própria freguesia e também ao lar de idosos de São Mateus, do qual fazia parte como mesário.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento Manuel Bettencourt da Luz foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, terminamos assim o período de apresentação de votos.

Creio que o tempo não é adequado para se iniciar uma Declaração Política, penso que todos concordarão com isso e assim encerrávamos os nossos trabalhos para o almoço e regressávamos às 15 horas com a agenda.

Bom almoço a todos.

Eram 12 horas e 51 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Senhoras e Senhores Deputados.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a agenda.

Vamos entrar no ponto 5 da nossa agenda - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII – “Aprova o Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2022-2027”**, Proposta do Governo Regional, tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática para a apresentação da proposta, faça favor, Senhor Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O fenómeno das alterações climáticas representa um dos principais desafios com que a humanidade se depara, face ao qual, regiões como os Açores, de natureza, arquipelágica com ilhas remotas, dispersas e de pequenas dimensões, apresentam uma vulnerabilidade acrescida.

Nos Açores um dos efeitos das alterações climáticas que mais se tem evidenciado prende-se com o aumento da frequência e intensidade com que

ocorrem determinados fenómenos climatéricos extremos, caracterizados por períodos de precipitação intensa que ameaçam a segurança das populações e causam prejuízos materiais e financeiros avultados.

Na Região a elevada densidade de drenagem e a reduzida dimensão das nossas bacias hidrográficas, assim como os declives acentuados e tempos de concentração curtos, propiciam a ocorrência de cheias rápidas e imprevisíveis, quanto ao local e à magnitude.

Esta realidade é ainda agravada pelas alterações do uso do solo promovidas ao longo do tempo na Região, designadamente contra a transformação de área de floresta e de vegetação natural, em pastagem, aliado a um aumento expetável dos níveis de precipitação no período de inverno, bem como da frequência de episódios climatéricos extremos.

Verifica-se ainda que a pequena dimensão das ilhas que constituem o arquipélago, associado às condições urográficas, ao conforto climático e à dependência do mar, como via de comunicação privilegiada, levaram a que mais de 90 % da ocupação humana ocorra tradicionalmente no litoral, onde ocorrem a maioria das cheias e inundações.

Esta suscetibilidade latente faz com que seja premente a prevenção e preparação nesta matéria, definindo princípios gerais de gestão e resposta, acautelando ainda as situações com maior probabilidade de ocorrência.

As inundações são um fenómeno natural que não pode ser evitado, sendo no entanto, possível e desejável reduzir o risco e consequências prejudiciais que lhe estão associadas, especialmente para a saúde e vida humana, o ambiente, o património cultural, as atividades económicas e as infraestruturas.

Tratando-se de fenómenos que acarretam riscos significativos para as populações, um pouco por todo o mundo, a nível comunitário a Diretiva n.º 2007/60/CE, de 23 de outubro, conhecida como Diretiva Inundações, veio estabelecer o quadro normativo para a avaliação e gestão dos riscos de

inundações no espaço da União Europeia, tendo sido alvo de transposição para o direito interno através do Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro.

O referido Decreto-Lei estabelece que, em cada região hidrográfica seja avaliado o risco de inundação e as respetivas medidas suplementares para a sua mitigação, determinando para o efeito a elaboração de cartas de zonas inundáveis e de cartas de riscos de inundações, indicativas das potenciais consequências prejudiciais associadas a diferentes cenários de inundações, bem como, a elaboração dos planos de gestão de riscos de inundações, centrados na prevenção, proteção, preparação e previsão destes fenómenos, a fim de evitar e reduzir os impactos negativos das inundações, prevendo soluções específicas, adequadas a cada realidade.

O estabelecimento de um quadro para avaliação e gestão do risco de inundações, no qual o perigo é assumido como natural e inevitável, constituem um instrumento normativo e um marco importante para o alcance do objetivo da redução de perdas e danos, associados a este tipo de processos no âmbito regional.

Senhoras e Senhores Deputados o PGRI – Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores – foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2016-A, de 10 de outubro, revestindo a forma de plano sectorial, para vigorar entre 2016 e 2021, dando cumprimento ao disposto nos referidos normativos legais que determinam a atualização e revisão dos planos de gestão de riscos de inundações das regiões hidrográficas em ciclos de planeamento de seis anos.

Este segundo ciclo do PGRI, à semelhança do anterior, reveste-se de natureza de plano setorial e estabelece as opções sectoriais e os objetivos no quadro das diretrizes regionais e locais aplicáveis, as ações de concretização dos objetivos sectoriais estabelecidos, a articulação com os demais instrumentos de gestão territorial, assim como, reflete a expressão territorial da política setorial

definida. Importa referir ainda que na presente revisão do plano, ao contrário do verificado no ciclo anterior, foram considerados, não apenas os riscos associados às cheias fluviais, mas também os riscos associados às inundações costeiras.

Neste contexto, foram identificadas 11 bacias hidrográficas e quatro zonas costeiras com riscos potenciais significativos de inundações.

A revisão do PGRIA agora em análise assentou em três fases distintas: uma primeira fase que consistiu na reavaliação dos riscos de inundações na Região Autónoma dos Açores; uma segunda fase com elaboração de cartas de zonas inundáveis e cartas de riscos de inundações e uma terceira e última fase que corresponde à atualização do Plano de Gestão de Riscos de Inundações.

No âmbito da primeira fase, para reavaliação dos riscos de inundações, rastreadas as 727 bacias hidrográficas da Região, para além das cinco bacias hidrográficas identificadas no primeiro ciclo de planeamento do PGRIA, designadamente a Ribeira Grande e a Ribeira da Povoação, em São Miguel; Ribeira de Agualva e Ribeiras de Porto Judeu, na Terceira e Ribeira Grande nas Flores, foram ainda identificadas nesta revisão do plano seis novas bacias hidrográficas: as Grotas da Areia e do Cinzeiro, em São Miguel; a Ribeira da Casa da Ribeira e a Ribeira de São Bento, na ilha Terceira; a Ribeira Seca, em São Jorge e a Ribeira do Dilúvio no Pico.

Para além das zonas críticas de inundações e de cheias de natureza fluvial, neste segundo ciclo de planeamento do PGRIA são identificadas quatro zonas críticas com risco de inundação e galgamentos costeiros, designadamente a frente marítima entre São Roque e Cais do Pico, na ilha do Pico, bem como, as frentes marítimas de São Roque/Rosto do Cão; de Santa Cruz/Lagoa e da Ribeira Quente, na ilha de São Miguel.

Numa segunda fase e concluída a seleção das bacias hidrográficas das zonas costeiras com riscos potenciais significativos, procedeu-se através de modelos

matemáticos à elaboração das cartas de zonas inundáveis das 15 áreas que correspondem a cartas de suscetibilidade, no caso das 11 bacias hidrográficas e a cartas de vulnerabilidade, no caso das quatro zonas costeiras, que representam a distribuição espacial da probabilidade da ocorrência de inundações, de acordo com quatro categorias: nula, baixa, média e alta.

Com base no cruzamento das cartas de zonas inundáveis criadas, com os elementos expostos ao perigo, obtiveram-se finalmente as cartas de risco de cheias e inundações, considerando-se o risco como sendo uma função do perigo de qualquer evento natural suscetível de causar perdas e danos, numa dada região, num determinado período do tempo, pela vulnerabilidade que representa por sua vez o grau de perda de um dado elemento, ou conjunto de elementos expostos.

A terceira e última fase do trabalho consistiu na atualização do Plano de Gestão de Riscos de Inundações, definindo-se um conjunto de objetivos estratégicos e específicos, bem como, um conjunto de medidas, com vista a garantir o cumprimento desses objetivos e a garantir a mitigação dos riscos identificados e hierarquizados de acordo com diferentes níveis de prioridade.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no âmbito do processo de elaboração do PGRI 2022-2027, definiu-se um conjunto de 37 medidas a implementar no horizonte de vigência deste plano, desagregadas em quatro áreas temáticas, nomeadamente 18 medidas direcionadas à gestão de riscos, sete no âmbito do quadro institucional e normativo, três na área da informação e participação cidadã e nove no domínio da monitorização e desenvolvimento de investigação aplicada.

Estas medidas podem também ser desagregadas em função de tipologia, de acordo com o disposto pela Diretiva Inundações, como medidas de prevenção, preparação, proteção e previsão dos fenómenos de cheias e inundações e ainda na recuperação e aprendizagem, após uma ocorrência.

No total o investimento estimado para a implementação das medidas propostas neste plano totaliza dezoito milhões e noventa e três mil euros, dos quais cerca de 94 % se referem a medidas de gestão de riscos.

Para cada medida definida foram elaboradas fichas descritivas que contemplam a justificação da medida, as ações de implementação, o cronograma e a priorização de execução, o custo previsional, as entidades responsáveis pela execução, bem como, os indicadores de desempenho para acompanhamento e avaliação do PGRI.

Esta proposta de Plano de Gestão de Riscos de Inundações dos Açores 2022-2027, bem como, a avaliação ambiental estratégica a que este plano está obrigado, estiveram em processo de consulta pública, no período compreendido entre 24 de outubro e 24 de novembro de 2023, tendo sido previamente analisado e colhido o parecer favorável em sede do Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a 16 de outubro e ainda assegurada uma sessão pública de esclarecimentos, que decorreu no dia 13 de novembro de 2023, em formato presencial e online.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com a aprovação do segundo ciclo de planeamento do Plano de Gestão de Riscos de Inundações dos Açores, por este Parlamento, daremos hoje mais um passo fundamental para a redução e mitigação dos riscos associados a cheias e inundações na Região.

Trata-se, pois, de uma evolução com importantes reflexos, no que se refere à nossa capacidade de proteção de pessoas, bens e infraestruturas, bem como, para salvaguarda das atividades económicas e a preservação do ambiente e do património natural da Região, contribuindo decisivamente para o processo de adaptação ao fenómeno das alterações climáticas.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Está inscrito o Senhor Deputado José Sousa, a quem dou a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores que o Governo aqui nos traz hoje é um avanço crucial na proteção dos riscos naturais que enfrentamos.

É importante lembrar que este diploma deve ser encarado como um compromisso contínuo que exige a colaboração de todos, desde o Governo, à comunidade em geral.

Nos Açores estamos geograficamente vulneráveis a fenómenos meteorológicos extremos. Eventos esses que ocorrem cada vez com mais frequência e intensidade e, ao longo dos anos, temos percebido da pior forma o quanto impacto isso tem nas nossas vidas.

A limpeza das ribeiras e dos cursos de água, por exemplo, é uma tarefa urgente, que não pode ser negligenciada. Quando não é bem acompanhado, aumenta o risco de inundações, que não afeta só o nosso ambiente, mas também a segurança das nossas casas e das nossas famílias.

É também fundamental proteger as zonas costeiras em risco de galgamento ou erosão do mar, como acontece na Avenida Pero de Teive, nas Flores, que coloca em risco habitações, estradas e outras infraestruturas essenciais, prejudicando o nosso modo de vida e a nossa economia local.

Esta medida não é, repito, não é, nem pode ser, um obstáculo ao desenvolvimento da nossa Região. Pelo contrário, deve ser uma ferramenta para garantir que crescemos de forma sustentável e protegemos o que nos é mais valioso, que são as pessoas, as nossas casas e as nossas infraestruturas.

É fundamental que o Governo, em conjunto com o poder local, implemente essas medidas de forma coordenada e eficaz e assegurando que estamos preparados para os desafios.

A preparação não pode ser feita só de medidas no papel, portanto este diploma é um ponto de partida e este ponto de partida tem de formar um esforço constante, para que as nossas comunidades estejam seguras e preparadas, porque a segurança das pessoas, das nossas casas, e das nossas infraestruturas deve ser sempre a nossa prioridade.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Quando debatemos este tipo de documento vem-nos sempre à memória a história da filosofia social e política, a construção do Estado moderno e aquilo que subjaz a essa mesma construção, seja ele mais *hobbessiano*, mais *cussoniano* ou *loquiano*.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Elevar o discurso, é isso mesmo, Senhor Deputado! Muito bem!

O Orador: Ao Estado compete, em primeiro lugar, a preservação do património privado.

Deputado Luís Soares (PSD) - É a segunda, a preservação da vida é a primeira!

O Orador: A proteção da propriedade privada é a primeira razão da construção do Estado moderno liberal e democrático.

Todos estes planos que têm sido arquitetados ao longo dos anos não podem, de forma alguma, constituir um esbulho do Estado à propriedade privada. E eu temo que a alguns destes instrumentos estejam subjacentes restrições à autorização do solo, que não são, se não, um esbulho àquilo que é a propriedade privada.

Aliás, se olharmos às verbas que estão orçamentadas para a execução deste plano, facilmente percebemos que é por aí que vem a solução para controlar o risco de inundações. Proibindo, mais uma vez, os privados de utilizarem a sua propriedade como bem se lhes aprouver.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Pode atirar o frigorífico!

O Orador: O Senhor Secretário Regional fica incomodado, umas vezes elogia, outras vezes fica incomodado ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Começou bem! Mas, nem tudo o que começa bem...

O Orador: ... quando o discurso se eleva. É pena, porque, Senhor Secretário Regional, devo dizer-lhe que atirar frigoríficos para as ribeiras é proibido já por lei, não precisa desse plano para coisíssima nenhuma. Está perfeitamente à vontade para isso.

Mas, também sabe o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares que é por aí que muitas vezes se tem esbulhado a propriedade privada. É traçar a risco de régua e esquadro onde se podem fazer algumas coisas e outras não podem e onde se criam as exceções para dar autorização a quem se quer e a quem não se quer.

E é isto que não quer que este plano, que tem bonomia nas suas intenções, acabe por resultar num futuro próximo.

E não passa isso de um aviso, porque nós cá estaremos, como temos estado sempre para dar o aviso e depois cobrar no final das contas o que é que foi feito. E vou relembrar que a função do Estado não é esbulhar a propriedade privada, mas sim proteger a propriedade privada.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores para o período de 2022-2027 é naturalmente um plano importante para a redução dos riscos, para a segurança das populações, para a segurança das suas propriedades também e é para isso que a Região, o Estado tem de atuar, para garantir, acima de tudo, a segurança de pessoas e bens, garantindo também naturalmente preservação ambiental das nossas ilhas.

Neste plano são classificados e hierarquizados os riscos de inundação fluvial e estes riscos materializam-se num conjunto de bacias hidrográficas identificadas, com base no risco identificado e no histórico, como o diploma refere, ou seja, 11 bacias hidrográficas, distribuídas pelas ilhas de Flores, Terceira, Pico, São Jorge e São Miguel.

Para além disso, também como o Senhor Secretário na apresentação referiu, identificam-se também zonas de risco de inundação costeira, que sabemos que também existe na Região e com casos conhecidos históricos e recentes que, naturalmente, esse plano deve-se debruçar.

A questão que gostaria de colocar em primeiro lugar ao Senhor Secretário antes de também abordar a questão medidas concretas que estão implementadas e

também as opções que são tomadas, em primeiro lugar, é uma questão que não posso deixar de colocar nesta fase inicial do debate: é o porquê de limitar o tempo histórico de análise de risco ao período de janeiro de 2012 a setembro de 2018? E pergunto, porque, efetivamente, depois de 2018 (2018 já foi há seis anos, já temos aqui um tempo longo) e a realidade demonstra que não apenas nesses locais identificados como de elevado risco, aliás, para além dos locais identificados, há também zonas, em diversas ilhas, que tiveram ao longo do tempo situações de inundação, não apenas esporádica, mas recorrente, que naturalmente têm que ter resposta por parte do Governo, das autarquias, consoante a responsabilidade e a competência sobre as zonas em questão.

Por isso, essa é a primeira questão que deixo, porque, efetivamente, estas zonas que não estão identificadas terão um risco que os técnicos poderão identificar, mas tem risco, certamente que tem e essa dúvida gostaria de colocar, nesta fase do debate.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Ana Jorge, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Não seria por aqui que iria começar, mas daria o exemplo, a propósito daquilo que foi a intervenção do grupo parlamentar do Chega, o exemplo do Município da Madalena, na ilha do Pico, que, neste momento, está a proceder a uma ação de limpeza e desobstrução das linhas de água, numa extensão de 5000 metros da rede hidrográfica do concelho, como tal foi anunciado no dia de ontem. Portanto, um exemplo de que tem que efetivamente existir articulação a nível regional e a nível local dos vários instrumentos de gestão e dos vários parceiros que têm responsabilidades nesta matéria, sendo que todos nós também temos

responsabilidades. Parece-me que ouvi falar em atirar frigoríficos para as linhas de água, portanto, certamente eles não caem lá sozinhos.

Portanto, há aqui uma responsabilidade privada e individual de todos nós, perante aquilo que são também os desafios dos tempos atuais.

Esta proposta insere-se no quadro normativo comunitário nacional. Determina a obrigatoriedade da revisão periódica dos planos de gestão de riscos de inundações. É uma proposta que corresponde ao segundo ciclo de planeamento do PGRI, reveste-se por isso a forma setorial. O primeiro ciclo de planeamento do Plano de Gestão de Riscos de Inundações decorreu entre 2016-2021, identificou na altura cinco bacias hidrográficas com potenciais riscos significativos que todos nós já conhecemos.

Atualmente, vamos mais além, este plano identifica para 2022-2027 11 bacias hidrográficas com riscos potenciais significativos, assim como, quatro áreas costeiras, com base em trabalhos técnicos preparatórios, desenvolvidos sob orientação da Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, respetivamente para as cheias fluviais e para as inundações costeiras. Este plano compreende parte do território das ilhas das Flores, Terceira, Pico, São Jorge e São Miguel. Tem por base um vasto quadro de referência estratégica, assenta na articulação com estratégias regionais e instrumentos de gestão territorial, com especial destaque para o programa regional da água, o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas e o Programa Regional para as Alterações Climáticas, bem como, diretivas comunitárias pertinentes.

Considerou, não só os riscos associados às cheias fluviais, como já disse, foi mais além, considerou os riscos associados aos galgamentos e inundações costeiras que têm sido ocorrências que têm aumentado a sua prevalência e intensidade, ao longo dos últimos anos.

Neste contexto, estão identificadas 11 bacias hidrográficas e quatro zonas costeiras. Assim sendo, às cinco anteriormente somam-se as grotas da Areia e do Cinzeiro, em São Miguel; a Ribeira Casa da Ribeira e São Bento, na Terceira; a Ribeira Seca, em São Jorge; a Ribeira do Dilúvio, no Pico.

Introduzem-se as frentes marítimas identificadas como zonas de risco, algo inovador neste segundo ciclo. São Roque/Cais do Pico, na ilha do Pico; São Roque/Ponta Delgada e Santa Cruz/Ribeira Quente.

Este plano é um instrumento fundamental para a proteção das populações, a salvaguarda e preservação dos valores naturais, patrimoniais e paisagísticos, bem como, para o desenvolvimento económico sustentável do território.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Intensifica os esforços no ordenamento do território, no sentido de conciliar atividades económicas, a proteção de pessoas, bens e infraestruturas, integrando medidas eficazes para mitigar (esta palavra é uma palavra importante – mitigar) as alterações climáticas e promover o equilíbrio sustentável dos ecossistemas frágeis das ilhas.

Considera normas orientadoras sobre as restrições (uma palavra que muitas das vezes não gostamos de ouvir), ao uso e a ocupação do solo nas áreas sujeitas a riscos associados à ocorrência de cheias fluviais e ocorrência de galgamentos e inundações costeiras, a observar aquando da elaboração da revisão de planos especiais de ordenamento do território, destacando a necessidade de se garantir também a sua cabal efetivação, principalmente ao nível do planeamento municipal.

De modo a concretizar os objetivos propostos foram definidas 37 medidas, são estas que concretizam os objetivos e permitem compreender que efeitos de facto terá o cumprimento dos respetivos objetivos.

Como já foi dito, um valor alocado de mais de 18 milhões de euros, repartidos por gestão de riscos, quadro institucional e normativo, informação e participação cidadã, monitorização e desenvolvimento de investigação aplicada. Procede à listagem de medidas a implementar, centrando-as na preparação, proteção, prevenção e recuperação, aprendizagem.

Salientar também neste plano a identificação clara de atores, responsáveis, os resultados esperados, indicadores de acompanhamento e avaliação por áreas temáticas, ações, calendarizações e investimentos afetos.

Define o modelo de avaliação, importante sempre nestes planos para que não se fique por meras palavras postas num papel, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... nomeadamente, em 2025, 2027 com avaliação intermédia, portanto, e também final.

A propósito de algo que aqui também já foi colocado, creio que pelo Bloco de Esquerda, este plano é um instrumento de trabalho muito importante. É um documento bem desenvolvido, bem documentado, com um robusto fundamento científico.

Como qualquer plano eficaz no mundo de hoje prevê, conforme se pode ler no seu artigo 8.º, ponto 6: “Caso as reavaliações previstas no número anterior assim o demonstrem, ou como resultado de algum evento ou ocorrência de cheias e inundações que se considere significativo e crítico, o PGRI 2022-2027 pode integrar ao longo do seu período de vigência novas zonas inundáveis e definir medidas específicas adicionais aplicáveis a estas áreas.” Portanto, a flexibilidade de um plano para se adequar àquilo que é a imprevisibilidade dos dias de hoje e que tantas vezes vemos acontecer, nomeadamente com os fenómenos atuais associados às alterações climáticas.

Para terminar, diria que fica claro que este Governo tem firmado o compromisso de estabelecer e atualizar os instrumentos legislativos para gestão

e conservação do ambiente, cumprindo com ações e medidas que visam dar resposta a este fim, em equilíbrio com o desenvolvimento socioeconómico das populações e esta é sem dúvida uma mais-valia.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhora Deputada Joana Pombo Tavares, tem a palavra.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores é um instrumento de natureza sectorial com uma abordagem marcadamente preventiva e que se destina a avaliação, à prevenção, proteção, de gestão de riscos de inundações, preparando as populações para os seus riscos e o que fazer em caso necessário.

O diploma aqui apresentado com custos estimados em oito milhões é um documento de continuidade, de segundo ciclo, do anterior Plano de Gestão de Riscos 2016-2021, um trabalho técnico efetuado ao longo do tempo, recorrendo a dados históricos.

A proposta aqui apresentada, e como já foi dito, resulta da identificação de 11 bacias hidrográficas com risco de elevada inundação, distribuída pelas ilhas Flores, Terceira Pico, São Jorge e São Miguel. Foram identificadas ainda, pela primeira vez, quatro zonas de risco elevado de inundação de origem costeira, no Pico e em São Miguel.

Os Açores sem dúvida, já foi retratado e é a olhos vistos de todos, possuem cada vez mais e fruto dos efeitos das alterações climáticas, os eventos de precipitação elevada e em curtos períodos.

Se associarmos isso às características das bacias hidrográficas dos Açores, nomeadamente às características geomorfológicas e, acima de tudo, às reduzidas dimensões, originam ocorrências de cheias que ocorrem de uma forma muito rápida.

Mas, se acrescentarmos ainda a isto também as erosões costeiras, também verificámos os galgamentos das zonas costeiras. Infelizmente, são vários os eventos que temos assistido, em várias ilhas e, como refere e muito bem o Senhor Deputado António Lima, depois do tempo amostrado para o presente plano, com graves danos para pessoas e bens, com destruição de moradias e infraestruturas de extrema importância, os eventos que resultam não só do aumento do nível da água do leite das ribeiras, mas também pela ocorrência de deslizamento de terras.

Como um dos princípios do próprio diploma diz, torna-se cada vez mais necessária a prevenção destes episódios e que só é possível através da manutenção da rede hidrográfica de cada uma das ilhas.

Em 2023 e no seguimento dos eventos recorrentes nos Arrifes, Mosteiros, Sete Cidades e Capelas, é o próprio Presidente da Câmara de Ponta Delgada que alertava para esta mesma questão, apelando para que o Governo Regional faça a sua parte para evitar as catástrofes, que proceda ao reforço urgente dos trabalhos de limpeza, desobstrução das ribeiras do concelho para prevenir várias inundações e garantir a segurança da população. Referiu ainda que, a limpeza das linhas de água têm que ser efetuadas de uma forma regular e constante.

Este é um alerta que consideramos que deve ser alertada toda a Região. Para que a prevenção seja efetuada, não se poderá verificar um desinvestimento

de recursos hidrográficos e da rede hidrográfica, como sem verificado nos últimos anos.

Sobre esta temática, e se compararmos há alguns anos, o que verificamos é um investimento de menos de três milhões de euros e oitocentos mil euros, se compararmos o ano de 2023 com 2018 e se comparamos 2022 com 2028, temos um decréscimo de quatro milhões e oitenta e um mil euros.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*) – Onde é que a senhora foi buscar esses valores?

A Oradora: Pelas ocorrências verificadas nos últimos tempos nas diversas ilhas, torna-se urgente que se considere alargar a intervenção do plano a mais ilhas e a mais áreas que cada vez mais têm sido fustigadas por danos materiais de elevada importância.

E para que possamos prever, proteger e preparar, o Senhor Secretário, e muito bem, em 2021 anunciou a instalação de um sistema de alerta de cheias em bacias de risco na Região, com investimento de 1.9 milhões de euros e que a sua implementação estaria concluída em 2023.

Quando questionados em audição e em julho de 2024, o Senhor Secretário informou que este processo não tinha sido submetido ao REACT-EU por ter atrasos e que até ao final deste ano haveria um concurso internacional para aquisição de equipamentos.

Neste sentido, questiono o Senhor Secretário, em que ponto da situação está esse procedimento e se estão previstos mais atrasos?

E alerta também ainda pelo facto de aquilo que foi anunciado em 2021, e uma vez que não aconteceu até à data pela sua justificação, que faz com que já exista um desajuste numa das medidas mais importantes na GR04, que tem previsto a instalação e testes de sistema de previsão de alertas, no valor de 750 mil euros para 2023, que já sabemos que não irá acontecer.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em setembro de 2023 foi efetuado um contrato para a aquisição de serviços para elaboração de cartografia de pormenor de riscos de galgamentos e inundações para as ilhas de Santa Maria, Terceira, Graciosa, Pico, Faial e Corvo. Neste sentido, também questionava o Senhor Secretário, paras as ilhas de Santa Maria, Graciosa, Faial e Corvo, se foram apresentados dados relevantes para que pudessem ser introduzidas áreas destas ilhas no plano agora apresentado?

O grupo parlamentar do Partido Socialista considera que o presente plano é fruto de um trabalho de continuidade ,um trabalho de todos os técnicos, num esforço contínuo de motorização e avaliação do estado das principais ribeiras dos Açores e assim como, a utilização de toda a orla costeira. No entanto, deixamos, sim, o alerta para a necessidade de motorização contínua, atendendo aos eventos cada vez mais frequentes e para que aí se faça uma efetiva prevenção com toda a devida manutenção e limpeza, impedindo assim que haja mais elevados riscos e danos materiais.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Os planos de gestão dos riscos de inundações visam a redução das potenciais consequências prejudiciais das inundações, quer para a saúde humana, para a segurança de pessoas e bens, do ambiente, do património cultural, infraestruturas, das atividades económicas, nas zonas que sejam identificadas com riscos potenciais significativos.

Ora, nesta matéria não podemos acompanhar a visão liberal que o Partido Liberal aqui manifestou de que, aos privados vale tudo e ao público cabe depois a responsabilidade de vir cobrir os riscos e os prejuízos.

O liberalismo, Senhor Deputado Nuno Barata, o liberalismo puro e duro, simplesmente não funciona se não houver um estado que assuma o risco.

E o que temos aqui é uma iniciativa que visa exatamente fazer a prevenção. Ao identificar zonas vulneráveis e zonas de risco e neste diploma apresentado pelo Governo que é uma revisão ao anterior plano são identificadas mais seis zonas do que aquelas que haviam sido identificadas na primeira versão, significa isso que há aqui uma evolução. Uma evolução que decorre ,não só daquilo que temos verificado que são os fenómenos meteorológicos, são cada vez mais acentuados, mais intensos, mas também obviamente que decorre da facilidade que a tecnologia hoje nos disponibiliza para podermos fazer a aferição dos riscos, das potenciais consequências e fazer a modelação dessas consequências e, portanto, a partir daí podermos concluir, ou não, se determinada zona é ou não vulnerável a determinado fenómeno meteorológico.

Obviamente, que isto impacta com aquilo que é a liberdade dos cidadãos, aliás, em democracia existe liberdade, mas é uma liberdade com regras e isto estabelece um conjunto de normas que não são mais do que regras e, tal como diz o próprio diploma, são regras habilitantes para que possam existir

candidaturas ao novo programa comunitário de apoio 20-30 para efetuar ações concretas no terreno.

E nós sabemos que em Portugal e aqui na Região Autónoma, desde há muitos anos, que a maior parte das obras que são realizadas, são realizadas com recurso exatamente a esses financiamentos comunitários.

Ora, havendo esta necessidade de haver este enquadramento habilitante deste plano para que determinada obra se possa realizar, obviamente que torna-se imperativo aprovar este plano.

Este plano parece-nos um plano que é realista. É um plano que identifica zonas de risco e, por essa via, poderemos intervir preventivamente, que é o que se espera que aconteça da parte das entidades oficiais e que tem seu cargo o dever de garantir a salvaguarda, não só da vida humana, mas dos bens materiais também.

Até porque sabemos que a prevenção é mais barata, do que depois a correção dos eventuais estragos que possam ocorrer. E, só a título de exemplo, num passado recente, verificamos aqui na baixa da cidade da Horta, o mar, ali na baía de Porto Pim, a galgar a muralha e a invadir a estrada e inundar habitações e espaços comerciais.

Ora, obviamente que isso impacta com a liberdade das pessoas, impacta com os investimentos privados, impacta também com aquilo que são as infraestruturas públicas e a manutenção das infraestruturas públicas.

E, portanto, importa sobretudo é termos consciência daquelas que são as áreas de potencial risco mais elevado, obviamente e, dessa forma, poder atuar preventivamente de modo a que, quando, e se, ocorrer um desses fenómenos meteorológicos mais agrestes, as consequências possam ser o menos impactantes e mais reduzidas possível.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (*Alonso Miguel*):

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, importa dar nota de que, apesar das zonas costeiras serem bastante apelativas e serem apazíveis, são zonas de elevado risco, a vários níveis, quer ao nível dos movimentos de vertente, quer ao nível dos galgamentos costeiros e são zonas de elevado risco também as zonas próximas das linhas de água, nomeadamente as nossas ribeiras e, portanto, é fundamental que nós tenhamos planos e instrumentos que permitam afastar as pessoas das zonas de risco.

Mesmo para os mais céticos, e como acabou de referir o Senhor Deputado Pedro Pinto, todos nós, para além do conhecimento científico consolidado que temos em relação às alterações climáticas, temos as evidências e todos nós temos na nossa memória as frentes marítimas, por exemplo, referiu-se o senhor deputado do caso da ilha do Faial, mas são muitas outras zonas que foram afetadas ao longo das orlas costeiras das nossas ilhas e com as recentes intempéries também um conjunto de constrangimentos causados pelo galgamento das linhas de água.

E, portanto, é fundamental que nós possamos fazer esse afastamento e há com certeza algum discurso que versa sobre um proibicionismo exagerado, que é um discurso de facto muito perigoso. Nós temos a obrigação de o combater. Temos a obrigação de termos instrumentos que permitam afastar as pessoas do perigo e temos esse conhecimento também. Já bem basta, o risco a que estão sujeitas as populações já fixadas e as identificações já construídas e, portanto, nós não precisamos de colocar mais pessoas em risco, até porque, nós temos um conjunto de instrumentos: o Programa Regional para as Alterações Climáticas, o Plano de Gestão de Riscos de Inundações, os Planos de Ordenamento da Orla

Costeira que derivam de orientações comunitárias. A mesma comunidade europeia que depois nos financia as proteções da orla costeira e as requalificações da rede hidrográfica para questões que já não é possível solucionar de outra forma, porque já estão fixadas. Portanto, nós não podemos admitir mais risco desnecessário, temos que o combater. Isso não é lógico, não é sustentável e, sobretudo, não é responsável. A todos nós, deputados e governantes é pedido elevadíssimo sentido de responsabilidade nesta matéria.

Senhor Deputado José Sousa, o diploma não é um ponto de partida, é um ponto de continuidade, efetivamente como diz a Senhora Deputada Joana Pombo Tavares, um segundo ciclo de planeamento, com muitas das medidas que já estão de facto em curso, apesar de ainda não estar aprovada esta revisão.

Em relação às limpezas das ribeiras, como sabe, todos os anos é feito o relatório de estado das ribeiras, onde são de entre os mais de 700 km de linhas de água que existem na Região, é feita uma hierarquização que nos permite resolver as situações mais emergentes.

Eu dou nota que, só nos últimos três anos, foram feitas nas nossas linhas de água 910 intervenções, para além de todo um conjunto de intervenções de requalificação da Ribeira da Prainha, em São Caetano; da Ribeira da Vinha Brava e a Grota da Lagoinha na Terceira, também as 12 bacias de proteção a retenção de caudais sólidos na Terceira, a bacia de retenção na freguesia dos Arrifes, no Outeiro, investimentos que ultrapassam os 3,4 milhões de euros e, portanto, há todo um esforço, tudo isto não contabiliza evidentemente o trabalho inestimável que é feito pelos operacionais de todos os departamentos afetos a isto, quer do Governo Regional, quer também dos municípios.

Dou nota Senhor Deputado Nuno Barata, em primeiro lugar, Senhor Deputado, há aí alguma confusão nas prioridades. A prioridade do Estado não é proteger a propriedade privada.

Deputado Nuno Barata (IL): É, é! Está enganado!

O Orador: A primeira prioridade do Estado é garantir a salvaguarda das populações, a proteção da vida humana e o bem estar das populações, só depois é que vêm as outras questões, Senhor Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Não é essa a prioridade, há aí alguma confusão.

E devo dizer, Senhor Deputado, que gostei mais da sua intervenção ontem, porque ontem dizia que na sua altura iam para a rua de pica na mão ajudar a resolver os problemas.

Deputado Nuno Barata (IL): E vou, e vou!

O Orador: A lei da água, no seu artigo 33.º, diz que a reabilitação e conservação da rede hidrográfica compete aos municípios nos aglomerados populacionais e urbanos, aos proprietários nas frentes particulares, fora dos aglomerados urbanos e, no restante dos casos, é do Governo Regional.

E, portanto, há aqui uma responsabilidade que é repartida, senhoras e senhores deputados e os privados, além de terem, evidentemente, que ser defendidos, também têm que ser responsabilizados pela limpeza dos seus espaços, que são deles.

Deputado Nuno Barata (IL): Óbvio!

O Orador: Depois, dar nota que isto é um plano sectorial, Senhor Deputado, não vincula diretamente privados, vincula os instrumentos de gestão territorial que são depois produzidos ...

Deputado Nuno Barata (IL) - Vincula a propriedade privada. Vincula sim senhor!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) - Então seja mais explícito, Senhor Deputado!

O Orador: Não, não vincula, não.

Deputado Nuno Barata (IL): Vincula a propriedade privada!

O Orador: Ó, Senhor Deputado, vá ver a definição de um plano setorial e depois conversamos. Vincula o setor que através dos instrumentos de gestão territorial municipais, nomeadamente, depois pode vincular os privados.

Depois, Senhor Deputado António Lima, evidentemente que tem que ser fixado um prazo para a análise. A revisão destes planos começa três anos antes e nós temos que fixar um prazo e o prazo foi de 2012 a 2018, sem prejuízo de, no âmbito desta revisão, com os critérios que foram adotados, tudo aquilo que estiver acontecido depois, há no artigo 8.º, n.º 6 uma norma que define que podem ser incluídas novas bacias de risco, caso assim seja necessário em qualquer tipo de revisão intermédia.

E depois, há também uma verba de cinco milhões de euros a afetar a bacias que não estejam enquadradas dentro do PGRI, portanto, essa situação está ultrapassada.

Senhora Deputada Joana Pombo Tavares, redução de investimento na rede hidrográfica, não confere, não é verdade. Não sei onde é que a senhora foi buscar esses dados.

Cartografia de risco, houve um conjunto de constrangimentos por causa de uma impugnação a um concurso. Em todo o caso, permitiu-nos adquirir todos os equipamentos e fazer a cartografia que foi entregue aos municípios da região inteira e que já está disponível para a revisão dos PDMs e foi integrada nos três POCs, dois já aprovados, Terceira e São Jorge, São Miguel em processo de aprovação.

Sistema de alerta de cheias, Senhora Deputada, gostava de lhe lembrar que esta medida estava no primeiro ciclo de planeamento, na esmagadora maioria do tempo, da responsabilidade do Partido Socialista e nunca saiu do papel.

Este Governo já o fez. Por atrasos não imputáveis ao Governo, no atraso do CIVISA não foi possível enquadrá-lo no REACT, mas nós estamos a desenvolvê-lo e iremos com certeza concluí-lo, dentro daquilo que for o prazo possível, sendo certo que muita coisa já foi feita vai ser lançado um procedimento para ver a localização dos gateways, para depois instalarmos os equipamentos.

Eu julgo, Senhora Deputada, que em relação àquilo às questões que tinha colocado, já todas foram respondidas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Como foi dito aqui, esta iniciativa é uma evolução daquela que existia, só que essa evolução não foi até ao seu apogeu e, por isso, eu tenho mais perguntas e são perguntas válidas e tem em conta com as reincidências e, por exemplo, as reincidências de Arrifes, de Santo António, Capelas, Porto Pim, porque é que não está incluído neste programa?

Também há dúvida relativamente ao orçamento daquilo que está orçamentado só para o ano e eu ouvi falar a Senhora Deputada em 13 ou 18 milhões, ...

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): 18!

O Orador: ... por acaso eu gostava que o Senhor Secretário explicasse um pouco melhor, porque no orçamento a gente tem 78 mil para o Plano de Gestão de Riscos e Inundações, temos para a rede hidrográfica 249 mil, só para o ano e

temos 400 mil para a manutenção da rede hidrográfica, pelo menos é aquilo que está no orçamento, ou pelo menos, a anteproposta do orçamento, aquilo que eu tive acesso, não oficialmente, mas tive a oportunidade de verificar e gostava que me explicasse.

Mas, acho mais do que tudo, que este plano que eu concordo, acho pouco, podíamos ser um pouco mais audazes, vai contra a agricultura convencional açoriana e aí o Senhor Secretário da Agricultura vai me dar razão. Porquê? Porque para termos uma retenção neste caso, para que haja uma infiltração da água e a retenção da própria água no próprio terreno, não podemos fazer a agricultura convencional que fazemos agora que é a arar a nossa terra, compactar a terra ao máximo, a água não entra no nosso solo e vai ter que sair e basta olhar nas nossas zonas, pelo menos onde eu moro, é muito fácil verificar a água a sair e, por acaso, o *mulching* é muito importante, neste caso em português, usei um estrangeirismo, que acho que é a cobertura dos solos, usando cobertura vegetal que é muito importante por causa da humidade e para a retenção dessa água nós não usamos, muito raramente o fazemos, a não ser, temos obviamente colheita de cobertura e isso usamos durante o ano quando metemos a erva forrageira, mas, mais do que isso, é muito importante também a cobertura vegetal, além dessa erva e nós também não usamos estas técnicas. E depois também não temos a floresta. A florestação também não é usada na forma da agricultura convencional, pelo contrário, não temos quase árvores nas nossas parcelas de terreno, o que não ajuda em nada naquilo que é o plano para as inundações, porque não conseguimos reter água absolutamente nenhuma e essa água vai usando a gravidade e vai tentar desembocar para todo o lado, menos para o próprio terreno. Isso é um problema que o Senhor Secretário da Agricultura também sabe, por isso é que nós temos seca e não temos qualquer retida na nos nossos próprios solos.

E, tendo em conta isso e também hum tive a oportunidade de ver uma das técnicas e que não gosto, a técnica da injeção de betão, que é das piores coisas que nós podemos fazer, em termos ambientais. Há técnicas de engenharia natural que até foi usada uma vez, eu tive a oportunidade de visitar que até a médio prazo tem um impacto ambiental muito pouco significativo inicialmente e a médio prazo não tem impacto qualquer e tem bastante sucesso, em termos da retenção de água e acho que poderíamos usar cada vez mais porque temos já essa oportunidade de ver em São Miguel, como foi feito e como nós conseguimos mesmo reter até o próprio solo para que não houvesse desabamento.

Por isso, eu só gostava daquelas perguntas, Senhor Secretário, porque acho que são importantes para sabermos onde é que vamos buscar, ou até qual é a janela temporal, relativamente a esses milhões que podemos usar.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata, faça o favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A minha intervenção inicial parece que suscitou alguma inquietação na Senhora Deputada Ana Jorge, no Senhor Deputado Pedro Pinto e no Senhor Secretário Regional, mas eu apenas quero reiterar que quando fiz a minha intervenção, fi-lo falando no Estado *lato senso*, não quis me dirigir ao Governo Regional dos Açores, ao anterior Governo de Partido Socialista, ao Estado Português, mas sim ao Estado, enquanto entidade superior o tal *leviatã hobbesiano* que controla tudo e todos e a esse estado compete, em primeiro lugar, a proteção da propriedade privada. Mas, já que suscitaram esta dúvida eu vou esclarecer.

O Estado que notifica um cidadão que tem devidamente, acauteladamente a poda de uma figueira na sua propriedade privada, é o mesmo Estado que

permite, por exemplo, numa parcela contígua, abusivamente subtraída a este cidadão, a construção de um PT da empresa de eletricidade dos Açores. Em cima da mesma ribeira, onde o tal cidadão foi notificado para tirar a mais de dez metros do leito da ribeira a sua poda acauteladamente colocada num canto à espera que a respetiva câmara abra a autorização para poder fazer a queima.

É este Estado, que não foi o seu Estado, é o Estado *lato senso* que preocupa a Iniciativa Liberal, porque restringe a liberdade dos cidadãos na sua propriedade privada.

E é precisamente, e foi por isso que eu quis deixar o alerta porque os senhores deputados já devem estar habituados e os senhores deputados regionais, que de vez em quando deixam os avisos para depois vir a lembrar mais tarde - não sei se vou ficar por aqui muito tempo para isso, mas fica feito de qualquer forma - uns avisos para quando esses tais abusos forem cometidos poder dizer: “eu avisei!” eu avisei. É mais ou menos como quando falamos de manhã no subsídio de mobilidade.

E é precisamente quando o Estado se arroga o direito de dizer a um cidadão proprietário “aqui podes fazer isso e ali não podes”, que quando ali acontece um problema, esse cidadão tem legitimidade para exigir do Estado que lhe pague o prejuízo.

Quando é dada a liberdade e não libertinagem, quando é dada a liberdade ao cidadão para fazer o que ele quer e que lhe apetece, quando lhe acontece qualquer coisa, o Estado tem toda a legitimidade para dizer isso é problema seu, não é problema do Estado.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): Não tem tanta legitimidade!

O Orador: E aí é que está, Senhor Secretário, quanto mais o estatismo vai ganhando poder e vai ganhando, eu diria doutrina e até me admira que o CDS agora seja mais estatista, do que já foi, é precisamente quando dessa doutrina do

estatismo se vai estabelecendo, que cada vez mais os cidadãos vão perdendo poder, porque sempre com o Estado restringe, seja de que forma for, a liberdade dos cidadãos, retira aos cidadãos poder para o exercer de forma unilateral.

E, foi neste sentido, lato da construção do estado moderno que eu quis arquitetar a minha argumentação.

E, portanto, fica o aviso aos açorianos. Quando o Estado se mete demasiado na vida das pessoas, está a assumir para si o poder unilateral, sobre aquilo que é a liberdade de cada cidadão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (*Alonso Miguel*):

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, eu sou uma pessoa de direita, aliás como o senhor e temos uma raiz comum, curiosamente e, portanto, quanto a isso estamos conversados.

Termina a liberdade de um, onde começa a do outro. E, portanto, nós, enquanto Estado, temos que ter a responsabilidade de garantir que há condições para proteção de toda uma sociedade.

Não apenas individualmente de uma pessoa.

Deputado Nuno Barata (*IL*): Também individualmente aqui!

O Orador: Sendo certo que o direito de propriedade é um direito inalienável.

Senhora Deputada Joana Pombo Tavares, já percebi as suas contas, mas as suas contas não são sérias. A senhora compara períodos de tempo, onde dentro da Secretaria tinha as obras públicas, quando este Governo, por opção, tem as obras públicas concentradas numa Secretaria. Daí essas variações de valores, mas isso não corresponde à verdade e, portanto, fica aqui reposto este aspeto que me parece fundamental.

Senhor Deputado Pedro Neves, são 18 milhões de euros. Efetivamente, terá de haver uma reprogramação, porque este plano era para vigorar entre 2022 e 2027. Nós estamos em 2024, o primeiro ciclo que começou tarde, já foi aprovado no final de 2016, para vigorar em 2016. Este está a começar tarde, por uma série de circunstâncias, porque foi iniciada a sua revisão, já com este Governo, em março de 2021, quando devia ter sido no final de 2019/2020, porque houve um conjunto de constrangimentos com a dissolução do Parlamento e porque é aprovado neste Parlamento, ao contrário da Madeira que é aprovado, e isto leva ao que disse ontem a Senhora Deputada Andreia Cardoso, na Madeira é aprovada apenas por resolução do Conselho de Governo e a nível nacional, por Resolução do Conselho de Ministros. Aqui tem que vir ao Parlamento. Caiu o Parlamento, já está eleito, cá está, será aprovado. Todas as medidas estão em implementação, porque é um sistema de continuidade. Haverá aqui evidentemente, uma redistribuição destas verbas nos anos que resta para este ciclo de planeamento.

Depois, em relação à florestação. Como sabe, nós temos feito um conjunto de projetos e fizemos projeto importante de recuperação de trufeiras. Há vários exemplos de técnicas de engenharia natural aplicadas. Recentemente fez-se também nas Flores. Aqui, em São Miguel, há um conjunto de exemplos e há aqui três medidas: a medida GR8, GR17, GR18 e também a KI1, que se referem especificamente a medidas de florestação e de recuperação de habitats naturais, no sentido de nós podermos de facto ter zonas de máxima infiltração, evitar as escorrência superficial água e, com isso, evitar que haja caldais excessivos para as nossas linhas de água.

Tudo isto são medidas fundamentais de reordenamento do espaço florestal a montante das populações, para evitar que em situações de intempérie possam acontecer situações como aquelas que temos verificado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Senhor Deputado João Mendonça, faça favor.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados e Membros do Governo:

A aprovação deste Plano não é apenas um dever que recai sobre esta Assembleia, mas uma responsabilidade inequívoca e inadiável.

A sua importância transcende as questões legislativas, afetando diretamente a vida dos açorianos, a preservação do nosso património e a segurança das nossas infraestruturas.

Estamos perante um quadro alarmante: o agravamento das condições climáticas, bem à vista de todos, coloca as nossas ilhas em risco crescente de inundações.

Como referiu o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática "a nossa prioridade é clara: proteger vidas, salvaguardar o património e mitigar os impactos devastadores das inundações".

Este plano surge, finalmente, como uma resposta a este desafio.

Contudo, não posso deixar de referir que estas medidas já deveriam ter sido implementadas há muito tempo. O problema das inundações na nossa região não é novo.

Ao longo das últimas décadas, já vivemos episódios trágicos, com perdas humanas e destruição de habitações e infraestruturas. Apesar disso, os governos anteriores falharam na implementação de políticas eficazes para lidar com este problema.

As nossas comunidades, foram deixadas expostas, sem os mecanismos adequados para prevenir e mitigar os impactos das inundações.

O presente plano, resultado de um exaustivo processo de planeamento e em plena conformidade com a legislação europeia, é uma resposta atrasada, mas necessária.

Ignorar esta necessidade seria um erro irreparável, cujas consequências seriam ainda mais devastadoras para as gerações futuras.

As previsões climáticas alertaram-nos para o agravamento dos fenómenos meteorológicos extremos, incluindo as cheias e as inundações.

No entanto, os esforços anteriores foram insuficientes. Medidas de alerta, proteção e preparação que poderiam ter salvado vidas e minimizado perdas foram adiadas repetidamente. Não podemos permitir que estes atrasos continuem.

Além disso, o Plano de Gestão de Riscos de Inundações está perfeitamente articulado com o Programa Regional para as Alterações Climáticas, garantindo uma resposta coordenada e sustentável aos desafios colocados pelas mudanças climáticas, demonstrando uma visão integrada para o futuro das nossas ilhas.

A não aprovação deste plano seria um erro irreparável, comprometendo não apenas a segurança dos açorianos, mas também a sustentabilidade e resiliência do nosso território.

Por isso, apelo a todos os presentes nesta Assembleia para que reconheçam a urgência desta iniciativa.

A responsabilidade é nossa e o momento de agir é agora.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Ana Jorge, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Apenas para reforçar um aspeto e em relação à avaliação do cumprimento das medidas previstas no primeiro ciclo do Plano de Gestão de Riscos e Inundações, dando conta que, relativamente às tipologias, preparação e prevenção que se observa uma taxa de medidas em que nenhuma meta foi alcançada, equivalendo respetivamente a 62,5 % e 40 % do total.

Portanto, realçar também nas fichas de medidas que aqui estão apresentadas neste atual plano, aquilo que é a intervenção e participação cidadã. É isso que é também importante. Cada vez mais apelarmos à intervenção de cada um de nós, àquilo que é a ação individual e a responsabilização no todo, no coletivo. E destaco aquilo que está previsto na medida IPC02, portanto, o desenvolvimento de um programa de sensibilização regional sobre medidas de prevenção, proteção contra cheias e inundações para a população em geral, para as escolas e entidades responsáveis.

É uma ação que envolve unidades de saúde, associações recreativas, juntas de freguesia, sedes de outras organizações públicas e privadas. Envolve também a construção e divulgação de informações e isto é essencial num momento em que pretendemos que a comunidade, todos nós e cada um de nós se envolva efetivamente naquilo que é a corresponsabilização para com um todo coletivo, que é aquilo que este plano também nos traz e que é relativamente importante considerarmos, eu diria, não é relativamente, é mormente importante considerarmos numa definição daquilo que devem ser os tempos atuais, naquilo que deve ser a educação de cada um de nós e que nos é proporcionada também por várias ações de sensibilização promovidas pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, a vários níveis, em parceria com as escolas, organizações não governamentais.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário Regional, tendo em conta que estamos a falar de 18 milhões e obviamente temos que fazer uma reestruturação relativamente a esse valor, mas o valor pelo menos que está pensado, ou, neste caso orçamentado para o ano de 2025, não chega sequer a um milhão de euros. Acha que até ao ano de 2027 nós vamos conseguir executar os 18 milhões, como está previamente estabelecido ou também contando com os anos anteriores?

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Francisco Lima, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Sobre essa questão destas proibições que, ao fim ao cabo, são riscos que foram aqui identificados pelo Estado, desde já quero fazer uma declaração de interesses, que estou mais próximo do que disse o Deputado Nuno Barata, do que disse aqui a bancada do CDE, que se identifica como de direita, mas se não tem qualquer problema em fazer um esbulho à propriedade privada.

E sobre este documento que está aqui, eu chamo a atenção aos senhores deputados, que tal e qual como eu, estão a ver o documento e este documento é

de uma qualidade técnica deplorável e eu quero mostrar aos senhores deputados. Os senhores deputados digam-me se conseguem ver onde é que estão os riscos graves de inundações em São Miguel?

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): Não é aí, homem! Isso não são as cartas!

O Orador: Portanto aqui nós estamos a votar um documento não tem qualidade técnica.

E mais, as alterações climáticas diz aqui que esses riscos de inundação foram adaptados de Silva e Marques 2018. Ora, as alterações climáticas desde 2018 não existem? Nós vamos estar aqui a votar às cegas? Isto é um esbulho da propriedade privada. Nesses sítios, onde há elevado risco é para proibir construir, é para proibir usufruir da propriedade privada. E, neste caso, o senhor deputado apresenta-nos um documento se é adaptado, tivesse posto lá os seus assessores a pintar a cores. Agora, quer-nos obrigar a votar aqui um documento que não tem qualidade técnica?

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): Isso é só a identificação da bacia! Você não lê os documentos, já percebi!

O Orador: Mas a gente está a votar aqui é isto. O Senhor Secretário entrega-nos isto aqui a preto e branco e quer que a gente adivinhe! Isso é a realidade das coisas. Os deputados não trabalham na Secretaria do Ambiente. O senhor e a sua equipa é que tinham a obrigação de entregar um documento com qualidade técnica, que não tem. O senhor não me venha para aqui com histórias, porque não tem qualidade técnica. Isso é realidade. Vamos votar aqui às escuras.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): O senhor não sabe o que é que está a dizer!

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não há dinheiro para o tinteiro!

O Orador: Não há dinheiro, isso é um problema do Senhor Secretário, agora, esse documento faz parte da lei, nós vamos aprovar uma lei às escuras. E isto é que é a realidade.

Ó Senhor Secretário, interrompe-se os trabalhos, faça a pintura e entregue aqui aos deputados. Vai ali atrás ao bar, arranja uns lápis de aguarelas e pinte aqui as zonas de risco, pelo menos as zonas de risco graves.

Faça lá o seu trabalho de casa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado

Senhora Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário, muito obrigada pelo seu alerta, mas devia ter feito as contas antes.

Então vamos somar as obras públicas, com o seu valor executado em 2023.

A sua Secretaria diretamente executou um milhão e treze mil. As obras públicas executaram oitocentos e oitenta e um mil. Dá um milhão e oitocentos. Nem se equipar ao ano Covid. O ano Covid, juntando os dois, dá dois milhões trezentos e oitenta. Juntando as obras públicas com a sua rubrica diretamente, em 2023, dá um milhão e oitocentos mil.

E se formos ainda...

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel) – E as obras de consolidação costeira?

A Oradora: ... estou falando em recursos hídricos. Rúbrica, recursos hídricos. Em 2022 que, infelizmente, foi a sua pior execução, infelizmente para os

Açores, foi a sua pior taxa de execução em que tem 39 % de execução em recursos hídricos, setecentos e oitenta e quatro mil euros, se juntarmos as obras públicas, dá dois milhões duzentos e sessenta e oito mil, que nem chega ao ano Covid e nem chega a metade do investido em 2018, em relação a recursos hídricos.

Por isso, Senhor Secretário devia ter feito as contas um bocadinho antes de me ter chamado a atenção, porque infelizmente nem chega a metade do que foi investido em 2018 por Governos do Partido Socialista, em âmbito de recursos hídricos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Voltamos a realçar, aquilo que está em causa é o investimento nesta área. Voltamos a alertar pela necessidade de trabalhar, de prevenir, ainda mais, atendendo aos consecutivos, eventos extremos que temos assistido.

Realçamos a importância da implementação deste plano. Plano este, fruto do trabalho dos técnicos ao longo dos anos fruto do trabalho, também do primeiro ciclo que se desenvolveu e alertámos sim, para a sua sensibilidade, para que possa então fazer a atualização, assim que necessário, uma vez que, cada vez mais, temos percebido a necessidade de que provavelmente será necessário atualizar antes de 2027, chamamos essa atenção e fazemos esse alerta, em relação a esta possibilidade de atualização do plano.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário, em jeito de brincadeira, para a próxima era bom enviar o documento a cores, porque efetivamente ajuda a análise do documento, porque cartografia a preto e branco não é fácil.

Senhor Secretário, eu vi com atenção as suas respostas, no que diz respeito às zonas de risco identificadas e também no que diz respeito à possível atualização do plano prevista efetivamente no seu artigo 8.º.

Todavia e sendo certo que se teria que definir um período histórico, a verdade é que temos dificuldade em perceber o porquê de se definir como limite o ano de 208, sendo que este Governo entrou em funções em 2020 e, para além disso, este plano iniciou-se em 2021, sendo que, ao longo da sua elaboração o tempo não parou e os acontecimentos continuaram a acontecer.

E tenho aqui algumas notícias sobre zonas que já foram referidas por exemplo, uma notícia do ano de 2019 em que já aconteciam inundações, e certamente antes disso, na freguesia dos Arrifes. 2019, este plano começou a ser efetuado em 2021 ...

(Aparte inaudível)

O Orador: ... pois, exatamente, Senhor Secretário porque é que o período terminou em 2018 e se durante a elaboração do plano se não era possível identificar outras zonas?

E isso deveria ter sido feito, em São Miguel são muitas as zonas e sabe perfeitamente do risco e do problema que temos entre mãos. Freguesia de Arrifes, freguesia das Capelas, freguesia de Santo António, a freguesia de Ajuda da Bretanha, Remédios da Bretanha. Sabe perfeitamente dos problemas graves que existem neste momento. As notícias sucedem-se e, naturalmente, tem de compreender, Senhor Secretário, que o Governo pede-nos para aprovar um documento e apresenta-nos um documento que ignora esta situação, não

têm uma palavra em zonas que eu, e certamente muita gente, passa diariamente e vemos situações, ruas fechadas intransitáveis, há meses e nós temos que fingir que está tudo bem e que este plano, que diz respeito às inundações, responde aos problemas que existem. Não responde! Não responde a este problema e deveria responder. E essa é uma falha deste plano que efetivamente não poderia não poder suceder.

E já foi aqui referido também a situação da baía de Porto Pim, com o Furacão Lorenzo, foi em 2019. Nós sabemos que uma situação daquelas, extrema, é verdade, mas pode voltar a acontecer, certamente poderá merecer também a atenção do Governo e a atenção deste e de outros planos, sem prejuízo da sua atualização, como é evidente.

Mas, este plano é redutor, aliás, como refere o parecer da SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves - que refere exatamente isso, o plano não tem em conta a situação atual e as situações de inundações e cheias que aconteceram nos últimos anos.

E não posso deixar naturalmente de fazer esta crítica, que é construtiva, porque o Governo teve efetivamente oportunidade de atualizar a proposta e terá que atualizar este plano amanhã. Ele está desatualizado, nós vamos aprovar uma coisa que não tem adesão à realidade atual.

Para além disso, e relacionado também com essas situações que eu referi, há a necessidade, como já foi referido, de intervenções ao nível da engenharia natural nas linhas de água, mas a verdade é que o senhor só tem trinta mil euros para três anos de zero vírgula dezassete por cento do montante. Ora, o que é que vai fazer com trinta mil euros em três anos?

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*) – Já estamos a fazer, na SPEA.

O Orador: Isso é incompreensível isso é uma medida para constar é para estar no papel no papel e, como é óbvio, para além dessas que já referimos, que estão

que estão em zonas agrícolas com terrenos totalmente impermeabilizados e se as medidas a fazer são medidas de mitigação, apenas dos efeitos, sem intervir na causa do problema, que é a impermeabilização dos solos, nós vamos gastar milhões, é deitar dinheiro à água, pondo em risco as populações para não querer mudar a forma como nós ordenamos o território, a forma como utilizamos os solos. Esse é que é o problema de fundo e eu não vejo essas medidas neste plano.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): Estão aqui, estão!

O Orador: E isso é preocupante, porque as situações que têm acontecido de inundação ao longo dos últimos anos vão manter-se com ou sem plano.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado,
Senhor Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começando agora já por esta intervenção do Bloco de Esquerda, não nos revemos na naquilo que o Senhor Deputado António Lima classifica, como sendo uma crítica construtiva, porque basta ler o próprio diploma para perceber que nem sequer é uma crítica, foi falta de leitura do próprio diploma.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Já se sabe!

Deputado António Lima (*BE*): Só o senhor é que leu!

O Orador: O Senhor Deputado diz que o diploma agora em votação já está desatualizado, face a acontecimentos meteorológicos que referiu terem ocorrido no ano de 2019, mas se tivesse ouvido atentamente o que o Senhor Secretário disse logo na apresentação desta iniciativa teria percebido que houve aqui uma metodologia que definiu um período temporal de análise, para estabelecer estas

que são as áreas classificadas, como sendo áreas de risco. Mas, se mas se tivesse lido o número 6, do artigo 8.º que eu vou passar a citar saberia que este plano pode ser revisto e reatualizado e diz o seguinte o número 6, do artigo 8.º: “caso as reavaliações previstas no número anterior assim o demonstrem, ou como resultado de algum evento, ou ocorrência de cheias e inundações que se considere significativo e crítico, este plano pode integrar, ao longo do seu período de vigência, novas zonas inundáveis e definir medidas específicas adicionais aplicáveis a estas áreas.”

Portanto, está aqui a salvaguarda de que aquela zona que referiu, ou qualquer outra que não referiu e que venha a ser alvo de um fenómeno de erosão acentuado, possa vir a ser incorporado no âmbito deste diploma, como uma zona crítica e de risco. E, portanto, o próprio diploma prevê isso. Portanto, é uma não crítica aquilo que aqui nos veio transmitir.

E, portanto, é só uma tentativa de querer denegrir uma iniciativa. Por acaso, nesta matéria teve azar, que esta matéria estava bem elaborada.

Relativamente, à Iniciativa Liberal, Senhor Deputado Nuno Barata. Senhor Deputado, só na sua segunda intervenção é que eu fiquei a perceber que vossa excelência não veio para este debate debater a iniciativa do Governo, veio debater a filosofia política.

Deputado Nuno Barata (IL): Também!

O Orador: Pronto, então, no campo da filosofia, obviamente que o CDS é um partido de centro-direita. É um partido que preserva, respeita e estimula a iniciativa privada e a propriedade privada, mas com regras, não é de um modo selvático, porque só pode haver liberdade, se houver regras, porque se não, sem regras a nossa vivência transforma-se numa anarquia e, portanto, não, não somos tão liberais como vossa excelência é, porque a aplicar aqueles princípios que aqui nos transmitiu, isto virava uma anarquia.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Ana Jorge, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Apenas para fazer uma referência ao único parecer que não foi favorável a esta proposta. O SPEA considerou que o valor alocado àquilo que eram obras de tecnologia de engenharia natural era muito reduzido e foi esse o único parecer não positivo relativamente a esta proposta de diploma.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Senhor Secretário Regional, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, Senhor Deputado Pedro Neves, os 18 milhões de euros não são da responsabilidade só deste departamento do Governo Regional, são de

vários departamentos, câmaras municipais e outras entidades com responsabilidade na matéria e, portanto, evidentemente, não tem que estar tudo no meu orçamento.

Depois, Senhor Deputado António Lima, a SPEA tem direito ao entendimento que tiver, mas é a SPEA a quem nós temos atribuídas as obras e as intervenções de engenharia natural e, portanto, não entendo bem o parecer deles, mas é legítimo que o façam.

Senhor Deputado António Lima, deixe-me dizer que conheço a sua teoria, leio os seus artigos, conheço bem a sua ideologia, em relação a algumas matérias, convivo bem com ela, é contrária à minha, mas consigo compreendê-lo, entendê-lo e aceitá-lo. Não compartilho, mas conheço.

Em relação à questão deste documento, Senhor Deputado, o senhor não estava sequer a ver a página certa. As cartas de risco são outras. Além disso, todos os documentos, os três volumes, mais de 600 páginas foram entregues à Assembleia a cores. Estão disponíveis no portal do Governo a cores. Tudo isto está a cores.

E mais, qualidade técnica, não tem nada a ver com qualidade gráfica. A qualidade técnica deste trabalho é elevadíssima. A qualidade gráfica que foi entregue também. Se foi distribuída sem essa qualidade é outra história.

Por fim, Senhor Deputado António Lima, existe uma proposta a proposta GR10 que tem 5 milhões de euros para investir em bacias não integradas no PGRI e, portanto, esgotei o tempo.

Muito obrigado, Senhoras e Senhores Deputados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, tem a palavra, faça favor.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estevão*): Até porque se não fosse uma interpelação, Senhor Presidente, não podia falar, não tinha tempo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:
É tarefa do Secretário dos Assuntos Parlamentares responder às exigências dos outros deputados. Está aqui um mapa a cores.

(Neste momento o orador mostra o portátil à câmara, onde consta o documento a cores.)

Foi distribuído aos senhores deputados a cores e está na consulta pública ...
Posso?

(Ruído na Câmara)

Senhor Presidente, fizeram um reparo ao Governo nesta matéria e eu, correspondendo às exigências dos Senhores Deputados, estou aqui a mostrar que, de facto, o documento é público e está a cores.

Era só nesse sentido de corresponder...

(Aparte inaudível)

O Orador: Não, não foi pintado agora, não, Senhor Deputado Vasco Cordeiro.
Já estava.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Eu estou eu estou a perceber o vosso discurso todo. Deve haver aí mais um problema técnico pelo caminho.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos votar a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII, que aprova o Plano de Gestão de Risco e Inundações da Região Autónoma dos Açores.

Vamos votar na generalidade:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: A votação na generalidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 22 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN e com 2 abstenções, uma do BE e uma da IL.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Vamos passar ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

(Pausa)

Não há propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocar à votação os artigos em conjunto? Era bom demais, não era?

O artigo 4.º não é possível.

Vamos votar o artigo primeiro do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o número 4, do artigo 2.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 2.º, número 4 foi aprovado com 22 votos do PSD, 22 votos do PS, 5 votos do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da IL e uma abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 2.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos o artigo 3.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está a votação o artigo 4.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo 4.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM.

3 abstenções: 1 do PAN, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 5.º, 6.º e 7.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Secretária: Os artigos enumerados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está a votação o artigo 8.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 8.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da IL.

1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Estão à votação os artigos 9.º e 10.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 9.º e 10.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam favor de sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam favor de sentar.

Secretária: Votação final global foi aprovada com 22 votos do PSD, 22 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN e com abstenção: 1 voto do BE e 1 da IL.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, conforme a solicitação do Governo e conforme deliberou a Conferência de Líderes nós vamos avançar para o ponto 7 da nossa agenda.

Senhor Deputado António Lima, eu posso fazer o intervalo, não precisa gastar o seu tempo.

Vamos fazer um intervalo, (10 minutos é suficiente?) até às 16 horas e 45 minutos.

Eram 16 horas e 36 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 47 minutos.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos entrar no ponto 7 da nossa agenda - **Petição n.º 4/XIII – “Pelo regresso à utilização dos manuais em papel e utilização dos tablets e computadores como recurso de apoio”, apresentada por Augusto Simas Borges de Castro na qualidade de primeiro subscritor.** O relatório foi elaborado pela Comissão de Assuntos Sociais e tem a palavra a Senhora Deputada, Relatora desta Comissão, Senhora Deputada Inês Sá para a apresentação do relatório. Faça favor, Senhora Deputada.

Deputada Inês Sá (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 4/XIII

PELO REGRESSO À UTILIZAÇÃO DOS MANUAIS EM PAPEL E UTILIZAÇÃO DOS TABLETS E COMPUTADORES COMO RECURSO DE APOIO

INTRODUÇÃO

A 31 de maio de 2024, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, à qual foi atribuído o n.º 4/XIII, intitulada «Pelo regresso à utilização dos Manuais em papel e utilização dos tablets e computadores como recurso de apoio», subscrita por 2277 cidadãos, dos quais 2269 com correta identificação, cujo primeiro signatário é o senhor Augusto Castro.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta.

A Comissão de Assuntos Sociais reuniu no dia 3 de outubro de 2024, presencialmente, para audição do primeiro subscritor, apreciação e relato da Petição n.º 4/XIII - Pelo regresso à utilização dos Manuais em papel e utilização dos tablets e computadores como recurso de apoio.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do anexo da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação.

A apreciação da Petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a matéria da presente Petição incide sobre *educação*, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Assuntos

Sociais, nos termos do artigo 4.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, e com o artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 16 de julho de 2024, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

De referir que apesar da Petição apresentar 2277 subscritores, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação, apenas 2269 possuem correta identificação.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, solicitar: «1. O regresso aos Manuais em papel; 2. O uso dos tablets e computadores como ferramenta de apoio no processo de aprendizagem dos conteúdos programáticos e a realização de exercícios de base multimédia e/ou Digital; 3. A elaboração de um plano de ação para o uso otimizado destes equipamentos nas salas de aulas que envolva os alunos, pais, professores, psicólogos e demais especialistas nestas questões.

Neste contexto, os peticionários referem que «No ano letivo 2022/2023, no âmbito da estratégia de transição Digital, o Governo Regional dos Açores

iniciou o processo de desmaterialização dos Manuais escolares, com a disponibilização de Manuais Digitais para todas as turmas de 5.º e 8.º anos do Ensino Básico, das escolas públicas dos Açores, substituindo os Manuais escolares em livro ou em suporte físico. Esta substituição será paulatinamente alargada até atingir todos os alunos do 5.º ao 12.º ano. Os Açores foram a primeira região do país a implementar a utilização de Manuais Digitais, de forma mandatária em todas as suas escolas.

O ponto de partida desta petição foi um inquérito informal em que participaram alunos, pais e professores de uma turma do 6º ano da Escola Básica e Secundária Roberto Ivens, depois de um ano letivo completo e mais um período letivo de experiência com os Manuais Digitais, e tentar compreender qual o sentimento geral relativamente a esta temática. Desta auscultação resultaram como desvantagens:

1. A maioria dos alunos revelou que preferiam não continuar a utilizar o tablet na sala de aula, alegando as seguintes desvantagens:
 - a. É uma fonte de distração (alguns alunos reportaram que jogaram durante as aulas);
 - b. Surgimento de dores de cabeça e alguns problemas de visão;
 - c. O equipamento é muitas vezes lento, e nem sempre carrega bem, apresenta problemas técnicos ocasionalmente, sendo necessária a intervenção do técnico de informática, perdendo-se tempo na aprendizagem das disciplinas;
2. Tablet ficar sem bateria durante o período letivo;
3. Dificuldade em escrever as respostas às fichas de trabalho online, uma vez que têm de consultar o Manual em simultâneos
4. Manifesto receio de que os alunos desenvolvam uma maior dependência dos meios informáticos, numa altura em que começa a ser descrita como uma possível nova dependência do século, o que exige aos EE/pais uma supervisão mais apertada no uso das tecnologias.

- S. Possibilidade dos alunos acederem a conteúdos impróprios (que foi reportado que terá acontecido);
6. Mais um foco de indisciplina, devido à dificuldade em captar a atenção dos alunos;
7. Possíveis problemas de concentração resultantes da hiperestimulação associadas ao uso destes dispositivos;
8. Crianças com necessidades educativas especiais não saberem manusear este tipo de material;
9. Há famílias que desconhecem como se manipulam estes equipamentos, o que deixa as crianças sem possibilidade de terem apoio em casa;
10. A questão económica associada a eventuais avarias que terão de ser suportadas pelas famílias;

Por outro lado, auferiram-se igualmente alguns pontos positivos, tais como:

1. Mais leve que os livros — tornando assim as mochilas mais leves;
2. Existência de mais recursos didáticos — possibilidade de aceder a vídeos explicativos ou conteúdos multimédia mais apelativos;
3. Os alunos podem tirar fotografias aos trabalhos e enviar para os tablets diretamente;
4. Acesso aos Manuais das várias disciplinas e aos cadernos de atividades a qualquer momento;
5. Acesso a informação para trabalhos de pesquisa;
6. Possibilidade de aumentar as imagens e ter acesso a conteúdos multimédia mais apelativos para o ensino de algumas matérias.

Verificou-se um consenso sobre a preocupação de utilizar os Manuais Digitais, como único acesso ao material pedagógico e didático. Dada esta preocupação a maior parte das crianças desta turma tem os livros em papel em casa, sendo que alguns deles levam-nos para as aulas, e outros apenas usam em casa.

Entre os encarregados de educação há uma forte oposição ao uso dos tablets como principal recurso didático de acesso aos conteúdos, mas concordam com a possibilidade de serem usados como um apoio à aprendizagem em papel.

Sobre a maneira como se procedeu a entrega dos tablets há também algumas questões a referir, para reflexão e para evitar cair nos mesmos erros no futuro: não houve nenhuma sessão de informação aos pais sobre a implementação do uso do equipamento e as consequências que os alunos teriam se não aderissem a este recurso. Também, na assinatura do contrato, não havia informação sobre os preços do equipamento e das avarias, sujeitando-se, os pais, a assinar um documento em que eram responsáveis por um valor que desconheciam, e, se isto é um problema para qualquer agregado familiar, para os mais desfavorecidos pode ser uma verdadeira preocupação.

A Digitalização dos Manuais já foi feita noutros países, nomeadamente a Suécia, que implementou esta medida em 2013, e anunciou em 2023 que iria recuar, após alguns anos sucessivos de resultados menos bons nos testes PISA, sendo que no início do século, junto com os seus vizinhos nórdicos, eram considerados o referencial europeu nestes mesmos testes.

Sendo este um momento de transição na utilização da tecnologia no nosso dia a dia, com a progressiva introdução de tecnologia Digital em quase todos os domínios das vidas dos cidadãos, e no que importa ao tema da presente petição - na educação dos jovens — não defendemos que se elimine uma opção em detrimento de outra, mas sim garantir a convivência de ambas, permitindo uma transição segura para todos os intervenientes (alunos, docentes e famílias) e acautelando que as novas ferramentas tecnológicas são verdadeiramente mais eficientes que os métodos atuais.»

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 16 de julho de 2024, esta deliberou ouvir, presencialmente/com recursos a meios telemáticos, o primeiro subscritor da Petição, o senhor Augusto Castro, bem como o membro do Governo Regional com competência na matéria.

Deliberou, igualmente, solicitar pareceres escritos ao Movimento Menos Ecrãs, Mais Vida, à Associação Desliga, à FAPA — Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação, aos Conselhos Pedagógicos das Escolas da Região Autónoma dos Açores, à Delegação Regional dos Açores da Ordem dos Psicólogos e à Delegação Regional dos Açores da Ordem dos Médicos.

De referir que a Comissão rececionou os pareceres escritos que abaixo se elencam, os quais se encontram anexos ao presente relatório e que dele fazem parte integrante:

- Movimento Menos Ecrãs, Mais Vida
- Associação Desliga
- FAPA - Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação
- Conselhos Pedagógicos das Escolas da Região Autónoma dos Açores
- Delegação Regional dos Açores da Ordem dos Psicólogos

Da Audição do primeiro peticionário, o cidadão Augusto Castro, ocorrida a 3 de outubro de 2024:

O peticionário, Augusto Simas Borges de Castro, referiu que considera esta petição de elevada importância para o futuro da educação na Região, agradecendo a oportunidade de apresentar o ponto de vista de cerca de 3000 pessoas que a subscreveram e salientando que, sendo os jovens nativos Digitais, é essencial promover o bom uso das tecnologias. No entanto, defende um sistema misto, onde os Manuais Digitais sejam recursos de apoio e os Manuais

em papel continuem disponíveis.

O peticionário mencionou o parecer da Ordem dos Psicólogos, que recomenda a abordagem mista, reconhecendo que há benefícios e desafios no uso dos dispositivos Digitais. A evidência científica atual aponta para a necessidade de um modelo equilibrado, especialmente em relação ao desenvolvimento da leitura e compreensão escrita, em que o papel é mais eficiente do que o Digital. A colaboração entre a escola e a família na promoção da literacia Digital e de hábitos saudáveis foi também um ponto destacado.

Augusto Castro criticou a falta de continuidade no controlo parental e de limites de tempo de ecrã entre a casa e a escola. Mencionou que a Secretaria Regional alega que o uso de Manuais Digitais é opcional, mas sublinhou que esta opção é condicionada, pois os custos dos Manuais em papel recaem sobre as famílias, o que acentua a desigualdade entre os alunos.

Reforçou que a medida deve ser acompanhada de um plano de ação e de um grupo de trabalho que avalie o impacto desta mudança, referindo o exemplo da Suécia, onde o recuo no uso exclusivo do Digital foi motivado pela queda nos indicadores de leitura. Por fim, apelou aos Deputados para que providenciem todas as ferramentas possíveis aos alunos e mantenham o papel como um recurso essencial no processo educativo.

Após o final da sua explanação inicial pediram a palavra na primeira ronda de questões o Deputado Flávio Pacheco (PS), a Deputada Délia Melo (PSD), o Deputado António Lima (BE), a Deputada Hélia Cardoso (CH) e a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP).

Neste seguimento, o Deputado Flávio Pacheco (PS) começou por elogiar a intervenção do peticionário, reconhecendo a pertinência do tema. Questionou se a implementação dos Manuais Digitais foi feita da forma mais correta e se o peticionário tinha conhecimento de algum impacto na aprendizagem dos alunos. Em resposta às questões colocados, o peticionário referiu que, no geral, a

implementação foi bem-sucedida, não obstante ter criticado a imposição do tablet sem dar uma opção real às famílias. Prosseguiu ainda alertando para o facto de que não há evidências concretas de melhoria nas aprendizagens e que o uso dos Manuais Digitais ainda não é plenamente eficaz, uma vez que os professores recorrem frequentemente a outros recursos. Usando do direito a réplica, o Deputado Flávio Pacheco perguntou se os professores estavam preparados para utilizar estes Manuais Digitais. Perante esta questão, o peticionário respondeu que, embora não estivessem totalmente preparados no início, os professores conseguiram adaptar-se bem à medida, mas acredita que se sentiriam mais confortáveis com ambos os recursos.

A Deputada Délia Melo (PSD) iniciou a sua intervenção comparando a transição Digital atual a outras transições tecnológicas do passado, dando como exemplo a introdução das calculadoras científicas. Referiu também que o Manual Digital não deve ser visto como o único recurso pedagógico e questionou o peticionário se não considera esta duplicação de recursos como um problema de custos para a Região. Questionou também se uma maior literacia Digital por parte dos pais e professores poderia melhorar o uso das ferramentas Digitais. Na resposta, o peticionário reforçou que não vê a coexistência dos dois recursos como uma duplicação, mas sim como uma forma de garantir a oferta de todos os recursos possíveis aos alunos. Relativamente à literacia Digital, concordou que deveria haver mais apoio às famílias com menos competências Digitais.

Continuando a audição, o Deputado António Lima (BE) agradeceu a intervenção feita pelo peticionário, lembrando que o Bloco de Esquerda apresentou um Projeto de Resolução denominado “Promoção do uso saudável de tecnologias nas escolas” que será debatido em sessão plenária muito em breve, que também defende a coexistência entre Manuais Digitais e Manuais em papel. Seguidamente, perguntou se o peticionário considerava que a

implementação dos Manuais Digitais avançou demasiado rápido, sem a devida avaliação. O peticionário concordou, afirmando que a decisão foi demasiado ambiciosa e sem acompanhamento adequado. Alertou ainda que as consequências só serão visíveis a longo prazo, e destacou a falta de informações sobre o impacto real da medida.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) referiu que subscreveria a petição se esta tivesse sido apresentada na Terceira, e questionou o peticionário sobre a responsabilização pelos equipamentos Digitais. Na sua resposta, o peticionário concordou que a responsabilidade é importante, mas defendeu que deve haver liberdade de escolha por parte das famílias. Sugeriu que, se o equipamento é imposto, deve haver flexibilidade no apoio às famílias para que a responsabilidade financeira não seja um peso injusto.

Por fim, a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) mencionou a importância de manter um equilíbrio entre os dois recursos e perguntou se o peticionário considera que há falta de competências Digitais nos professores. Perante esta questão, o peticionário respondeu que, apesar de algumas dificuldades iniciais, os professores têm demonstrado uma grande capacidade de adaptação. Acrescentou que uma transição mais suave teria facilitado a aprendizagem e a utilização dos recursos Digitais.

Após o final da primeira ronda pediram a palavra para uma segunda ronda de questões o Deputado Flávio Pacheco (PS) e o Deputado Joaquim Machado (PSD).

Nesta nova ronda, o Deputado Flávio Pacheco (PS) elogiou uma vez mais a intervenção do peticionário e aproveitou para reiterar o papel fundamental dos professores no processo educativo, considerando que estes recorrem a uma diversidade de estratégias e metodologias no dia-a-dia escolar. Prosseguiu com o alerta de que muitos dos docentes mais antigos ainda têm o Manual físico como uma referência orientadora das suas práticas, o que, segundo ele, pode

criar dificuldades na adaptação ao uso dos Manuais Digitais. Por essa razão, perguntou ao peticionário se este considera que os professores deveriam ter uma formação mais aprofundada nesta área, não apenas a nível técnico, mas sim no sentido de maximizar o uso pedagógico dos recursos Digitais.

No seguimento das questões colocadas pelo Deputado do PS, o peticionário afirmou que, embora já tenha havido alguma formação inicial, continua a haver espaço para reforçar as competências Digitais dos professores. Defendeu também, que a formação deve estar sempre disponível, pois, enquanto os professores mais jovens já são formados com estas competências, os professores mais experientes não tiveram essa oportunidade no início das suas carreiras. Assim, qualquer formação que ajude a adaptação dos professores seria benéfica para os alunos.

No seguimento da resposta do peticionário, o Deputado Flávio Pacheco (PS) usou do direito a réplica, questionando sobre quais os anos de escolaridade que considera essenciais para a implementação dos Manuais Digitais. Em resposta, o peticionário afirmou que, na sua opinião, o uso do sistema misto deve ocorrer a partir do 5º ano de escolaridade. No entanto, voltou a realçar que o que importa é que o modelo Digital seja complementar ao modelo físico e não exclusivo. Para ele, o alargamento da medida só é justificável se for feito num modelo híbrido e acompanhado de uma avaliação rigorosa.

Em seguida, o Deputado Joaquim Machado (PSD) agradeceu ao peticionário a sua explanação inicial e partilhou a sua experiência como professor e formador na área da tecnologia educativa. Considerou que o uso de Manuais Digitais é fundamental para aproximar a escola formal do contexto Digital que os alunos vivem no dia-a-dia. No entanto, referiu-se à utilização do Manual Digital como um complemento às aulas e não como um recurso central. Questionou, então, o peticionário sobre a sua visão relativamente ao papel das famílias e o apoio que estas devem ter na aquisição de Manuais, considerando que, historicamente, as

famílias açorianas sempre tiveram que suportar os custos dos Manuais em papel, exceto em casos de alunos beneficiários de ação social escolar.

Em resposta, o peticionário começou por referir não estar na posse de informações detalhadas sobre o apoio às famílias antes da implementação dos Manuais Digitais. No entanto, reafirmou que a coexistência dos dois modelos — Digital e papel — é fundamental para promover uma aprendizagem mais completa, sendo que o Manual físico deve ser visto como um recurso essencial para o estudo autónomo, sobretudo em disciplinas mais teóricas, como o Português. Acrescentou ainda que o uso dos Manuais Digitais em casa pode ser menos eficaz em certos casos, dado o esforço exigido na leitura prolongada em ecrã.

No seguimento do seu direito de usar a réplica, o Deputado Joaquim Machado salientou que é natural que qualquer processo de mudança crie resistências e que o período de dois anos de implementação ainda é insuficiente para tirar conclusões definitivas. Referiu que o Digital não substitui o papel, sendo complementar ao mesmo, e que nenhum professor se limita a ensinar apenas o que está nos Manuais. Acrescentou, contudo, que a formulação inicial da petição, ao defender "o regresso aos Manuais em papel", parece contradizer a posição equilibrada que o peticionário apresentou durante a sua intervenção, que defende um modelo híbrido. Na resposta à réplica, o peticionário reconheceu a crítica e explicou que a redação da petição poderia ter sido mais clara, mas reforçou que o objetivo principal é alcançar um equilíbrio entre o Digital e o papel, garantindo que o uso do Digital seja acompanhado e monitorizado.

Prosseguiu aludindo ao caso da Suécia, que optou por abandonar o modelo exclusivamente digital após anos de implementação e avaliação, especialmente devido aos impactos negativos na leitura de crianças até aos 10 anos. Sublinhou que, apesar de ter demorado 10 anos para tomar essa decisão, o que importa é

que houve um acompanhamento contínuo e sistemático, algo que, a seu ver, falta nos Açores.

Entrando na 3ª ronda, solicitaram a palavra a Deputada Délia Melo (PSD) e o Deputado Lúcio Rodrigues (PS).

A Deputada Délia Melo (PSD) interveio para esclarecer que, ao contrário do que havia sido dito anteriormente, existe sim uma monitorização e avaliação sobre o impacto dos Manuais Digitais na educação nos Açores. Informou que a Secretaria Regional de Educação tem vindo a realizar um trabalho de monitorização junto da comunidade educativa e das associações de pais. Disse ainda que existe um link disponível na página oficial da Secretaria Regional da Educação Cultura e Desporto, onde é possível aceder a documentos orientadores e às primeiras avaliações feitas até ao momento. Neste sentido, a Deputada Délia Melo disponibilizou-se para fornecer o *link* em questão aos restantes membros da comissão, bem como ao peticionário.

No seguimento da intervenção da Deputada Délia Melo (PSD), o 1º peticionário reconheceu que desconhecia a existência de tal monitorização e reiterou a importância de que qualquer avaliação feita pela tutela seja realizada de forma isenta e objetiva. Agradeceu à Deputada pela partilha de informação e sublinhou a necessidade de um acompanhamento contínuo e transparente.

Seguiu-se a intervenção do Deputado Lúcio Rodrigues (PS), começando por destacar a importância de iniciativas como esta petição, que refletem o interesse e o envolvimento dos encarregados de educação no processo educativo. Enquanto pai e antigo professor, o Deputado Lúcio Rodrigues (PS) salientou que muitas vezes os encarregados de educação são criticados por não se envolverem o suficiente no percurso escolar dos filhos, mas que, neste caso, a petição mostra claramente a vontade de participação ativa dos pais no debate educativo. Aproveitou para reforçar a necessidade de que o foco de qualquer discussão sobre o ensino deve ser o bem-estar e o sucesso dos alunos, e não

apenas a opinião de professores, políticos ou outros agentes envolvidos. Concluiu valorizando o trabalho do grupo de pais que elaborou e promoveu a petição e garantiu que o Partido Socialista está atento às suas preocupações.

Para finalizar a audição, o 1º peticionário, Augusto Simas Borges de Castro, agradeceu o reconhecimento, salientando que a iniciativa não se limita a ele próprio, mas é sim o resultado do trabalho de um grupo de pais que partilham das mesmas preocupações e vontade de participar no processo educativo. Aproveitou ainda para manifestar a sua disponibilidade para colaborar em futuras discussões sobre o tema, reiterando a importância de se continuar a trabalhar em conjunto com os responsáveis educativos e políticos para garantir o melhor para os nossos alunos.

No que respeita à audição do membro do Governo com competência na matéria, a Comissão deliberou, na sua reunião do dia 3 de outubro de 2024, que a audição já realizada à Senhora Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, no âmbito do Projeto de Resolução n.º 8/XIII — Promoção do uso saudável de tecnologias nas escolas, seria transcrita também para este relatório, uma vez que versa sobre a mesma matéria. Assim, a referida audição consta do presente relatório.

Da Audição da Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, ocorrida a 25 de julho de 2024:

A Secretária Regional na sua intervenção inicial, destacou a importância de distinguir claramente entre a utilização dos Manuais Digitais, tanto em contexto de sala de aula como em casa, e o uso das tecnologias em geral, incluindo os problemas relacionados com o uso indevido dessas mesmas tecnologias. Enfatizou a necessidade de separar essas duas questões, conforme indicado na literatura, e mencionou que o professor Dr. João Filipe Matos também começou por fazer essa distinção.

A Secretária Regional referiu-se a uma série de estudos nacionais e

internacionais, alguns de carácter científico e outros orientados para as políticas gerais e educativas, que devem ser tidos em consideração. Disponibilizou-se para partilhar estas fontes, caso os deputados assim o desejassem, e destacou a importância de um estudo de Petrucco, que aponta para a utilização dos dispositivos móveis com regras, como uma ponte para a aprendizagem contínua entre contextos formais e informais, sendo um fator de motivação para os alunos.

No que respeita à proibição dos telemóveis no espaço escolar, a Secretária Regional afirmou que a literatura e as avaliações internacionais não são consensuais. Referiu que, enquanto alguns estudos apontam para ganhos académicos com a proibição, outros consideram esta medida pouco eficaz. Deu como exemplo o caso francês, onde a proibição dos telemóveis em 2018 resultou num efeito perverso, com os alunos a compensarem o tempo perdido fora da escola. Mencionou também um estudo sueco de 2020, que revelou que 75% das escolas que proibiram os telemóveis não registaram melhorias significativas no desempenho dos estudantes.

A Secretária Regional sublinhou a importância de apostar na formação e na informação de toda a comunidade escolar relativamente ao uso adequado das tecnologias de informação e comunicação. Mencionou um relatório recente do Conselho da Europa, que refere a utilização ética, responsável e eficaz dessas tecnologias.

Durante a sua intervenção, destacou um estudo realizado em 2020, que envolveu 863 alunos do 5.º ao 12.º ano, revelando que mais de 20% dos inquiridos utilizavam o telemóvel entre 2 a 3 horas por dia, e mais de 45% admitiam uma utilização superior a 3 horas diárias. O estudo apontou ainda que 36% dos alunos usavam o telemóvel à noite e quase 60% à tarde. Embora este estudo não possa ser generalizado, dado o número restrito de participantes, forneceu indicadores fortes sobre o uso massivo do telemóvel em horário

extraescolar.

Referiu ainda um estudo da OCDE, no relatório PISA de 2018, que concluiu que o número de horas de utilização da internet fora da escola é três vezes maior do que dentro da escola, sendo que os países nórdicos, como Dinamarca e Suécia, estão no topo da utilização.

A Secretária Regional alertou para os possíveis prejuízos na leitura decorrentes do uso de tecnologias na sala de aula, mas destacou que intervenções em sala de aula com recurso a dispositivos Digitais podem ser eficazes na melhoria do pensamento crítico dos alunos. Citou estudos que demonstram que a gamificação e outras tecnologias ampliam o processo de ensino e aprendizagem, e que os alunos que utilizam equipamentos Digitais para pesquisas têm desempenhos superiores na leitura.

A Secretária Regional abordou também a questão da "tirania das editoras", referindo que a convergência de mercado não se limita às novas tecnologias, mas também aos Manuais em formato papel. Destacou que o processo de implementação dos Manuais Digitais foi progressivo, começando com duas turmas e expandindo-se gradualmente, e que o manual digital nunca foi nem pretende ser o único recurso em sala de aula, devendo ser complementado com outros materiais.

No seguimento da sua intervenção, abriu-se a primeira ronda de questões. O Deputado António Lima (BE) questionou sobre a avaliação das restrições ao uso de telemóveis nas escolas, a existência de uma avaliação externa do projeto dos Manuais Digitais, a composição da equipa técnica de monitorização, o conhecimento de casos de aquisição de Manuais em papel por parte dos alunos, e o planeamento do financiamento do projeto pós-PRR.

Em resposta, a Secretária Regional sublinhou a importância de distinguir entre as diferentes utilizações da tecnologia e referiu que a avaliação das restrições aos telemóveis deve ser feita a longo prazo para garantir consistência científica.

Informou que a implementação dos Manuais Digitais foi acompanhada por vários estudos e que há planos para uma avaliação externa no futuro. Também mencionou a existência de uma equipa técnica dedicada à monitorização dos Manuais Digitais, e que os pedidos de Manuais em papel são atendidos pelas escolas, embora sejam casos pontuais. Quanto ao financiamento pós-PRR, disse que este será um desafio a ser acompanhado, possivelmente através do orçamento regional ou do programa Açores 2030.

A Deputada Inês Sá (PS) levantou questões sobre a formação contínua dos docentes e a sobrecarga dos pontos focais. A Secretária Regional respondeu que várias ações de formação foram realizadas e que os pontos focais, inicialmente sobrecarregados, beneficiaram de uma redução da carga horária.

A Deputada Délia Melo (PSD) questionou se a implementação dos Manuais Digitais foi precipitada e se garantiu maior equidade entre os alunos. A Secretária Regional respondeu que a implementação foi faseada e que os Manuais Digitais garantiram uma maior equidade, proporcionando a todos os alunos acesso a tecnologias que, de outra forma, estariam fora do alcance de muitos.

Por fim, a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) perguntou sobre a coexistência de Manuais Digitais e Manuais em papel, a regulação do uso de ecrãs nas escolas e a adesão dos encarregados de educação às formações.

A Secretária Regional respondeu que a coexistência é possível e que as escolas devem continuar a apostar na literacia digital e no bom uso das tecnologias. Informou também que foram desenvolvidos vários cursos online para encarregados de educação, orientados para a utilização segura e eficaz das tecnologias.

CAPÍTULO V CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos petiçãoários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 4/XIII, a Comissão de Assuntos Sociais, aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;
2. As pretensões dos petiçãoários têm origem na constatação de que uma parte significativa dos alunos, encarregados de educação e docentes, manifestam uma clara preferência pelo regresso aos Manuais escolares em papel. Não obstante, reconhecem que os Manuais Digitais podem ser úteis como complemento aos Manuais em Papel, ao oferecerem acesso a recursos multimédia e ferramentas Digitais que podem e devem enriquecer o processo educativo.
3. Para os petiçãoários a introdução dos Manuais Digitais pode implicar desigualdades sociais por existirem famílias que não têm condições para ajudar os educandos no uso dos tablets ou até mesmo para suportar os custos de eventuais avarias ou danos nos equipamentos.
4. Defendem a necessidade de um plano de ação mais equilibrado, que combine os benefícios da tecnologia com as vantagens dos métodos tradicionais.
5. A tutela defende existir uma clara distinção entre o uso de Manuais Digitais e as “tecnologias” em geral, sendo por isso fundamental diferenciar claramente entre a utilização de Manuais Digitais em contexto escolar e o uso indevido das “tecnologias” em geral.
6. Para o Governo Regional é importante investir na formação e sensibilização de toda a comunidade escolar para o uso ético, responsável e eficaz das tecnologias.

7. Apesar de a Senhora Secretária Regional da Educação Cultura e Desporto ter mencionado os possíveis prejuízos na leitura causados pelo uso das tecnologias, simultaneamente destacou que intervenções pedagógicas com recurso a dispositivos Digitais podem melhorar o pensamento crítico e nalguns casos, o desempenho na leitura, citando a existência de estudos que demonstram esses benefícios.
8. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Horta, 10 de outubro de 2024

A Relatora, Inês Soares de Oliveira e Sá

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Sandra Costa Dias

Presidente: Obrigada, Senhora Deputada.

Está apresentado o relatório da petição.

Vamos abrir inscrições.

(Pausa)

Tem a palavra a Senhora Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Em primeiro lugar, uma palavra de saudação ao peticionário, Senhor Augusto Simas de Castro e aos cerca de 3000 subscritores que assinaram esta petição.

De facto, partilhamos das preocupações constantes desta petição e ainda vamos mais longe, nós nem sequer somos pelo uso das duas ferramentas em sala de aula. Para nós, fiamo-nos pelo regresso da utilização dos manuais em papel.

Consideramos que a dualidade nas salas de aula de manuais digitais e de manuais físicos não fazem sentido. Acreditamos que não é sequer exequível, achamos que pode criar confusão e pode até criar algumas desigualdades.

Com a implementação dos manuais digitais o Estado apenas agora dá os manuais digitais, os manuais físicos estão agora a cargo dos pais que terão que os comprar. Agora, as famílias que não têm hipóteses de comprar os livros, vão ficar só com os manuais digitais.

E o que fazer com as famílias que não têm competências digitais? Vamos dar formação a esses pais? E os trabalhos de casa? Como é que esses pais vão ajudar os próprios filhos na execução dos trabalhos de casa?

O Chega não vê com bons olhos a introdução dos manuais digitais na escola, por isso consideramos que efetivamente é uma situação preocupante, principalmente, porque numa altura em que queremos que os jovens, as crianças se desliguem das tecnologias, estamos a dar mais uma ferramenta para eles ficarem dependentes das tecnologias.

Achamos que não é uma medida razoável e achamos que não é este o caminho.
Muito obrigada.

(Aplausos do Deputado Francisco Lima (CH))

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma saudação pelo ato cívico destes peticionários, na pessoa do Doutor Augusto Castro, que tomou esta iniciativa, na qualidade de primeiro peticionário e dizer que, hoje, 16 de outubro, passado um mês que aqui discutimos nesta Casa o arranque do ano escolar atribulado, ainda há escolas que não têm as licenças de uma determinada editora para a utilização dos manuais digitais.

A utilização desta tecnologia nas escolas é uma preocupação, não só dos pais, mas principalmente das crianças, que têm alguma dificuldade em fazer o seu estudo, quer em casa, quer na própria escola, o acompanhamento das aulas, através dos manuais digitais.

Casos há, em que as famílias adquiriram os manuais físicos para acudir a essas dificuldades das crianças.

Casos os há também, em que as famílias não têm poder económico para acudir a estas crianças e as escolas foram proibidas de dar os manuais físicos gratuitos a estas crianças que assumem essa dificuldade com os manuais digitais.

Ora, numa Região onde se tem debatido, ao longo dos últimos anos, os índices de pobreza, o aumento das desigualdades, em que se usa muitas vezes a educação, como o único elevador social possível e é verdade, não faz sentido a própria Região fomentar, diria mesmo, fomentar estas desigualdades no acesso aos manuais físicos como meio auxiliar do aluno na utilização do manual digital.

Nesse sentido, nós também entendemos que o regresso aos manuais físicos é uma inevitabilidade de futuro. Nós normalmente nessas coisas vamos sempre um pouco mais atrás do resto da Europa mais civilizada, só usamos os exemplos da Europa civilizada quando nos dá jeito, mas o que é facto é que, como aqui já foi dito daquela tribuna, alguns países dessa dita Europa civilizada que eram bárbaros outrora para nós, hoje já reverteram a utilização dos manuais digitais e voltaram à autorização dos manuais físicos.

Todo este debate à volta dos manuais escolares é bastante complexo, há interesses económicos envolvidos, sempre os houve. Há alguma falta de interesse da parte dos sucessivos governos da nação de porem fim aos abusos das editoras. Alega-se alguma propriedade intelectual e, nessa parte até nós concordamos, para que não se vulgarize a utilização deste conhecimento, mas o que é facto é que todo esse processo é um processo que foi, eu diria, feito com excesso de voluntarismo e que acabou redundando num flop completo para a comunidade escolar açoriana.

Nesse sentido, mais uma, vez reiterar o nosso apoio e enaltecer este ato de cidadania destes peticionários.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começo por saudar os muitos peticionários, na pessoa do Senhor Augusto Castro, pelo seu ato de participação cívica, trazendo a esta Casa um problema e uma reivindicação que, efetivamente, diz respeito a milhares de famílias nos Açores e que preocupa milhares de famílias nos Açores.

A introdução dos manuais digitais nos Açores, como projeto piloto, rapidamente se expandiu, generalizou para o ensino básico nos 2.º e 3.º ciclos e, hoje, abrange uma grande parte dos alunos dos Açores.

Deixou, por isso, de ser um projeto piloto, passou a ser uma realidade que é transversal às escolas da Região.

E essa é a primeira crítica que se pode fazer a este projeto piloto que é a falta de reflexão de avaliação sobre ele.

A tecnologia nas escolas tem sido sempre utilizada, ao longo, dos séculos, temos que nos atualizar, perante a evolução tecnológica, como é evidente.

Todavia, as tecnologias nem sempre se substituem umas às outras, elas somam e muitas vezes é dessa soma das tecnologias, do uso das tecnologias, das suas diversas potencialidades é que está efetivamente a virtude e, não é para o caso que, uma tecnologia tão antiga como o papel e a caneta se continue a utilizar hoje nas escolas e em cada uma das secretárias das bancadas de cada um e de cada uma das senhoras e dos senhores deputados. Não é por acaso.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Menos o Senhor Deputado Pedro Neves, ele não usa canetas!

O Orador: Por isso, evidentemente, a preocupação dos peticionários para o regresso dos manuais em papel tem razão de ser, ela é uma preocupação que nós, evidentemente, acompanhamos.

E nas diversas visitas que nós fazemos, contatos com famílias, com pais e encarregados de educação, com as escolas, com os conselhos executivos, com os professores, com os sindicatos, com a comunidade educativa em geral, a implementação dos manuais digitais e a sua generalização e a falta de avaliação e a substituição, que é disso que se trata, total do manual em papel e do recurso em papel, em certa medida, é das preocupações que são mais vezes e mais veementemente levantadas e, julgo eu, que todos aqueles que no âmbito das suas funções fazem esses contatos (e sei que são muitos) saberão que isso é totalmente verdade.

Por isso, aquilo que solicitam os peticionários é uma medida prudente e é uma medida que deve ter resposta e, naturalmente, acompanhando esta petição e aquilo que pedem os peticionários, nós, ainda antes dessa petição ter dado entrada e que será debatido já a seguir, temos um projeto de resolução que não se resume aos manuais digitais, mas que, efetivamente, procura dar resposta e

garantir que há efetivamente o regresso dos manuais em papel, em coexistência com as tecnologias nas escolas.

São fundamentais, de modo algum podemos impedir ou criar barreiras ao progresso tecnológico, ao desenvolvimento tecnológico, à introdução da tecnologia em todas as facetas da nossa sociedade, mas por outro lado, não podemos abandonar aquilo que funciona, com os riscos que corremos de criar uma geração que, não só foi alvo de uma experiência, mas que essa experiência possa causar danos significativos no seu percurso académico e no seu desenvolvimento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Começar, como é natural, por saudar os peticionários nesta ação cívica de aproximação entre os eleitos e os eleitores, mas acima de tudo, de preocupações legítimas trazidas por encarregados de educação com vontade demonstrada em participar e ter uma participação ativa, naquilo que é o debate sobre esta matéria e, portanto, parece-nos que isso também é de saudar.

É uma matéria, sem dúvida, atual, da nossa comunidade escolar, mas também da nossa sociedade, que tem sido acompanhada por todos nós enquanto deputados desta Casa. Já algumas vezes debatida também aqui e sobre esta matéria, que é uma matéria que não é unânime.

A verdade é que, ao pesquisarmos e basta quando o, fizemos agora quer para a petição, quer para o próprio diploma que vem a seguir, quer ao longo da petição, a verdade é que, existem vários pareceres científicos, documentos orientadores, várias posições em que apresentam benefícios e desvantagens sobre a introdução dos manuais digitais. Até o próprio peticionário reconheceu

isso mesmo, no âmbito do trabalho da petição. E quando falamos, por exemplo, na questão das desigualdades entre os alunos, porque existem alunos em que os pais podem recorrer aos manuais digitais e outros que não.

É bom lembrar que quando tínhamos os manuais em papel o que é que acontecia com os nossos alunos? Tínhamos alunos que tinham os seus manuais em papel, uns que os pais compravam, outros em que, devido à sua condição, os manuais eram cedidos pela escola. Depois, também tínhamos a modalidade de empréstimo, que foi algo sempre que o CDS defendeu, mas depois tínhamos alunos e que os pais acabavam por comprar os manuais de apoio, de exercícios e tínhamos alunos em que tinham só os manuais em papel e outros que tinham os manuais, os cadernos de apoio, manuais que tinham fichas e exercícios e a questão de termos as duas ferramentas para o professor trabalhar, ou seja, uma questão, como foi mencionado até também no âmbito de trabalho de Comissão, uma opção por parte das famílias, parece-nos que isso sim, iria gerar desigualdades. E esse sentimento de desigualdade entre os próprios alunos na sala de aula quando um, por exemplo, tinha um manual digital, porque o pai assim o entendeu e o encarregado de educação e o outro tinha o manual em papel, porque o encarregado de educação assim o entendeu.

Mas, também dizer que, daquilo que é, e reconhecendo que isto é uma matéria que não é unânime junto da comunidade escolar, junto das escolas, junto dos encarregados de educação, isso também nos é transmitido no acompanhamento que fazemos a todos eles e temos pessoas e professores, pais que são a favor, pais que são contra, é verdade. Sabemos que em tudo o que é introduzido, há sempre uma resistência à mudança, mas a verdade também é que partimos aqui de um princípio e ao falar com alguns professores, de que é ao uso exclusivo dos manuais digitais. E isso, daquilo que alguns professores me transmitem, assim não era com os manuais em papel, ou seja, os professores tinham os manuais em papel, mas muitas vezes utilizavam outras ferramentas na sala de

aula, o quadro interativo, uma apresentação em PowerPoint, ou seja, outras ferramentas, de forma a melhor chegar, quando assim o entendiam, aos seus alunos. Da mesma maneira que, agora temos professores que utilizam os manuais digitais, mas também utilizam fichas de apoio, fazem outro tipo de trabalhos em formato de papel, no quadro interativo. Ou seja, cada professor vai utilizando, como já utilizava, uma série de ferramentas pedagógicas que tem ao seu dispor para melhor fazer com que os alunos adquiram aquelas competências que têm de adquirir e que estão previstas no currículo daquelas disciplinas.

E tem sido isso também que me tem sido transmitido, por parte dos professores, não invalidando a necessidade de continuar a formação, quer com professores, quer com encarregados de educação, sobre a utilização dos manuais digitais, junto dos encarregados de educação a literacia digital que deve existir e, apesar desta matéria ser controversa a todos nós, quer enquanto deputados nesta Casa, quer enquanto encarregados de educação nesta Casa e tendo como objetivo principal os nossos alunos e fazer com que eles adquiram as suas competências, ao longo do seu percurso escolar, a verdade é que as tecnologias são uma realidade que veio para ficar, assim como é a internet, assim como é a inteligência artificial e acho que deve haver uma preocupação, sim, naquilo que é o uso correto destas ferramentas, para os nossos alunos que serão os futuros adultos da nossa sociedade e deve existir esse caminho, porque ouvimos alguns estudos sobre os manuais digitais também é verdade (já não me recordo qual era qual era o parecer), mas também sobre a questão de que a escola tem o seu papel naquilo que é os alunos fazerem o uso correto das tecnologias, inclusive dos manuais digitais, mas também a família deve ter esse compromisso e essa responsabilidade e um estudo que foi feito, a maior parte do tempo em que os alunos estão no uso das tecnologias, e se calhar indevidamente, é no horário extra escolar e, portanto, conduzir as nossas crianças, os nossos alunos para aquilo que é o uso correto das tecnologias, de forma a que eles percebam o

máximo que podem trazer de benéfico para a sua formação destas tecnologias. Consideramos que é esse o caminho.

Queria terminar como iniciei, saudando os peticionários, reconhecendo que esta é uma matéria que deve ser discutida, que deve ser analisada e que tem merecido o acompanhamento por parte do Governo Regional, naquilo que é a sua avaliação, mas também dizer que nós estamos atentos a estas preocupações, como é natural, consideramos que o foco devem ser sempre os nossos alunos e, como é natural, isto deve convocar toda a comunidade escolar, toda a sociedade para esta matéria, fazendo com que os nossos alunos, os homens do futuro, usem as tecnologias da melhor forma e tirem o máximo potencial desta que é uma realidade que veio para ficar.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Flávio Pacheco , tem a palavra.

(*) **Deputado Flávio Pacheco (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de destacar a legítima preocupação e a cidadania ativa, mostrada pelos mais de 2000 peticionários, a maior parte encarregados de educação que subscreveram esta iniciativa.

É assim que um sistema democrático deve funcionar, com a participação ativa e o envolvimento cívico dos seus cidadãos.

O uso da tecnologia nas salas de aula é inegável e necessário. Vivemos numa era digital, onde as nossas crianças e jovens já crescem rodeadas por dispositivos eletrónicos.

No entanto, é importante que esta transição digital na educação seja feita de forma responsável, cautelosa, planeada e equilibrada de modo a garantir que todos os alunos tenham as melhores ferramentas para aprender, sem prejuízo do seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Para o Partido Socialista a educação é uma prioridade. A sua moção de orientação política global salienta que se devem reforçar os recursos digitais, a conectividade nos contextos educativos e disponibilizar o acesso a formações que contribuíssem de forma especial para o desenvolvimento de competências, de um domínio das tecnologias digitais, com atenção especial ao impacto que têm nos processos de aprendizagem e desenvolvimento.

O teor principal da petição centra-se em não abandonar os avanços tecnológicos, mas garantir que o digital seja uma ferramenta de apoio e não uma imposição.

A petição evidencia as preocupações de muitos alunos, professores, encarregados de educação, em relação ao uso dos manuais digitais, como substituídos dos manuais tradicionais. Procurando assegurar que o uso da tecnologia nas salas de aula seja cuidadosamente monitorizado, que os alunos tenham a possibilidade de optar pelos manuais em papel e que as famílias e professores sejam devidamente preparados para acompanhar esta transição de forma segura e eficiente.

Os peticionários destacam que, embora os manuais digitais ofereçam vantagens como mochilas mais leves, ou acesso a recursos multimédia, também representam desafios consideráveis, desde logo:

- Distração nas aulas. Muitos alunos relataram que os tablets são uma fonte de distração. Foi reportado que, em alguns casos, os alunos jogam durante as aulas, o que prejudica o foco e a atenção necessária para a aprendizagem dos conteúdos programáticos;
- Problemas de saúde. Tem havido relatos que o uso prolongado dos dispositivos digitais tem provocado dores de cabeça e problemas de visão em alguns alunos. A exposição prolongada a ecrãs, sem intervalos adequados, pode resultar em fadiga visual e desconforto físico;

- Dificuldades técnicas. O desempenho técnico dos tablets também é apontado como um problema, com queixas sobre a lentidão dos dispositivos e diversas falhas de rede. Esses problemas causam interrupções nas aulas com necessidade frequente de assistência técnica, o que reduz o tempo disponível para uma aprendizagem efetiva.
- Dependência excessiva da tecnologia. Os encarregados de educação expressam receio de que o uso excessivo das tecnologias se torne uma forma de vício, exigindo uma maior supervisão;
- Dificuldades de manipulação dos equipamentos. Os alunos relataram dificuldades em responder às fichas de trabalho online especialmente quando precisam de consultar simultaneamente o manual digital. A falta de fluidez entre as diferentes tarefas limita a eficiência do estudo;
- Questões de disciplina. O uso dos tablets nas salas de aula tem gerado, em alguns casos, problemas de disciplina, com professores a reportar que é difícil de manter os alunos concentrados e focados nas atividades letivas, principalmente quando há possibilidade destes dispositivos serem usados para fins não educativos;
- Problemas de concentração. A hiper estimulação causada pelo uso prolongado dos dispositivos digitais pode levar a problemas de concentração e conseqüente menor retenção de informação;
- Preocupações pedagógicas. Têm sido reportados alguns problemas na leitura na escrita e na motricidade fina, relatando-se até, retrocessos em algumas destas aprendizagens;
- Desigualdades sociais. Muitas famílias não têm o conhecimento necessário para ajudar os alunos no uso dos dispositivos, o que aumenta as dificuldades no acompanhamento do estudo em casa. Isso cria desigualdade no acesso às ferramentas digitais e limita a eficiência do processo educativo. Para além

disso, nem todas as famílias têm a mesma capacidade financeira para suportar os custos de eventuais avarias ou danos nos equipamentos.

Estes aspetos negativos refletem uma série de desafios na implementação da digitalização do ensino que precisam de ser abordados, para garantir o ambiente de aprendizagem equilibrado e eficiente para todos os alunos.

A digitalização dos manuais escolares já foi implementada em outros países, como já foi dito, como por exemplo, na Suécia, no início de 2013. No entanto, após anos de resultados menos satisfatórios nos testes de PISA a Suécia decidiu recuar e reintroduzir os manuais em papel. Este exemplo, apesar de ter sido em anos escolares distintos, sublinha a importância de uma abordagem equilibrada e bem avaliada na implementação das novas tecnologias na educação e recuar, se necessário, em prol dos alunos.

Decorridos três anos, desde a implementação dos manuais digitais na Região Autónoma dos Açores e após a apresentação de diversas iniciativas que convergem em sentido contrário ao do Governo Regional, há conclusões que são evidentes.

A introdução dos manuais digitais no sistema educativo regional foi feita de forma precipitada, sem um planeamento estratégico adequado, revelando uma abordagem desorganizada e carente de reflexão prévia e constante.

Não foi proporcionada uma formação adequada, contínua aos docentes, alunos encarregados de educação, comprometendo a sua preparação para o uso eficaz desta nova ferramenta.

Persistem graves problemas, como a entrega tardia dos equipamentos. Este ano, por exemplo, há centenas de alunos que estiveram um mês, desde o início das aulas, sem equipamentos e sem acesso aos manuais digitais, o que compromete a aprendizagem. São três anos.

A implementação dos manuais digitais carece de um acompanhamento adequado, desde o seu início, especialmente no que concerne ao impacto nas

aprendizagens. No entanto, não existem estudos, nem análises públicas que avaliam com rigor os seus efeitos.

As informações fornecidas pelo Governo Regional no âmbito da sua avaliação da implementação dos manuais digitais, contemplam análises superficiais e até mesmo redutoras, com dados subjetivos, baseados nas perceções ou reações de alguns intervenientes.

É urgente a realização de um estudo com critérios e dados empiricamente validados, observáveis, concretos, mesuráveis e rigorosos que permitem avaliar de uma forma objetiva o verdadeiro impacto de atualização dos manuais digitais, aliás, como expresso no relatório de monitoramento global de educação 2023 da UNESCO, intitulado de *Tecnologia na educação: uma ferramenta ao serviço de quem?*

Falta igualmente monitorizar eficazmente o uso dos manuais digitais, nomeadamente no que se refere ao tempo da sua utilização e o impacto na saúde física e mental das crianças.

Convém sublinhar ainda o distanciamento e a disparidade existente entre as opiniões dos alunos, professores, encarregados de educação, psicólogos e associações, por um lado e as políticas deste Governo na educação, por outro.

É necessário ouvir e escutar toda a comunidade educativa e não fazer ouvidos de mercador a tudo o que eles alertam. Eles sim, são os principais intervenientes da educação. A gestão na educação nos Açores demonstra uma ausência crónica de planeamento e uma abordagem marcada pelo amadorismo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Magalhães é que era!

O Orador: A implementação dos manuais digitais, longe de ser uma exceção, junto com a precipitação do início deste ano letivo, a falta de estratégia para o transporte escolar, a falta de professores de forma atempada, o documento da estratégia de educação, confirmam essa tendência, evidenciando a falta de uma visão estratégica para o setor da educação.

Ao contrário do que o Governo Regional diz, não está tudo bem na educação. É o futuro das nossas crianças e dos nossos jovens que está em causa, por isso, pede-se, ou melhor, exige-se competência e rigor.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Naturalmente uma saudação aos peticionários, na pessoa do primeiro subscritor, o Senhor Augusto de Castro, pelo exercício de liberdade, num ambiente cada vez mais livre que se vive nos Açores e mais descomprimido. Pelo contributo que dá à discussão sobre os caminhos da educação e pelo envolvimento das famílias, que é uma realidade nem sempre bem seguida e que, portanto, é motivo de saudação.

A transição digital traz consigo desafios, como trouxe desafios qualquer transição tecnológica. Desafios, temores sobre as novas tecnologias e resistência à mudança. Sem esquecermos que a escola é, ao longo da história, ironicamente uma instituição conservadora, quase sempre desfasada com o seu tempo e incapaz de se aliar à designada escola paralela, com as aprendizagens que se fazem fora do ambiente escolar.

Falar do século XXI aos alunos, sem falar de tecnologia é um absurdo, esse verdadeiramente um absurdo. Sobretudo, porque as tecnologias trazem consigo muitas vantagens, como ambientes virtuais de aprendizagem, a gamificação, a aprendizagem móvel, a realidade virtual e a realidade aumentada e, mais recentemente, também a própria inteligência artificial.

E, portanto, tudo isto são domínios que se devem constituir como aliados de educação e não como inimigos de educação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E aqui talvez fizesse até sentido citar um famoso sociólogo americano, John Nesbitt, que diz que: *as tendências são como os cavalos, controlam-se melhor no sentido em que já vão*. Eu nunca andei a cavalo, nunca dominei um cavalo, mas qualquer um de nós, mesmo sem essa experiência, percebe que é mais fácil dominar um cavalo no sentido em que já vai, do que do fazer uma inversão de marcha.

Os peticionários, salvo melhor opinião, incorrem em três imprecisões. Primeiro, pela defesa do regresso ao manual, porque no fundo, nós depois percebemos que não é essa verdadeiramente a opção que é defendida.

Em segundo lugar, de que o manual digital se constitui como único recurso didático e pedagógico dentro da sala de aula e sabemos que assim não é, aliás, nem o manual, em suporte de papel é o único recurso. As aprendizagens continuam a fazer-se, desenvolvendo muitas competências, os alunos continuando a ter os seus cadernos diários, onde fazem registo, a ida ao quadro, que agora quase sempre é um quadro com marcadores e não um quadro de giz, mas os recursos são múltiplos, as fichas deixadas e trazidas e trabalhadas em conjunto e sob orientação do professo. Portanto, tudo isso é uma realidade que não deve ser ignorada neste processo, desfazendo a ideia de que o manual digital, o tablet, é o único recurso pedagógico dentro da sala de aula.

A terceira imprecisão, que também foi reconhecida pelo primeiro subscritor, na Comissão de Assuntos Sociais, mas que (eu ia dizer infelizmente, mas se calhar essa não é a melhor expressão) maldosamente, talvez, num plano político, o Senhor Deputado Flávio Pacheco continua aqui a insistir, é o caso da Suécia. A Suécia, de facto, abandonou o uso manual digital no primeiro ciclo, a partir de uma avaliação feita no PISA nos domínios e nas competências da escrita e da

leitura, mas é preciso dizer e sublinhar, também com alguma honestidade intelectual, de que isso não se põe nos Açores, porque os alunos do primeiro ciclo não têm manual digital, nem se esteve alguma vez no projeto do Governo e, portanto, é um falso argumento esse da Suécia, como aliás reconheceu o Doutor Augusto Castro, na audição que fez, em sede de Comissão de Assuntos Sociais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É um elogio ao Governo!

O Orador: Uma matéria que foi referida aqui por outros intervenientes nesta apreciação da petição é a necessidade de avaliação.

Nós também estamos de acordo e nisso também acompanhamos os peticionários, mas as avaliações de impacto em educação fazem-se através de processos sistémicos de avaliação longitudinal, quer dizer, no médio e longo prazo e não são coisas casuísticas, nem num período tão curto de tempo, de dois anos decorridos sobre a utilização de manuais digitais.

É desejável caminhar-se para a realização desses estudos, identificar as boas práticas e fazer os ajustamentos que se revelarem também necessários, a partir de evidências, de uma abordagem abrangente, utilizando métodos quantitativos e qualitativos científicos e não o inquérito que também deixou convencido o Senhor Deputado Flávio Pacheco, do Partido Socialista, do inquérito informal (disseram os pais), sem qualquer tipo de rigor científico, sem validação e que, portanto, tem uma validade que não pode suportar opiniões, nem decisões acertadas.

No fundo, o que nós defendemos é melhorar, através do uso da tecnologia, melhorar e desenvolver aprendizagens, sem esquecer o desenvolvimento social e emocional dos alunos.

No fundo, o que queremos é uma abordagem equilibrada, com regras claras, supervisão adequada e o foco contínuo em promover uma aprendizagem responsável e eficaz.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições, no âmbito da apreciação desta petição?

(Pausa)

Creio não existirem.

Vamos considerar apreciada esta Petição n.º 4/XIII e vamos avançar para o ponto 8 da nossa agenda - **Projeto de Resolução n.º 8/XIII – “Promoção do uso saudável de tecnologias nas escolas”**.

Alerto que o Bloco de Esquerda deu entrada de uma substituição integral e tem a palavra o Senhor Deputado António Lima para a sua apresentação.

Deputado António Lima (BE): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nas escolas dos Açores, nos últimos anos deu-se início à utilização de computadores e tablets no processo de aprendizagem, levando à introdução da utilização dos manuais digitais, que oferecem funcionalidades ausentes dos manuais em papel.

Não obstante todas as vantagens do uso das tecnologias digitais no processo educativo, importa perceber que o uso de manuais digitais também tem desvantagens.

Reconhecemos a importância que a tecnologia digital teve na educação no período da pandemia Covid-19, mas o seu papel no futuro não é ainda totalmente certo e é objeto de estudo e intenso debate.

O estudo “Avaliação das mudanças no tempo de ecrã de crianças e adolescentes durante a pandemia de COVID-19”, que envolveu 29.017 jovens, publicado na revista JAMA Pediatrics, concluiu que a exposição a ecrãs aumentou em média 52%, o que corresponde a mais 84 minutos por dia, recomendando esse mesmo estudo a promoção de hábitos saudáveis na utilização de dispositivos.

Nos Açores, o ano letivo de 2021/2022, ficou marcado pelo início da implementação do projeto dos manuais digitais, através de um projeto piloto.

No ano letivo 2022/2023, deu-se a implementação deste projeto em todas as turmas do 5.º e 8.º anos de escolaridade, no seguinte estendeu-se às turmas do 6.º e 9.º anos, e no presente ano letivo aos 7.º e 10.º anos de escolaridade

Apesar de não se ter realizado, até à data, nenhum estudo com carácter científico, na Região, sobre o impacto da utilização exclusiva de manuais digitais, o Governo Regional manteve o calendário previsto para a sua implementação e alargamento.

Isso acontece, sem uma avaliação de fundo da medida e apesar de todas as reservas existente, por parte de professores e encarregados de educação.

Importa então salientar diversas desvantagens apontadas recorrentemente ao uso exclusivo de tecnologias digitais na sala de aula e dos manuais digitais, em particular:

- A dependência de dispositivos eletrónicos que leva a constrangimentos em situações em que estão sem bateria ou com difícil acesso à internet, o que sucede nas nossas escolas.
- A dificuldade de navegação, tornando muitas vezes difícil e demorada a procura de informação específica.
- O cansaço visual, uma vez que a leitura prolongada em ecrãs de dispositivos eletrónicos, com luz projetada na vista das crianças pode causar desconforto ocular, fadiga e até dor de cabeça.
- A dificuldade em efetuar anotações físicas ou marcações.

- A perda de foco, havendo maior risco de distração, uma vez que os dispositivos eletrónicos podem estar também conectados a outras aplicações e sujeitos a constantes interrupções e notificações.

Estas desvantagens mostram que, apesar dos benefícios que a utilização dos manuais digitais possa ter, estes dificilmente substituem totalmente os manuais impressos.

É preciso também olhar para exemplos de diversos países da Europa, que após defenderem uma maior presença dos manuais digitais em sala de aula, decidiram retroceder neste processo de digitalização.

Em setembro de 2023, segundo noticiado pela imprensa nacional, em Portugal Continental, tanto professores como alunos solicitaram o recuo na utilização dos manuais digitais, defendendo através de petições, por exemplo, que estes devem ser utilizados apenas como complemento à aprendizagem.

Por essa mesma altura, o Governo da República Portuguesa admitiu parar a utilização dos manuais escolares digitais nas escolas até ter evidências de que o projeto é benéfico para os estudantes.

Os resultados de um inquérito sobre a digitalização do ensino, apresentado o ano passado por Catarina Prado e Castro, que incluiu Ponta Delgada, mostram que mais de 80% dos encarregados de educação querem o regresso de manuais em papel, e apontam como um dos problemas o tempo excessivo passado em frente ao computador.

Em maio deste ano, deu entrada no Parlamento dos Açores, já apreciada, a petição “Pelo regresso à utilização dos manuais em papel e utilização dos tablets e computadores como recurso de apoio”, que conta com mais de 3 mil assinaturas.

Nas audições realizadas em comissão no âmbito da discussão desta iniciativa e também da petição, foram muitas as opiniões e pareceres de concordância com as recomendações deste projeto de recomendação:

- A Associação Desliga, defende a limitação imediata do uso de telemóveis em todas as escolas e níveis de ensino, bem como um sistema híbrido de manuais, combinando digital e papel.

- O Presidente do Sindicato de Professores da Região Açores apoiou as propostas de criar orientações sobre o uso saudável de tecnologias nas escolas, e defendeu que os manuais digitais devem coexistir com os manuais em papel e não ser o único recurso pedagógico disponível.

- A Delegação Regional da Ordem dos Psicólogos salientou que atualmente, países que iniciaram a digitalização mais cedo, estão a optar por abandonar os manuais digitais ou a usar um modelo misto, e referiu que a introdução dos manuais digitais nunca deveria ser feita nos ensinos abaixo do 3º ciclo. E acrescentou que na opinião da Ordem dos Psicólogos, deveria ser proibido o uso de tecnologias nos intervalos em todas as escolas.

Esta proposta aborda ainda a questão da utilização dos telemóveis nos espaços escolares. São várias as escolas da região a avançar com regras para a sua utilização. São exemplos a escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, a Escola Básica Integrada Roberto Ivens e Escola Básica Integrada da Horta.

Nas que há mais tempo avançaram para este processo, apontam resultados positivos, como já tivemos oportunidade de testemunhar *in loco* na escola Básica e Secundária das Lajes do Pico.

Os recreios voltaram a ganhar vida, o tempo de ecrã diminuiu e os riscos que representam as redes sociais para crianças menores são atenuados.

Assim, o Bloco de Esquerda propõe ao Parlamento que recomende ao governo:

- Que se elabore um documento com orientações sobre o uso saudável de tecnologias nas escolas, diferenciado por faixas etárias, recorrendo a especialistas, nomeadamente da área da psicologia e das ciências da educação, que sirva de orientação para a promoção de ações junto da comunidade educativa, sobre regras saudáveis de utilização de aparelhos tecnológicos.

- Que se produzam orientações para a promoção de recreios sem ecrãs, pelo menos, no 1.º e nos 2.º ciclos do ensino básico.
- Que se considere os conhecimentos mais avançados sobre a exposição de crianças e jovens aos ecrãs, na definição da política de materiais pedagógicos a utilizar nas escolas, nos momentos letivos e não letivos.
- E que, finalmente, se iniciem de imediato os procedimentos para garantir a todos os alunos das turmas abrangidas pelo projeto de Manuais Digitais, a utilização e coexistência permanente dos manuais digitais e em papel, assegurando o acesso gratuito em ambos os formatos.

Disse.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado. Está apresentado o diploma.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhora Deputada Olivéria Santos, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Continuamos muito preocupados com a introdução dos manuais digitais nas nossas escolas, pois entendamos que esta medida em nada beneficia pais, alunos, encarregados de educação e toda a comunidade educativa escolar.

Para o Chega, o modelo assente-se na existência, apenas, dos manuais físicos é o ideal. Atenção, isto não quer dizer que nas salas de aula só vai haver manuais físicos. Todos nós aqui estudámos, eu também já estudei e também já tenho a minha idade e usam-se várias ferramentas numa sala de aula, como o senhor Deputado Joaquim Machado já dizia há bocadinho, os professores usam data show, PowerPoint, recurso a várias ferramentas e bem. O que nós estamos aqui

a dizer é que essas ferramentas agora sejam só tecnológicas para os alunos, para os nossos jovens e para as nossas crianças.

São muitas as opiniões, umas são a favor, mas a maioria é contra. São especialistas em saúde, são especialistas em educação, são psicólogos, oftalmologistas, terapeutas de educação, professores, os próprios alunos, os pais, encarregados de educação, o Chega, todos eles estão insatisfeitos com a introdução dos manuais digitais.

Não conseguimos compreender sinceramente como é que se dão mais ferramentas aos nossos jovens que podem levar a uma cada vez maior dependência das tecnologias. Isto numa altura em que o que nós queremos é precisamente o contrário, é afastar os jovens desse uso em excesso e abusivo das tecnologias.

Para o Chega, esta medida vem promover, ainda mais, esta dependência tecnológica.

Temos de proteger os nossos alunos, temos de proteger os nossos jovens das distrações associadas aos dispositivos eletrónicos, inclusive os telemóveis que, a nosso ver, até deveriam ser proibidos nos recintos escolares.

Congratula-nos que algumas escolas até já tomaram a medida de ser proibido levar os telemóveis para as escolas.

Na Suécia e na Noruega, já aqui foi dito, eu repito, os professores estão a regressar aos manuais em papel, recuando no digital. Eles defendem que os manuais físicos são importantes para a aprendizagem dos alunos e até reconhecem efetivamente que os resultados desta medida não surtiram os efeitos desejados, tendo mesmo alcançado resultados menos positivos nos testes PISA.

Não deveríamos olhar para esses exemplos que vêm de fora? Recuar não quer dizer que falhamos, até pode ser admitir humildade e admitir: “ok vamos

recuar, porque afinal esta medida não foi bem pensada”. Porque é que insistimos numa medida em que muitos países já estão a abandonar?

O papel, o livro deve ser o recurso essencial e privilegiado no processo educativo. Não me parece e não me parece ao Chega que a adoção destes dois recursos, que é o que esta proposta que nos traz hoje o Bloco de Esquerda, que esses dois recursos na sala de aula seja exequível. A nosso ver não faz sentido, vai gerar muita confusão, uma vez mais, ninguém impede os professores de usarem todas as ferramentas ao seu dispor, mas colocar os alunos a serem em simultâneo livros e tablets para nós, não faz sentido. Até porque consideramos que isto até pode criar alguma desigualdade entre alunos, uns têm livros, outros não têm, outros têm livros e tablets, uns só têm tablets. Em que é que ficamos? Ficamos bem, porque o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda quer, o que quer sempre o Bloco de Esquerda, dar tudo a todos.

É que, para além dos estados serem de graça, agora vamos dar aos alunos tablets, livros de graça, as duas coisas. Portanto, vamos ter duas ferramentas na escola e tudo de graça. Paga Estado. Não tem fundo esse saco.

E o que é que se faz às famílias que não têm competências digitais? O que é que se faz dessas famílias? Vai-se a casa dar formação? O Estado vai a casa dar ações de formação aos pais que não têm competências digitais?

Por cá, já sabemos, muitos alunos já disseram, foram os próprios alunos, vamos ouvir os alunos, são eles que estão lá sentados. Os alunos disseram que preferiam não ser o tablet. Eles alegam muitas desvantagens e se formos a colocar na balança vantagens e desvantagens, vamos ver que o prato da balança vai pender para as desvantagens, são muito mais as desvantagens de utilização dos tablets do que as vantagens. E, sinceramente, as vantagens que são aposentadas são *poucachinhas*.

Por muito que estes dispositivos, e é verdade, eles já estão enraizados na nossa sociedade. Qualquer aluno, qualquer jovem, todos nós temos tablets em casa,

temos computadores, temos telemóveis. Já estão enraizados no nosso cotidiano. Mas, por favor, não os vamos agora também enfiar dentro da sala de aulas. Disse.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há inscrições ?

(Pausa)

Senhora Secretária Regional de Educação Cultura e Desporto.

(*) Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro):

Muito obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A principal missão da escola tem que ser sempre educar e preparar os nossos jovens para a sociedade atual num mundo global, para que eles possam ser o que quiserem, sonharem e ambicionarem e prepará-los, obviamente, para o futuro.

Qualquer um de podia, neste debate em concreto, se assim tivesse entendido, ter pedido ao motor de inteligência artificial para preparar, por exemplo, as nossas intervenções. É esta a realidade dos nossos dias e é perante esta realidade que nós temos que formar os nossos jovens, os professores e a nossa sociedade. Saber lidar com estas tecnologias, sabermos preparar-nos para poder verificar a veracidade e podermos identificar situações de notícias e de informação falsa ou mal construída e, portanto, isso implica uma preparação e uma adequação da escola que já vem tarde.

Dito isto, é nesse âmbito que devemos enquadrar um combate a uma desigualdade, também no acesso a essa informação, que também tem também tem uma via diz respeito à formação digital, quer dos alunos, quer das suas famílias.

Mas, se falamos em desigualdades, também não posso deixar de dar aqui esta nota, que foi com este Governo que, no primeiro ciclo do ensino básico, nós estendemos a gratuidade dos manuais escolares a todos os anos de escolaridades, logo no primeiro ano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

E com este projeto nós estamos a dar acesso, por igual, a todos os alunos, independentemente, da sua condição social e económica, em instrumentos portentosíssimos de acesso e de construção à informação.

Ora, isso implica um trabalho de formação ou para formação. E claro que há sempre muitos que podem ser mais ideais do que aqueles que nós construímos. Mas, dar nota a esta Câmara e a quem nos segue que nós lançámos seis cursos dirigidos a encarregados de educação, uma formação para esclarecimento aos encarregados de educação e 19 ações de formação aos professores das nossas escolas, quer para os pontos focais, quer para os professores das disciplinas. Poderia ter havido mais? Com certeza e certamente isso faremos e haverá mais ações de formação em tecnologias e também nos manuais digitais.

Quanto ao método de implementação. Começámos com duas turmas de piloto e fomos, paulatinamente, estendendo o acesso e a entrega de manuais digitais aos alunos, apenas no segundo, terceiro ciclo e ensino secundário, porque sempre partimos do princípio que os alunos do primeiro ciclo têm que ter o desenvolvimento de outras competências, que não são compatíveis com o

manuseamento em larga escala deste tipo de equipamentos. Devem ser introduzidos, mas de uma forma mesmo muito sistemática.

Fizemos essa implementação quando vivemos até um reforço nos quadros dos técnicos de informática nas nossas escolas. E quando temos professores com um ponto que são pontos focais, com redução da sua componente letiva e não letiva, para poderem fazer esse acompanhamento. E, portanto, eu não aceito, Senhoras e Senhores Deputados, as críticas relativamente a não haver preparação e não haver tempo e não haver formação. Ela existe e com estes dados que aqui estou a apresentar e que posso comprovar.

Uma outra questão que nós temos que ter em atenção é não confundirmos a utilização de manuais digitais, com a utilização de tecnologias, e mais, e com a utilização indevida e excessiva das tecnologias. São problemas diferenciados, são questões diferenciadas que às vezes nos trazem problemas diferenciados que nós temos que saber identificar, para depois podermos, efetivamente, corrigir e, quer os peticionários, quer os pareceres que recebemos, quer os vários estudos internacionais que nós temos e, até mesmo, de um pequeno estudo sem relevância estatística, mas com a expressividade de mais de 800 alunos a responder na região, nos deram nota que os nossos alunos usam muito telemóveis fora da sala de aula, inclusivamente, ao final da tarde e à noite. Esse é um problema que nós temos de abordar, mas não podemos confundir este problema com a simples utilização de um manual digital nas nossas salas de aula, num momento em que ele está a ser acompanhado e monitorizado por um professor.

E mais, com a questão de que, ele é acompanhado pelo professor e, para além, disso é um equipamento que vem, à partida, com o bloqueio, relativamente a certas plataformas e, portanto, as questões da distração ...

Deputado António Lima (BE): Não funciona!

Deputado José Pacheco (CH): O meu filho ensina como é que se desbloqueia!

A Oradora: não confundamos com os equipamentos que estão bloqueados, podem ser desbloqueados, mas é uma decisão da própria escola e podem ser desbloqueados sempre qualquer equipamento numa era das tecnologias, mas isso depende.

Deputado José Pacheco (CH): Está no TickTock!

A Oradora: Está bloqueado na raiz, Senhor Deputado Pacheco, está bloqueado na raiz o acesso ao Tik Tok está bloqueado na raiz nos manuais hã digitais.

Quanto à capacidade das escolas, de acesso à rede. De facto, foi um problema muito grave com o qual nós nos deparamos no início da governação. Tínhamos menos de 4000 mil equipamentos, de computadores, em estado mediano nas nossas escolas. Já fizemos um investimento fortíssimo a esse nível, mas mesmo a nível de rede, a largura de banda, hoje, é 10 vezes superior à que existia, quando nós iniciamos funções e, portanto, num investimento fortíssimo para podermos dotar as escolas da capacitação Wi-Fi e também todas as salas de aula.

Gostaria também de dar nota de que o manual digital não é o único recurso da sala de aula, nem é, como dizia o Senhor Deputado António Lima, um uso exclusivo de manuais digitais. Isso não existe em circunstância alguma.

Deputado António Lima (BE): Existe, eu vou lhe ler!

A Oradora: O professor pode e deve adaptar os instrumentos que utiliza na sala de aula. Os alunos continuam a escrever, continuam a usar o caderno diário, continuam a fazer trabalhos manuais, continuam a usar uma panóplia de instrumentos e, até mesmo, na escrita na sua própria sala de aula.

E quanto à replicação de manuais, no nosso entendimento, não faz qualquer sentido termos um investimento numa replicação e, sim, faz sentido termos um investimento numa diversificação.

E, portanto, termos o mesmo instrumento em formato digital e em formato livro, no nosso entendimento, não faz sentido nenhum. Temos, sim, de investir

em livros nas nossas escolas e assim faremos, fazemos e assim continuaremos a fazer.

Para terminar, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria aqui de dar nota quanto à avaliação que, não somente, conduzimos alguns estudos internos de acompanhamento de implementação destes manuais digitais, sempre com auscultação prévia do conselho coordenador do sistema educativo regional, que nos aconselhava e dava parecer e apresentava propostas de aditamento a questões que deviam ser por nós suscitadas nos vários inquéritos que conduzimos e, portanto, nunca o fizemos isoladamente, fizemos sempre em conjunto com o conselho coordenador do sistema educativo regional, mas, para além disso, tal como já me comprometi na audição, relativamente a este processo, estamos já a tratar de um caderno de encargos para podermos ter uma avaliação externa no processo de implementação de manuais digitais já implementado no próximo ano civil.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem agora a palavra a Senhora Deputada Inês Sá.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A pandemia e a forma como esta nos forçou a utilizar a tecnologia devem ser vistas como uma oportunidade para repensar o nosso sistema educativo.

No entanto, considerar que o progresso digital está a correr bem é o mesmo que ignorar os problemas. A tecnologia em si, não é negativa. Se for utilizada de forma adequada, pode ajudar-nos a alcançar os nossos objetivos. No entanto, se

não houver um planeamento adequado corremos o risco de deixar que ela nos controle, em vez de a utilizarmos para melhorarmos as nossas vidas. Naturalmente, que o ensino não é, nem nunca será exclusivamente digital. Quem acredita nesta utopia ignora de forma grosseira a importância da relação professor/aluno no processo de aprendizagem.

No entanto, é possível reconhecer que, quando usado como complemento ao ensino presencial, o digital pode, de facto, ser benéfico.

Mas, para que seja possível reunir esforços e consensos, relativamente a esta matéria, à semelhança de tantas outras que impliquem uma mudança de paradigma é fundamental preparar o terreno. Inventariar as condições físicas e humanas de que dispomos, perceber a empatia de todos os envolvidos, relativamente a esta mudança, demonstrar com base em evidências o benefício que no futuro iremos retirar do esforço coletivo, de que precisamos, antecipando dificuldades e indagando soluções.

É verdade que a educação precisa de uma liderança corajosa e de uma visão inovadora, mas não precisa de perder tempo a tentar inventar a roda, quando há muito ela já foi inventada.

A normalidade com que o processo de implementação dos manuais digitais tem decorrido, por exemplo na Região Autónoma da Madeira, não nos parece ter outro segredo, que não o de ser iniciado, muito antes da sua implementação, um trabalho preparatório e de auscultação que envolveu todos os protagonistas da comunidade escolar, através de inúmeras ações de sensibilização e de uma proximidade única.

Em território continental, ao visitarmos o site do Ministério da Educação Nacional, mais concretamente a Direção Geral da Educação, onde está o projeto da Escola Digital, da Literacia Digital estabelecidas no âmbito do plano de ação para a transição digital conseguimos de imediato perceber os objetivos deste plano. Através de uma descrição bem fundamentada, quais os benefícios e os

impactos que se esperam deste plano, quais as medidas concretas que se propõe desenvolver, e não menos importante, quais as métricas de que se irão socorrer, para efeitos de monitorização verdadeira de todo o processo, identificando as evidências do desenvolvimento da ação.

E tudo isto, minhas senhoras e meus senhores, não têm qualquer comparação com aquilo que se passa a nível regional.

No âmbito deste projeto de resolução trazido a esta Casa pelo Bloco de Esquerda, em sede de Comissão, a Senhora Secretária Regional da Educação Cultura e Desporto, mais do que uma vez, alertou para a importância de distinguir claramente entre a utilização dos manuais digitais, tanto em contexto de sala de aula, como em casa e o uso das tecnologias em geral.

É facto que a transição digital nas escolas tem sido implementada de diversas formas, em diferentes países e regiões, com um objetivo comum de modernizar e enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, que incluem o uso de digitais e tablets, as denominadas salas de futuro, já em desenvolvimento na Madeira, com resultados promissores na Finlândia, que incluem os quadros interativos, os projetores digitais, o mobiliário flexível, as plataformas de gestão de aprendizagem, a escola virtual, os laboratórios de programação e robótica em desenvolvimento no território continental e também na região, a integração da realidade virtual e a realidade aumentada, o ensino à distância, as plataformas de videoconferência e tantas outras formas de tecnologia.

Mas, a matéria sobre a qual decorre este projeto de resolução cinge-se ao uso das tecnologia nas escolas e ao uso dos manuais digitais. Pelo que é nisso que nos devemos focar. E, sobre este particular, importa desde já dar nota da posição que tomaram as escolas da região que, não obstante ao termos recebido o parecer escrito de um terço destas, foram unânimes num parecer favorável a este projeto de resolução. E este facto, por si só, devia-nos obrigar a todos a

pensar sobre quais as fragilidades com que se deparam aqueles que estão no terreno, a tentar operacionalizar as políticas educativas emanadas pela tutela.

Mas, recentremos o assunto, afinal qual o motivo que leva a que inúmeros alunos, pais, docentes, administrações escolares e comunidade educativas em geral continuem a demonstrar uma enorme resistência à implementação dos manuais digitais?

Difícilmente existirá nesta sala alguém que não saiba a resposta, mas se ainda houver, basta atentarmos àquilo que foi o arranque desastroso deste ano letivo.

Decidiu alguém que o ano letivo começaria este ano mais cedo do que o habitual. Estipulou-se o arranque para o dia 9 de setembro. Pessoalmente, desconheço a que tal se deve esta antecipação, mas quero crer que tudo estava pronto nas nossas escolas para receber os nossos alunos nesta data.

Mas, o dia chegou e o caos instalou-se. Falta de docentes, falta de assistentes operacionais, falta de bolseiros e, perdoem-me mas continuo a ser relutante à denominação de coadjuvante, falta de transportes e no que a este projeto de resolução diz respeito, a falta dos famosos manuais digitais.

Perante este cenário, com base na tal humildade política, a que já nos habituou este Governo, foram surgindo declarações que justificavam a não existência dos manuais digitais - pasmem-se - com o facto do orçamento ter sido tardiamente aprovado. Por culpa de quem? Do PS, está claro.

Mas, os dias foram passando e a desculpa deixou de convencer até ao cidadão mais distraído e eis que o Presidente do Governo Regional dos Açores, a 10 de setembro do corrente, numa declaração pública, dá nota de que afinal o atraso se deveu a uma falha de abastecimento e fornecimento. E a que se deu então essa falha? Uma das respostas estará por certo, no facto de, se iniciar um ano letivo a 9 de setembro e de ser assinado o primeiro contrato para fornecimento de manuais escolares com a editora a 3 de setembro.

Exatamente pelo facto de sermos uma região geograficamente distante dos centros de distribuição, naturalmente implicaria uma organização atempada, ao nível dos procedimentos da contratação pública, o que lamentavelmente falhou. Mais uma vez, ao invés de se assumir o atraso, a Senhora Secretária Regional da Educação Cultura e Desporto optou por publicamente relembrar os mais distraídos que os manuais digitais são um portentoso instrumento, mas são mais um instrumento. Que os professores e os alunos utilizam para termos maior sucesso educativo, mas existe uma maioria de outros instrumentos que os professores colocam à sua disposição.

E, nessa matéria, Senhora Secretária estou totalmente de acordo e este grupo parlamentar também, mas impõe-se então que se questione, como é que pode um aluno, que apenas teve acesso ao tablet ou ao portátil na semana passada, fazer um teste nesta semana, com o recurso ao digital?

Impõe-se também perguntar, com que legitimidade é que nós podemos exigir isso, a ele, ao aluno e ao docente? Não podemos exigir isso, nem a ele, nem ao nem ao docente.

Muitos pais optaram por comprá-los manuais em papel para assegurar condições de estudo aos seus educandos. Mas, pergunto-lhe também como fazem aqueles que não têm a capacidade financeira de assumir esta despesa?

E quanto aos docentes, tem por acaso a Senhora Secretária conhecimento de que, tomando por exemplo, uma turma do 9.º ano, mais do que 50 % dos docentes proíbem os alunos de abrirem os computadores portáteis nas suas aulas, alegando que estes são apenas um motivo de distração. E quanto a isto, se houve muita formação, ela continua a escassear, porque mais de 50 % ...

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (*Sofia Ribeiro*): 50% da Região?

A Oradora: ... dos professores dos alunos numa turma proíbem que os alunos abram o computador portátil.

(Aparte impercetível)

A Oradora: Estou-lhe a falar de uma turma, eu falo da realidade que eu conheço.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não fala do que é, fala do que sabe!

A Oradora: Se eu sei disto, estou em crer que a Senhora Secretária saberá certamente muito mais do que eu, quero eu crer. E é exatamente por isso que questiono, o que está a tutela a fazer para ultrapassarmos estas barreiras?

Que formação tem a tutela disponibilizado aos docentes da região?

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Já respondi!

A Oradora: E, mais uma vez, é preciso desmentir, ou acusar os sindicatos destes professores de estarem a mentir, porque em sede de Comissão, ambos os sindicatos falaram e refalaram e está escrito em relatório na falta de formação aos nossos docentes. Por isso, se foram 19 como diz a Senhora Secretária tem que quadruplicar, quintuplicar, tem que fazer alguma coisa porque continuam, todos eles, a precisar e a reclamar formação.

Muito recentemente, assisti a uma aluna que após chegar a casa, abriu o seu portátil com a finalidade de estudar determinada matéria. Ligou o computador com total na normalidade, ligada à rede Wi-Fi da sua casa, pura e simplesmente, não só não abriu o livro online, como também não permitiu descarregar o PDF. Mas, esta aluna é uma felizarda. Esta aluna tinha na sua companhia um encarregado de educação que rapidamente tratou de resolver o seu problema. Através de uma pesquisa, num qualquer motor de busca, que permitiu que esta aluna estudasse aquilo que havia programado nesse dia. Façamos então o exercício, atendendo ao facto de que somos uma região, onde mais de 36 % possui apenas o ensino básico ou inferior, com uma aluna que faz parte de um agregado familiar, onde a escola é assunto de menor importância e cujas expectativas familiares no sucesso desta aluna são diminutas ou

inexistentes. Alguém acredita que esta aluna iria procurar uma alternativa perante a inoperacionalidade do seu portátil? É este o direito à igualdade, à oportunidade de acesso, a êxito escolar, a que se refere a nossa constituição? Não estaremos nós, com a implementação dos manuais digitais, nestes moldes, a promover a desigualdade?

Em jeito de conclusão e na esperança de ver respondidas estas questões, o grupo parlamentar do Partido Socialista continua a acreditar que é possível fazer uma transição digital nas nossas escolas com a seriedade e rigor que se impõe. Monitorizando este processo de forma isenta e imparcial, sem colocar em causa os princípios de uma escola universal, promotora da igualdade e inclusiva.

Lamentavelmente, até à presente data, não é isso que se tem verificado.

Para acabar, gostaria também de dar nota que, relativamente aos computadores estarem bloqueados, eventualmente seria uma nota boa também para dar a esses docentes que dizem que não abrem os portáteis porque os alunos se distraem com os jogos. Se eles estão bloqueados, falha aqui certamente alguma informação.

Quanto ao Caderno de Encargos que diz que já está a ser tratado. Já deve ser uma força de expressão, porque nós já temos três anos de manuais digitais e não temos um único estudo, uma única avaliação do impacto destas aprendizagens e desculpem-me, mas aquilo que consta da página da Direção Regional da Educação, da nossa Direção Regional da Educação, que apelidam de estudo ou avaliação, não me diga que é, porque se é, é uma vergonha.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas e 30 minutos.

Eram 18 horas e 09 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 32 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Antes do intervalo, estava inscrito o Senhor Deputado Joaquim Machado, a quem dou a palavra, faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Senhor Presidente. Senhoras Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Naturalmente, que o parlamentar do PSD não podia deixar de participar no debate desta matéria e, mais ainda, depois da intervenção da bancada do Partido Socialista.

E, relativamente à intervenção da bancada do Partido Socialista, tenho que naturalmente fazer um reconhecimento um elogio, pela circunstância aqui deixada pela Senhora Deputada Inês Sá, de que só fala do que sabe e, neste caso, sabendo de uma turma, ...

Deputada Inês Sá (PS) - Vocês não fazem estudos, como querem que saibamos mais.

O Orador: ... portanto, profundamente sabe muito de pouco, o que é uma característica de alguns especialistas que é gente que sabe muito de pouco.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eu lembro-me bem do que é que o senhor dizia!

O Orador: Portanto, deverá ser tomada como especialista e especialista. Aliás, há uma coisa também importante que a Senhora Deputada Inês Sá aqui deixou como informação, o elogio feito ao estudo realizado na Região Autónoma da Madeira pelo Governo Regional, quanto à introdução do digital na educação, esquecendo todavia, ou, talvez desconhecendo que esse estudo na Madeira foi iniciado no terceiro ano de implementação da digitalização, exatamente, no mesmo ano em que nós agora estamos, mas também esquecendo (um outro dado que me parece importante) e que é o protocolo existente entre o Governo Regional dos Açores e o Governo Regional da Madeira para um acompanhamento e uma parceria neste domínio, numa partilha de experiências de conhecimento e de vivências que, naturalmente, pode e seguramente será profícua, ainda que, na condição insular das duas regiões haja características específicas que nos distinguem da Madeira.

Eu vou fugir à tentação, que é grande, mas vou fugir e vou conseguir resistir, de comentar aquilo que foram juízos de valor, as avaliações da bancada do Partido Socialista ao lançamento do início do ano letivo.

Não posso já, e aí cedo à tentação, não posso deixar de também fazer menção a uma outra coisa. Esta deriva do Partido Socialista de acompanhar qualquer burburinho, ...

Deputado António Lima (BE) - Burburinho, 3000 pessoas é burburinho?

O Orador: ... de qualquer insatisfação, ou qualquer questionamento das políticas públicas, como aliás, faz muito bem o Bloco de Esquerda, é algo que eu acho que não fica bem a um partido que tem as responsabilidades que o Partido Socialista continua a ter, agora na oposição, pela vocação, pela responsabilidade de ser um partido de alternativa e que não se pode ficar pelo protesto.

Se me é permitido, não direi o conselho, mas evocar e invocar aquilo que nós aprendemos, enquanto fomos oposição, talvez dessa vez se possa contrariar aquele princípio, de que a história ensina que nunca aprendemos com ela.

Mas, indo por diante, aquilo que a Senhora Deputada do Partido Socialista, Inês Sá, aqui nos disse, quando à introdução da tecnologia, até parece que o Partido Socialista, no seu histórico, não tem (mais uma) página negra ligada às tecnologias na educação, designadamente o famoso computador Magalhães, de que foi autor moral, material e financeiramente ruinoso, José Sócrates ...

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... que, inclusivamente, através de uma agência de comunicação fez a apresentação pública do computador com umas criancinhas tinham sido treinadas para abrir o computador, mas esse computador também foi profusamente distribuído nos Açores, sem qualquer formação dos professores, sem qualquer estratégia relacionada com os pais, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... e acabou de forma intempestiva, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS) - Acabou mal, então a gente repete! A gente faz igual!

O Orador: ... irresponsável e financeiramente ruinoso que talvez fosse bom o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, pelas responsabilidades que teve como Presidente do Governo Regional, aqui nos desse nota da grandeza do rumo que isso fez no erário público regional.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor não está em si!

Deputado Carlos Silva (PS): Comissão de inquérito!

O Orador: ... pela distribuição de milhares de ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor não está em si!

O Orador: ... nem sequer eram computadores, eram uma espécie de ..., nem sequer um laptop aquilo era uma coisinha, um teclado com um ecrã que não servia para mais coisa nenhuma. Em muitos lugares até, como se diz nalgumas zonas de São Miguel, acabou atirado à rocha, ou por ali abaixo e o mar, seguramente levou. Mas, ainda que o mar tenha levado isso tudo, não levou a responsabilidade dos autores morais e materiais deste facto, nem a memória para aqui confrontarmos as vezes que forem for necessário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dito isto, também uma outra circunstância que também já é recorrente neste novo ciclo político da Região, iniciado a 25 de outubro de 2020, que é a tendência surfista do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista que há qualquer tipo de movimento e que tentam apanhar a onda e depois concorrem e disputam entre si.

Deputado António Lima (BE): Apanhar a onda???

O Orador: Ora, o PS toma a iniciativa e o Bloco vem atrás com uma iniciativa igual. Ora, toma a dianteira da onda o Bloco de Esquerda e logo o PS vem atrás, que aliás, percebendo provavelmente destino desta resolução já o PS traz outra, de sentido exatamente idêntico e que, a grosso modo, também vem reclamar a existência de um estudo, quando ainda hoje ouvimos o Governo Regional dizer que neste terceiro bando de implementação e pela primeira vez também abrangendo o ensino secundário, também por essa razão, faz mais sentido que só agora esse estudo comece a ser feito. Mas, é um estudo, e aí eu insisto também, não de me perdoar, naquilo que é o meu trajeto profissional e de formação, na área das ciências da educação, é um estudo que não pode tirar conclusões e decisões imediatas, considerando a longitudinal que os estudos devem ter em educação.

E, sobre isto, para terminar também, tenho de realçar outra coisa notável que aqui também pôs em confronto duas visões que dizem muito do rigor e da credibilidade das partes em contenda.

A Senhora Secretária Regional disse que, aquilo que nós já sabíamos, foi feito um inquérito com 800 alunos e que, apesar da amostra ter essa grandeza, no universo de alunos da região isso não é considerável para tomar decisões definitivas. Por outro lado, a Senhora Deputada Inês de Sá, do Partido Socialista, diz que 50 % dos professores da turma que ela conhece (que são seis no máximo), já releva para as decisões e para o envolvimento do PS nesta matéria.

Eu acho que está tudo dito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputado Carlos Freitas (PSD):
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Desta intervenção do Senhor Deputado Joaquim Machado e da anterior tira-se dois desportos: a equitação e surf.

Primeiro, as pessoas são, de certa forma, comparadas à dificuldade que a equitação traz ao praticante e, por outro lado, compara-se a reivindicação, a petição, o movimento dos pais e encarregados de educação como uma onda. Não vá a onda ter efeitos perversos que o senhor não antecipa.

Senhora Secretária, de facto, disse, e muito bem, que é preciso saber lidar e os nossos alunos têm que saber lidar com as tecnologias.

É evidente, nós aliás, dissemos isso mesmo, no âmbito da discussão da petição e na apresentação desta iniciativa. Têm que existir tecnologias nas escolas.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (*Sofia Ribeiro*):

Quando a gente não sabe utilizar, tira!

O Orador: Não queremos uma escola com um quadro de ardósia e nada mais. Nós temos que introduzir as tecnologias nas escolas.

Não podem é, as tecnologias substituir todos os outros materiais pedagógicos que os professores têm e devem ter a liberdade de utilizar e que, para além disso, vamos lá ver, os manuais digitais não substituem. Os manuais em papel têm o seu lugar e disse, e muito bem, que é necessário diversificar os materiais utilizados nas escolas. Diversificar os materiais é ter manuais digitais e ter manuais em papel, porque eles não são iguais, têm funcionalidades muito diferentes e são complementares. É, de facto, um acrescento importante à educação dos alunos nos açores.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (*Sofia Ribeiro*): Esses já lá estão, Senhor Deputado!

O Orador: Mas, esta situação e esta introdução generalizada dos manuais digitais leva a outra aspeto, que também já foi aqui referido, que é uma profunda desigualdade social, porque conhecemos, cada vez mais pais, encarregados de educação que (porque conseguem e fazem esse esforço) adquirem os manuais em papel. Porque percebem claramente das dificuldades que os seus filhos sejam educados têm. Percebem! E qual é o pai, qual é o encarregado de educação que vai dizer ao seu filho: “ Não, tens só o computador e o tablet e desenrasca-te. Tem que ser assim.”.

Porque preocupam-se com a sua educação, compram, investem. Mas isso, nem toda a gente pode fazer e isso é uma desigualdade brutal que é imposta pelo

Governo e, sobre desigualdade, deixe-me lembrar, Senhora Secretária, que o alargamento dos manuais do primeiro ciclo, a todo o primeiro ciclo gratuitos, foi aprovado por proposta do Bloco de Esquerda. Não foi por proposta do Governo. Em 2021, em sede do orçamento, na especialidade. É bom ter memória!

Mas, Senhora Secretária, eu também tenho que contrariar a ideia de que a utilização dos manuais digitais é uma opção das escolas, ou até dos alunos e das famílias.

Eu vou revelar um caso concreto de uma escola da região, sobre um pedido dos pais para os filhos poderem utilizar os manuais em papel, aliás na sala de aula. A resposta que lhes foi dada pelos professores, diretora de turma, conselho executivo foi que, as orientações da tutela são para que se utilize na sala de aula apenas os manuais digitais e que a utilização dos manuais físicos só é possível, se o encarregado de educação devolver o equipamento que levantou na escola e compre o manual físico.

Ora, lembrando que os alunos perdem o acesso a todas as mais valias desse manual digital. Ou seja, um aluno quer levar o livro para a escola e está proibido de entrar com o livro para a sala de aula e, para isso, terá que devolver o computador, perdendo naturalmente o direito a ele.

Senhora Secretária, qual é a liberdade que há aqui?

Diziam há pouco, no debate da petição, que estávamos numa região cada vez mais livre. Que liberdade é esta? Que intermete-se na liberdade pedagógica, na autonomia pedagógica dos professores que nem podem decidir que materiais utilizar na sala de aulas. Que orientações são essas?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O senhor queria que o aluno usasse o manual?

O Orador: E isto, de facto, não é invenção, são relatos que nos chegam, relatos graves que revelam a desigualdade e, já agora, também a limitação da liberdade de alunos e de professores.

E, de facto, esta proposta tem uma possibilidade, se for aprovada e se o governo a cumprir, que é outra história, o Governo não cumpre nada do que este Parlamento recomenda, mas esta proposta traz uma possibilidade concreta, é um sinal político, uma recomendação forte ao Governo para retroceder neste caminho.

E, Senhora Deputada Olivéria Santos, o Chega, tem aqui oportunidade de fazer aquilo que diz querer fazer, que é fazer regressar os manuais em papel, dirá que não quer os manuais digitais também.

Deputada Olivéria Santos (CH) - O senhor quer os dois, a gente não quer!

O Orador: Mas, o Chega tem duas hipóteses: ou vota contra e mantém os manuais digitais em exclusivo, ou vota a favor e faz regressar os manuais em papel. Tem a opção de estar ao lado dos alunos e das famílias, ou tem a opção de estar ao lado do Governo para salvar o Governo de uma possível derrota na votação.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhora Secretária Regional da Educação, faça favor.

(*) Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro):

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de voltar a frisar que acho que é importante, que nunca houve uma política educativa que no acesso a material das nossas escolas, fosse tão equitativa, como aquela que nós estamos a implementar.

Deputado António Lima (BE): Isso não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Senhor Deputado António Lima, em diversas circunstâncias públicas, internas, no trabalho do conselho coordenador, em declarações à comunicação social, nas comissões a que fui chamada, declarei que há e que nós incentivamos a coexistência de materiais.

O senhor deputado acabou de frisar um caso.

Deputada Ines Sá (PS): São vários!

A Oradora: Agradeço, não precisa de ser aqui, que nos informe, em concreto, que caso é esse, em que turma, para que nós possamos então garantir que há o cabal esclarecimento.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É segredo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.
Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, faça o favor.

(Ruído na Câmara)

Senhoras e Senhores Deputados, a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras está ansiosa para iniciar a sua intervenção.

Faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz aqui este projeto de resolução, apesar de não concordar com os pontos resolutivos e já o dizendo, a verdade é que acho que assinala a pertinência, a atualidade deste tema que deve ser discutida por todos nós, apesar de existir divergência de opiniões sobre a matéria, mas que nos faz pensar sobre a mesma e isso é sempre positivo, até mesmo no trabalho de Comissão, ouvindo diferentes opiniões sobre esta matéria.

Esta iniciativa, e já muito foi dito sobre a mesma, assenta em duas perspetivas distintas. Assenta no uso das tecnologias nas escolas e a questão do uso dos manuais digitais.

Naquilo que concerne ao uso das tecnologias na escola e a verdade é que existem algumas escola na região, que os próprios concelhos pedagógicos optaram por proibir o uso destas tecnologias na escola, no entender do grupo parlamentar do CDS, consideramos que esta situação deve estar à consideração das próprias unidades orgânicas, dos próprios conselhos pedagógicos a estratégia que querem implementar e dar essa autonomia às escolas de o fazer, se assim o entenderem, porque elas melhor que ninguém, conhecem as suas escolas e têm conhecimento, porque isto também é uma preocupação das próprias escolas, a questão do uso das tecnologias e vão acompanhando aquilo que são os pareceres e as opiniões emitidas, como por exemplo a Ordem dos Psicólogos no uso das tecnologias e, como tal, o grupo parlamentar do CDS define que essa autonomia deve ser dada à escola do próprio conselho

pedagógico, até estão lá representados os próprios encarregados de educação e, portanto, ser a escola a tomar aquela que é a sua posição, quanto ao uso, ou não, das tecnologias no recinto escolar.

Quanto ao uso das tecnologias, é preciso continuar o trabalho que as escolas têm junto também dos encarregados de educação, daquilo que deve ser o uso destas tecnologias, porque muitas vezes, ainda há pouco estávamos aqui a falar na questão dos manuais digitais e destes, e bem, não terem sido implementados no primeiro ciclo mas, quantos casos que nós conhecemos que são os próprios encarregados de educação que oferecem, por exemplo, telemóveis a crianças que estão no primeiro ciclo e, por isso, acho que este trabalho que tem sido feito pelas escolas é importante também dar continuidade e queria também saudar as escolas por isso.

Também dizer, e naquilo que são os manuais digitais, já muito foi dito, aquilo entronca também daquilo que foi já dito através da petição que anteriormente discutimos, mas da parte do grupo parlamentar e daquilo que é proposto por parte do Bloco de Esquerda, a verdade é que, dar o passo atrás acho que não é o caminho que os nossos alunos precisam.

Acho que há sempre melhorias a fazer, como é óbvio. É preciso continuar a apostar na formação dos pontos focais, na formação dos professores, na troca de opiniões, de estratégias entre os professores das várias escolas nas diversas áreas, de forma a potencializar esta ferramenta. Claro que é necessário e é possível ser melhorado, porque quando falamos em muitas situações, em que há diversos países que voltaram atrás, mas também tivemos na nossa Comissão o exemplo da Madeira, que foi transmitido pelo Professor Doutor João Filipe Matos e que realmente reconheceu os desafios que o uso destas tecnologias e a adaptação que é necessário fazer, os constrangimentos que vão surgindo neste processo, como é natural, mas deu como um exemplo de sucesso e acho que não é este o momento para dar o passo atrás, porque estou certa que esta

transição digital será positiva para os nossos alunos, naquilo que é o futuro de uma realidade que veio para ficar e prepará-los para esse futuro, como disse anteriormente na petição, do uso correto das tecnologias, do saber perceber o que é bom de usar, o que não é, o que é que é correto, o que é que não é. Acho que esse caminho também deve a escola fazê-lo e é esse caminho que tem sido desenvolvido e que o Governo Regional pretende alcançar.

Quanto à avaliação que a senhora secretária anunciou e da avaliação externa, claro que entendemos e queremos saudar o Governo exatamente por essa medida. Foi, exatamente, aquilo que a Madeira também avançou que foi, no quarto ano de implementação dos manuais digitais, avançar com essa avaliação, para também perceber o ponto de situação, aquilo é possível melhorar, aquilo que está a correr bem e também avaliar toda esta situação, melhorando aquilo que é passível de ser melhorado.

Realmente a formação junto dos encarregados de educação é algo que tem de ser reforçado. No próprio trabalho de Comissão foram mencionadas situações em que realmente a adesão foi fraca, naquilo que são as formações aos encarregados de educação, mas também algumas formações que tiveram bastante adesão, por parte dos encarregados de educação, porque sem dúvida que isto é uma preocupação transversal a todos encarregados de educação.

Mas já que falaram também de situações pontuais, daquilo que nos é transmitido, até enquanto deputados regionais, também ainda no outro dia existiu uma situação de um encarregado de educação que me veio transmitir uma situação positiva, em que o seu filho entrou para o quinto ano de escolaridade, em que durante o primeiro ciclo era um aluno muito distraído, que muitas vezes tinha dificuldade em concentrar-se e que a questão do uso do manual digital estava a ser positivo para este aluno, que sentia-se motivado e que sentia o filho mais motivado, naquilo que são as aprendizagens e com a dinâmica que o manual digital traz.

E, portanto, é como disse também na petição, existem posições a favor, posições contra, mas acredito nesta estratégia que foi tomada, porque as tecnologias são o futuro. Quantos de nós é que fazemos, às vezes, a reflexão de virmos cheios de papel (até ontem falava nisto com o Senhor Deputado Pedro Neves) e de fazer esta transição digital, de andarmos com menos peso.

Isto também era algo que nos preocupava também a todos, o peso que andava nas mochilas, hoje é dia já é diferente.

Deputado Francisco Lima (CH): Fazia bem às costas!

A Oradora: Isso é a sua opinião.

E isso também é um aspeto positivo. Esta transição digital e preparar as nossas crianças, os nossos jovens para o futuro é algo que também a escola deve fazer e é esse caminho que este Governo Regional, e bem, definiu desde o início e, como a Senhora Secretária disse, um caminho que está e que vai ser avaliado, que vai ser ponderado, em que eles têm feito um próprio acompanhamento junto das escolas, porque melhorias há sempre para fazer e este Governo sempre se demonstrou disponível para fazer esse caminho, do que é possível ainda melhorar, no sentido da utilização dos manuais digitais servirem o seu propósito, que são os nossos alunos, as aprendizagens, os conhecimentos que os nossos alunos adquirem, de uma forma mais atrativa, para aquilo que é a realidade dos dias de hoje.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado João Mendonça, faça o favor, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados e Membros do Governo:

Hoje, mais do que nunca, devemos refletir sobre os desafios e as oportunidades que a digitalização nos oferece no ensino. Antes de mais, é essencial distinguir claramente entre o uso dos manuais digitais e o uso das tecnologias em geral.

O uso inadequado das tecnologias pode, como sabemos, trazer prejuízos, mas isso não se deve confundir com o papel pedagógico e transformador dos manuais digitais. Estes nunca foram, nem nunca serão, o único recurso nas salas de aula das escolas açorianas. Pelo contrário, os manuais digitais complementam os materiais em papel e outros recursos didáticos.

O verdadeiro desafio não está na exclusão, mas sim na educação para o uso responsável e ético das tecnologias, e é isso que este Governo está a fazer.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Muito bem!

O Orador: Nos Açores, quando tomamos posse, encontrámos uma situação de grande fragilidade nas infraestruturas tecnológicas das nossas escolas.

Desde então, temos vindo a fazer um esforço significativo para dotar todas as instituições de ensino com internet de alta qualidade e com os equipamentos necessários. Este processo foi realizado de forma gradual, porque pensamos que a inclusão digital deve chegar a todos, independentemente da condição económica de cada aluno.

Contudo, é importante sublinhar que a digitalização da educação não se resume à substituição de livros por tablets. A sua verdadeira essência é a oportunidade de desenvolver novas competências nos nossos jovens, preparando-os para os desafios de um mundo cada vez mais tecnológico.

Temos investido fortemente na formação dos nossos professores e no apoio técnico às escolas, garantindo que a integração dos manuais digitais seja feita com sucesso.

Por fim, quero salientar que este processo é acompanhado por avaliações contínuas, para que possamos ajustar o que for necessário e garantir o melhor para os nossos alunos.

A nossa prioridade é garantir um ensino de qualidade, que responda às exigências do futuro e que proporcione igualdade de oportunidades a todos.

Estamos confiantes de que, com o tempo, os resultados positivos deste processo se tornarão evidentes nas nossas escolas.

O futuro da educação nos Açores é construído com uma visão de inclusão digital, reforçada por uma formação sólida e pela valorização dos nossos docentes e alunos.

Disse.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Senhor Secretário Paulo Estevão não diria melhor!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A tecnologia é muito boa. Eu trabalho em tecnologia e trabalho desde miúdo, até.

Aqui não está em causa a tecnologia, mas tecnologia é perigosa. Acabámos até de verificar isso. Vejam que o Bloco de Esquerda fez juras de amor ao Chega, só que falar em tecnologia, imagina se fôssemos usar a tecnologia, isto era casamento feito.

Brincadeiras à parte.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu já pus isso no ChatGPT e ele diz que é mentira!

O Orador: O chato do GPT, que é o meu colega da Iniciativa Liberal é outro tema que também podíamos discutir aqui, preventivamente.

A verdade é esta, Senhora Secretária e a senhora sabe que eu concordo muito consigo, na teoria eu até, como homem da tecnologia e que defendo o uso da tecnologia, o benefício da tecnologia eu devia defender. A questão não é esta, o que nós a defender, pelo menos nós, do Chega, não é isto. Nós quando andamos aqui constantemente a dizer que temos um problema como é que se chama a palavra Francisco?

Deputada Olivéria Santos (CH): Nomofobia!

O Orador: Nomofobia! E não foi no chat GBT, ou lá como é que se chama essa coisa. É o chat LGBT, é isso!

Andamos todos a dizer que há uma dependência da tecnologia com os miúdos (isso às segundas e às terças), que os miúdos estão dependentes da tecnologia, uma coisa gravíssima e nós dependentes do relógio.

E, depois, à quarta e à quinta nós vimos aqui dizer que nós precisamos que as crianças leiam mais, nós precisamos de mais literacia, nós precisamos que eles desenvolvam mais a mente.

À sexta, ao sábado e ao domingo, toma lá um tablet e não me aborreças.

O que é que a gente está a falar? O que é que nós queremos? Nós queremos destreza manual, capacidade interpretativa. Nós queremos que os miúdos leiam livros, livros impressos nos Açores, Senhora Secretária, não é no continente, é nos Açores, porque alguns são impressos no continente com o dinheirinho dos Açores. Nunca se esqueça disto, estamos muito atentos! Na ficha técnica diz sempre onde é que é impresso, mas isso foi um parêntesis. Não faça como os socialistas, se não vai ficar igual.

Então o que é que nós queremos? Nós queremos acabar com a dependência tecnológica que se chama Nomofobia.

Deputado Francisco Lima (CH): Não confundir com homofobia!

O Orador: Não confundir com homofobia.

Ou nós queremos levar isto a sério? Eu concordo, a tecnologia é bonita, é bom ajuda, é versátil. Já não vão os miúdos carregados. Eu concordo com isto tudo. Resultado prático: os miúdos andam nas aulas agarrados aos telefones, a fazer macacos da professora com os dentes grandes e a mandar aos colegas, a fazer tudo e mais alguma coisa. Vais ser o quê?

Ó senhora, o meu filho, com 17 anos desbloqueia qualquer tablet que a senhora tenha com o sistema mais encriptado, com 17 anos. Todos eles, sabe como? Eles vão ao TikTok e ensina lá.

Ó senhora isto é a realidade, a senhora quer negar a realidade com uma florzinha muito bonita e perfumada, que só existe nos estudos. Ai os estudos!

Há quinze dias, ou a semana passada, eu peço desculpa, um psicólogo de renome que veio aos Açores falar dos perigos da tecnologia nas escolas e dos miúdos e nós, responsáveis políticos, estamos a negar e tomem lá o tablet. Mas é isto, Senhora Secretária, eu peço desculpa, mas é isto, Senhora Secretária.

O que nós estamos a fazer é isto nós, nós estamos a cavar o foço. Na pandemia, no Covid 19, andou o Governo Regional dos Açores a pagar instalações de internet porque os meninos não podiam ir às aulas online e pagava-se e depois não iam às aulas e depois a minha filha dizia-me assim: “Papá, mas no Instagram eles estão a postar coisas.”

Quer dizer, a senhora vai ensinar rapazes a não nos enganarem? Ó senhora, eu não consigo, se a senhora consegue...

Parabéns à escola da Horta e parece-me no Pico, disse ali o senhor deputado – olá, senhor deputado – Senhor Deputado do Bloco de Esquerda que já está cansado, parece que já proibiram nas escolas, nos recreios o uso dos telemóveis.

Hoje vou-vos dar uma novidade, há empresas que já proibiram. Há empresas há empresas que já proibiram que os funcionários tenham os telemóveis. Vão dizer: “é um atentado aos direitos.”, é, quem lhes paga o ordenado, é um atentado a quem lhes paga o dinheirinho. Não é para as pessoas que os telemóveis, como eu já vi em certos sítios de atendimento público, que primeiro é o telemóvel e depois é que é o cliente. É isso. É este exemplo que nós queremos dar às nossas crianças? É e não é.

Eu compreendo as suas boas intenções, mas desculpe, minha cara Secretária, não passam de boas intenções. Nós vivemos no mundo real e vamos falar do RSI, uma coisa é a teoria, outra coisa é a realidade. São coisas tão distintas.

Senhora Secretária, isto parece o debate da legalização das drogas, que só se arranjam argumentos e mais argumentos. A senhora acha triste a comparação? A dependência tecnológica chega a ser pior do que muitas drogas.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Estás evoluindo, Pacheco!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Inês Sá, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu não podia deixar de voltar àquilo que referi e que voltou a ser referido, aqui nesta Casa, por eu ter enunciado 50 % dos docentes de uma turma, porque eu acho sinceramente que é, posso chamar uma desconsideração, porque 50 % dos professores de uma turma são cinco, seis docentes. E se há cinco seis docentes que proibem nesta região os alunos de usar um portátil, deve ser uma preocupação da Senhora Secretária, deve ser uma preocupação do Governo Regional, deve ser uma preocupação de todos nós. Essa coisa de que são só 50 % dos alunos de uma turma, a mim não me diz nada. Foram aqueles que nos chegou.

Eu normalmente gosto de falar, ao contrário do que alguém aqui gosta muito de reiterar, eu gosto de falar daquilo que sei e prefiro falar daquilo que sei, do que aquilo que não sei.

(Aparte Inaudível)

A Oradora: O senhor adora dizer isso, diz isso todas as vezes, é uma coisa impressionante. O senhor é o dono da sapiência.

Eu também percebo perfeitamente as motivações que levam a que aqui a bancada do PSD não queira falar do início do ano letivo. Percebo perfeitamente, basta olharmos para as notícias (se quiser eu posso lhe mostrar algumas) e acho normal, de facto, não se falar do início do ano letivo. Se calhar, os encarregados de educação lá em casa gostariam que se tivesse falado um bocadinho mais do início ano letivo neste debate. Fica o desafio.

Quanto ao restante, quando estamos a falar aqui do que aconteceu na Madeira e para quem não conhece o Professor Doutor João Filipe Matos é um professor bastante conceituado e que acompanhou e implementou, aliás fez um estudo de avaliação do deste projeto na Madeira. E eu vou, pura e simplesmente, citar uma das frases que este professor que eu muito admiro disse e que fez um trabalho extraordinário na Madeira, disse em sede de comissão: “Relativamente à proposta de resolução em discussão, o Professor expressou concordância com os considerandos apresentados, considerando-os claros e bem fundamentados. Mostrando reservas apenas no ponto quatro.” Isto foi o que disse o Professor que fez o estudo na Madeira.

Referiu ainda que a estratégia de implementação gradual e o forte apoio dada às escolas foram fundamentais para o sucesso do projeto. É o segredo. Está aqui o segredo.

Enfatizou também que a formação contínua dos professores e a criação de uma rede de apoio entre os colegas foram elementos cruciais para que o projeto se consolidasse.

O Professor chegou a referir que fazia encontros de quinze em quinze dias.

Nada disto se passou na Região.

Exatamente por isso é que, na Madeira decorreu com alguma normalidade e nos Açores decorre como nós sabemos que decorre com inúmeras resistências. E se há inúmeras resistências, é altura do Governo se questionar porquê, em vez de continuar a insistir um erro, porque pior do que errar é manter e insistir nesse erro.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, muito rapidamente e também aqui no seguimento do que foi a intervenção que me antecedeu, dizer que a audição do Professor Doutor João de Matos realmente foi um importante contributo daquilo que é a implementação dos manuais digitais.

Expressou a concordância com os considerandos apresentados, é certo, porque achou que estavam bem fundamentados. Ele reconheceu isso no seu trabalho de comissão, mas mostrou muitas reservas quanto ao ponto resolutivo quatro, que era o da coexistência de manuais digitais em papel, porque disse que assegurando o acesso gratuito a ambos os formatos, a verdade é que, da sua experiência a coexistência apresentava desafios, mas também oportunidades e que era necessário o equilíbrio para maximizar o valor das ferramentas digitais, sem descorar os recursos em papel, mas mostrou estas reservas, quanto à coexistência de ambos os formatos.

Ele também, ao longo da sua audição e quanto às resistências e a Senhora Deputada do Partido Socialista falava nas resistências que os professores, que os encarregados de educação, que os alunos demonstram quanto à utilização dos manuais digitais, também mencionou sempre o desafio positivo que é a introdução e a utilização dos manuais digitais. E quanto às resistências, que também nos deve fazer pensar e que também, confesso que no âmbito da audição, também me fez pensar, ele exemplificou com as resistências ao longo da sua vida que tinham surgido, nomeadamente quando surgiu a televisão, quando surgiram os computadores, quando surgiu a internet, em que são situações novas, que são situações mudanças novas que ocorreram na nossa sociedade e que também, na altura, ofereceram resistências e foi gerada discussão acerca dos mesmos. Exemplificou, por exemplo, na questão da televisão, em que quando surgiu na altura havia reservas quanto ao tempo que deviam utilizar a televisão, quanto ao facto das crianças verem, ou não, televisão. Ou seja, determinadas reservas que surgiram, sempre que existiu uma mudança ao longo de algum destes anos e, por isso, essas resistências ao longo da sua vida tinha visto noutras circunstâncias e, por isso, era natural, ao fim ao cabo, surgir também resistência nisto que concerne a transição digital e a utilização dos manuais digitais.

Para terminar, dizer que nunca o grupo parlamentar do CDS, nem o Governo Regional assumiu que estava tudo bem e que não eram necessárias fazer melhorias. A verdade é que, sempre o dissemos, sempre afirmarmos que em todo o processo é necessário melhorar, como em qualquer processo. O Governo nunca se centrou na sua ação, dizendo que estava tudo a correr às mil maravilhas, que não havia nada a melhorar. A verdade não é essa. A Senhora Secretária já o assumiu hoje, já disse que vai avançar para esta avaliação externa que é importante para percebermos a situação na nossa Região. Continuar a apostar na formação, dos professores, encarregados de educação, na

importância que é também não desresponsabilizar os encarregados de educação desta que é uma nova realidade na nossa sociedade do uso das tecnologias e a verdade é que é esse caminho que continuamos a defender, que deve devemos preparar as nossas crianças, os nossos jovens, para esta que é uma realidade atual, que eles todos, enquanto adultos, certamente vão ter que enfrentar no mercado de trabalho.

E, por isso, é esse caminho de preparar as nossas crianças e os nossos jovens com o que o Governo Regional está a desenvolver, para que tenhamos crianças e jovens, que são os futuros açorianos desta Região, preparados para enfrentar os desafios presentes e futuros.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Flávio Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado Flávio Pacheco (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Gostava de dizer algumas considerações.

Eu percebo a desorientação do Senhor Deputado Joaquim Machado. Não lhe está a correr bem, eu percebo.

O ano letivo, realmente, e não é da boca do Partido Socialista, são os sindicatos dos professores, bem como, das associações de pais, foi o pior ano letivo de sempre, ...

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Diga lá o resto da frase!

O Orador: ... portanto não é da nossa boca, é da boca dos sindicatos e das associações de pais.

Senhora Deputada, como a senhora bem sabe, qualquer instrumento, estratégia ou metodologia implementada em contexto de sala de aula, carece sempre de uma avaliação, antes, durante e depois. Passados três anos a avaliação é nula. Três anos!

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): O senhor tem que conversar com a sua colega da frente!

O Orador: Não Senhora.

Outra questão pertinente. Falando em casos que alguns colegas deputados anunciaram casos particulares, também há casos (que nós sabemos) de que alunos do quinto ano que tiveram acesso aos manuais digitais, tiveram um pior ano, em termos de rendimento, do que no ano seguinte, porque os pais investiram nos manuais em papel, onde as crianças trabalhavam com os manuais digitais na escola e os manuais em papel em casa. Ou seja, o seu rendimento escolar disparou. Portanto, é preciso também haver isso.

Um outro aspeto importante, relativamente à proposta do Bloco de Esquerda, é que, é necessário que haja indicações por parte da tutela, relativamente à utilização das tecnologias nas escolas. Sendo que, também é preciso ter em conta a própria autonomia de escola manifestada no seu projeto educativo.

Era isso que eu queria acrescentar.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faça o favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nesta fase do debate, eu gostaria de lembrar à Câmara aquelas que foram também as opiniões e os pareceres que nós recebemos em Comissão, na análise desta proposta e da petição também que antecedeu o debate.

Foram solicitados pareceres às assembleias de escola que, como é sabido, que não são a mesma coisa que o conselho executivo, não são o conselho pedagógico, mas que representam a comunidade escolar no seu todo. E, dos pareceres que recebemos, estes foram praticamente na totalidade (dos 13 pareceres que recebemos) foram favoráveis e isso quer dizer alguma coisa.

Quer dizer alguma coisa, no que diz respeito aos manuais digitais e quer dizer alguma coisa, no que diz respeito também à utilização dos telemóveis nos espaços das escolas e já lá vou a essa segunda parte, não menos importante da proposta.

E eu também gostaria de destacar o trabalho que fez a Secção Regional de Ordem dos Psicólogos sobre este assunto. Efetivamente, fez um trabalho aprofundado de análise e de parecer. Não foi um parecer apenas de concordância ou discordância com a proposta, não foi um parecer, ainda que fundamentado, mas um parecer com uma fundamentação breve. Foi um parecer altamente credível e fundamentado que fica na história e no histórico deste Parlamento como um instrumento importante de trabalho e de análise sobre estas matérias.

E a ordem dos psicólogos apontou para os estudos que apontam para o uso excessivo das tecnologias, no atraso do desenvolvimento da linguagem e de outras destrezas, que não são desenvolvidas de forma natural, ao longo do desenvolvimento das crianças.

A Ordem dos Psicólogos defende no seu parecer que a introdução dos manuais digitais não deveria ser feita nos anos de ensino, abaixo do terceiro ciclo. Porque a partir daí, sim, essa essa possibilidade é mais adequada, porque os alunos já estão mais desenvolvidos e terão menos dificuldades de adaptação.

Alertou ainda para os riscos do uso excessivo de ecrãs sem acompanhamento e isso acontece vezes demais nas nossas escolas. E o professor na sala de aula não tem quatro, nem cinco, nem seis olhos. Não consegue, por mais que queira e por mais competente que seja, não consegue garantir que tudo está a correr bem na sala, quando os alunos têm o ecrã à frente.

E quem está nas escolas, alunos, professores sabe perfeitamente que é verdade isso que eu digo e ouvimos essa mesma preocupação, por parte dos professores, vezes se encontram.

Mas, não queria deixar, caminhando o debate para o fim, de falar na outra parte deste projeto de resolução, menos debatida neste debate, mas que é também importante, que se trata da regulação de utilização dos telemóveis nas escolas.

Nós não queremos, como aliás é fácil de ler na proposta, que haja uma determinação para a proibição total sem mais, da utilização dos telemóveis nas escolas. Queremos que a tutela ajude as escolas que o queiram fazer a implementar essa medida e que possam recomendar que essa medida exista. Queremos tão somente, embora consideremos que pode não estar da forma ideal, mas queremos tão somente que o Governo Regional siga o exemplo do Governo da República e do seu Ministro da Educação que recomendou a proibição de usos de telemóveis nos recreios das escolas, até aos 12 anos.

Podemos ir mais longe, porque os técnicos referem, e bem, que podemos ir mais longe, até por uma facilidade de implementação, porque normalmente as escolas do segundo ciclo estão no mesmo edifício que as escolas do terceiro ciclo. Agora, o Ministro da Educação recomendou isso mesmo. E o que é que fará a tutela da educação na Região? Vai continuar a ignorar este problema? Porque, efetivamente, há escolas que estão a tomar a dianteira e é preciso saudar essas escolas, e muito bem, mas há escolas que precisam desse apoio para tomar essa decisão, ...

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (*Sofia Ribeiro*):

Autonomia implica responsabilidade!

O Orador: ... porque as resistências também são muitas e é preciso dar confiança à comunidade escolar, aos conselhos executivos, às associações de pais e encarregados de educação para que tenham a segurança de tomar essa decisão, mas de fazê-la bem, de fazê-la bem feita para que ela seja aceite, compreendida e, até, defendida pelos próprios alunos. E esse é o grande desafio. É preciso que o Governo deixe de fingir que o problema não existe e ataque o problema de frente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Naturalmente, que quero recentrar aqui um pouco da discussão em torno do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, sem antes, todavia, fazer um comentário à intervenção da bancada do Partido Socialista.

O Senhor Deputado Flávio Pacheco, iniciou funções há muito pouco tempo e demonstra que é um bom aluno na bancada socialista, porque já aprendeu muito rapidamente a fazer alguns truques que são usados, por quem cá está, há muito tempo.

E, ainda que, isso sendo legítimo e podendo fazer, eu não creio que seja o melhor caminho, nem será o mais sensato. Que é o de pôr na boca de outras entidades, aquilo que efetivamente não disseram.

O senhor afirmou aí com grande convicção, pelo menos aparentava, de que, este foi o pior arranque do ano escolar de sempre. Que isso foi dito por toda a gente. Por todo o mundo e arredor, diria um brasileiro.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A parte de toda a gente, foi só o senhor que disse!

O Orador: Eu, que não sou um nativo digital, mas sinto-me muito à vontade no manuseamento de tecnologias, fui fazer uma pesquisa e o resultado, de facto, foi rápido como costuma ser na plataforma que é mais usada a nível mundial de pesquisas.

E eu tenho o sindicato dos professores dos Açores que diz que: “o sindicato alerta para a falta de docentes”. Estive a ler, não diz que é o pior ano letivo de sempre.

Fui também ler a Federação de Associações de Pais e Encarregados de Educação, a FAPA, e o que diz é que a FAPA alerta para constrangimentos do início do ano letivo.

Mas tive também, vou ser sincero, o Google também me devolveu uma resposta a dizer que é o pior ano letivo de sempre. Quem é que disse? O Partido Socialista. É uma coisa notável.

E, portanto, o senhor generaliza, põe na boca de outras entidades, eu julgo que não é muito razoável, não é sensato.

Dito isto e indo exatamente à resolução, a apreciação que estamos a fazer da resolução tem-se centrado muito e quase só, nos manuais digitais. Mas, a proposta do Bloco de Esquerda vai para além disso. E a primeira, das recomendações que o Bloco faz ao Governo é para elaborar um documento com orientações sobre o uso de tecnologias. Coisa que o Governo disse que já está a fazer.

Portanto, neste domínio, eu acho que a recomendação vale o que vale. Mas tomemo-la até como boa e, portanto, sim senhor, vem tarde, mas está sendo feito.

A segunda recomendação que o Bloco faz é para que o Governo produza orientações para a promoção de recreios sem ecrãs no primeiro e segundo ciclo

do ensino básico. Não deixa de ser legítimo que o Bloco também faça essa recomendação. Mas, há instantes, o Senhor Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, quase *rasgava as vestes*, porque há professores, há escolas que não dão liberdade de escolha. E onde é que está a liberdade de escolha agora?

Eu acho que, sem tirar o partido por quem é a favor, ou contra o uso da tecnologia nos recreios, eu julgo que isso deve ser avaliado, ponderado e decidido pela comunidade educativa de cada unidade orgânica.

Senhor Deputado António Lima, levanta-me ali o Senhor Ministro da Educação, é uma coisa notável, que em todos os dias diabolize o Governo da República, no primeiro jeitinho já levanta com todo o entusiasmo o Ministro e a decisão do Ministro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Ó Senhor Deputado António Lima, o senhor anda sempre aos ziguezagues, é daquelas pessoas que politicamente acha que a distância é mais curta entre dois espaços, é uma linha curva ou uma linha quebrada.

Também já percebemos tudo isso.

Vamos na resolução e considerar a terceira recomendação que faz. Considera os conhecimentos mais avançados sobre a exposição de crianças e jovens a ecrãs na definição. Estou de acordo consigo, salve se, ou apenas com esta condição, é que se politicamente tivesse feito uma proposta intelectualmente honesta não se tinha ficado por aqui ...

Deputado António Lima (BE): Desonesto é o senhor. O que é intelectualmente desonesto aqui?

O Orador: ... porque não há só a considerar, não é correto do ponto de vista científico, do ponto de vista que o senhor quiser. Do ponto de vista que o senhor

quiser é assim, vamos fazer um estudo sob os efeitos nocivos da tecnologia e ninguém considera nem faz estudo sobre os benefícios, para depois se avaliar de uma coisa e da outra e encontrar um ponto de equilíbrio para uma decisão que se possa tomar.

Não, é vamos estudar tudo o que tem de mal para fundamentar a decisão que o Bloco de Esquerda quer tomar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Finalmente, quanto à última recomendação que é, manuais escolares em papel, distribuídos a toda a gente.

Eu vou fazer um parênteses só para dizer o seguinte, as famílias dos Açores, em 2022, onde passaram a ter manuais digitais gratuitos, 4857 alunos pouparam mais de 627 mil euros, porque não compraram esses manuais.

No ano de 2023, estiveram abrangidos 9698 alunos e a poupança rondou um milhão e trezentos mil euros, manuais que as famílias deixaram de comprar e, neste ano, serão mais de 15000 alunos já beneficiados, recebedores dos manuais digitais. Uma poupança superior a um milhão e setecentos mil euros.

Quer isto dizer que, nestes três anos letivos, as famílias dos Açores por receberem manuais digitais tiveram uma poupança que deve rondar os três milhões e meio de euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Mas, vamos à proposta do Bloco de Esquerda.

O Bloco de Esquerda, na ânsia de surfar a onda, atira para a valeta todas as suas convicções, todos os seus dogmatismos e todos os seus preconceitos e dispõe-se a dar tudo, a todos. Nesta coisa notável, que é dar ao pobre e ao rico, exatamente a mesma coisa.

Deputado António Lima (BE) - Não sabe o que é a escola pública, pois não?

O Orador: Eu diria que é a infinitude dos direitos, ou melhor é a infinitude das dádiva. Quanto é que isso custa? Não interessa. Desde que, ao fim do dia, dê uma nota de imprensa do Bloco.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para um protesto. Fundamente, se faz favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Às declarações do Senhor Deputado Joaquim Machado, quando afirmou que a proposta é intelectualmente desonesta.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu julgo que o Senhor Deputado Joaquim Machado tem este hábito péssimo de nesta Casa tentar desqualificar tudo e todos.

Deputado Pedro Neves (PAN): É verdade!

O Orador: Desqualifica pessoas, desqualifica propostas, ao ponto de dizer que esta proposta é intelectualmente desonesta.

Deputado Pedro Neves (PAN): É verdade!

O Orador: Uma proposta, que como já foi aqui referido, teve a concordância, relativamente à sua exposição de motivos, de um professor universitário que acompanhou o Governo da Madeira na implementação dos manuais digitais.

É intelectualmente desonesta para o Senhor Deputado Joaquim Machado. Acha que é intelectualmente desonesta, porque ele está acima de todos e de tudo, inclusive, dos maiores especialistas nacionais sobre esta matéria.

Intelectualmente desonesta é a avaliação da Ordem dos Psicólogos sobre esta proposta, com concordância plena. Mas, o Senhor Deputado Joaquim Machado, acha que está acima de tudo e de todos, inclusive desta proposta e da Ordem dos Psicólogos e o Senhor Deputado Joaquim Machado acha que a avaliação das escolas sobre esta proposta, que manifestaram a concordância com ela, também é uma avaliação intelectualmente desonesta, porque, mais uma vez, o Senhor Deputado Joaquim Machado, do alto da sua arrogância total intelectual, acha que está acima de tudo e de todos.

Deputado Pedro Neves (PAN): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado, para um contraprotesto, faça favor. Dispõe de 2 minutos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Membros do Governo Regional:

Se dúvidas houvesse, sobre alguns comportamentos políticos do Senhor Deputado António Lima, a intervenção que acaba de proferir confirma exatamente isso.

Senhor Deputado, eu não tenho não tenho pretensões a ter superioridade moral, nem a tutela moral que o senhor habitualmente lança sobre este sobre este Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu, convictamente, defendo os meus pontos de vista partidários, ideológicos sem qualquer problema, sempre com a disponibilidade para reconhecer quando errar.

Deputada Inês Sá (PS): Gosta muito de humilhar os outros! Só o senhor é que foi eleito!

O Orador: Agora, uma coisa é certa, esta proposta, este número três, é exatamente aquilo que eu disse, porque o senhor apenas recomenda que se

tenha em consideração os estudos sobre os efeitos nocivos da tecnologia, sem considerar numa palavra aquilo que também são os benefícios da tecnologia, em termos de aprendizagem, que eu volto a repetir, são muitos e inúmeros e não podem ser desperdiçados, sobretudo, numa região que ainda tem déficit de sucesso escolar, porque ainda estamos longe daquilo que são os patamares da ambição de sucesso educativo na nossa região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E a inclusão que o senhor tantas vezes se arroga de dono, a inclusão social também se faz pela tecnologia, também se faz por este domínio, faz-se também pela inclusão das aprendizagens, pela redução das diferenças que se podem obter também através da tecnologia, pelas aprendizagens em ambientes virtuais, pela mobilidade das aprendizagens, por um conjunto infinito de valências que tecnicamente, cientificamente, também estão reconhecidas às tecnologias e o senhor isso não quer que o Governo Regional estude. Só lhe interessa é que o Governo Regional tenha consideração por aquilo que convém, à sua proposta que está redigida, de forma...

Presidente: Tem de terminar, Senhor Deputado.

O Orador: Termino já.

De forma sectária, no mínimo é isso que está.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Flávio Pacheco.

(*) **Deputado Flávio Pacheco (PS):** Obrigado, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Joaquim Machado, realmente eu aprendo rápido, graças a Deus foi uma característica que sempre tive, mas há uma coisa que eu não preciso de aprender, é ser honesto, que é uma coisa que eu tenho de berço.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E, como tenho de berço, Senhores Deputados, e também como sei fazer algumas pesquisas no Google, fiz algumas só para reforçar aquilo que eu tinha dito agora há pouco.

Falta de docentes nunca foi tão grave nos Açores.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Ainda bem que acabou a frase!

O Orador: O sindicato dos professores da Região Autónoma dos Açores considera que a falta de docentes está a marcar negativamente o início do ano escolar nos Açores. António Lucas diz mesmo, que se trata do pior arranque dos últimos anos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra, Senhor Secretário Regional, faça favor.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado, levantou-se vossa excelência, desse seu lugar para desmentir as afirmações produzidas por outro senhor deputado.

E as afirmações que vossa excelência produziu foi de que, este é o pior ano letivo dos últimos anos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, o pior arranque!

O Orador: O que é o pior arranque dos últimos anos.

Senhor Deputado, isso é bastante diferente do que vossa excelência disse. O que vossa excelência disse é que é o pior arranque de sempre. Ora, de sempre é muito diferente dos últimos anos.

E, por, isso vossa excelência, eu recomendo-lhe o seguinte, se quer desmentir um adversário político, não pode confirmar com as afirmações, exatamente aquilo que ele acabou de dizer.

Portanto, já lhe chega o desmentido que foi feito. Vossa excelência, com as afirmações que acabou de produzir, desmente-se a si próprio.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 8/XIII - Promoção do uso saudável de tecnologias nas escolas:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A votação do Projeto de Resolução n.º 8/XIII resultou num empate.

A favor, 22 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Contra, 22 votos do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM.

Abstenção, 5 votos do Chega.

Presidente: Vamos repetir a votação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Em segunda votação, o empate faz com que a Proposta de Resolução n.º 8/XIII, tenha sido rejeitada.

A favor, 22 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Contra, 22 votos do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM.

Abstenção, 5 votos do Chega.

Senhoras e Senhores Deputados vamos iniciar o ponto seis.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata, para uma interpelação.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Continuamos os nossos trabalhos amanhã, às 10 horas, com a agenda, iniciando com o ponto seis.

Eram 19 horas e 48 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

CDS - Partido Popular (CDS-PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

A redatora, *Sara Azevedo*